



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Desemprego em Portugal: O papel do Estado

Maria Benedita Rodrigues Marinho

Católica Porto Business School 2023



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Desemprego em Portugal: O papel do Estado

Trabalho Final na modalidade de Dissertação
apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Gestão

por

Maria Benedita Rodrigues Marinho

sob orientação de
Professora Doutora Sandra Lima Coelho

Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School
Maio 2023

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar ao fim sem o extraordinário apoio de várias pessoas.

Quero começar por agradecer à Universidade Católica Porto Business School, uma instituição de confiança que desde o início me ajudou a chegar aqui.

À minha orientadora, Professora Doutora Sandra Lima Coelho, pela paciência, empenho e apoio, assim como à Doutora Cláudia Amador.

Aos meus pais, Isabel e Paulo, agradeço todo o investimento feito na minha educação e por acreditarem em mim e nas minhas potencialidades mesmo quando em alguns momentos eu própria deixei de acreditar.

Às minhas irmãs, Mané e Dadinha, ao meu irmão, Francisco, aos meus sobrinhos, Luisinha e Kiko, e aos meus cunhados, Diogo e Zé, por me conseguirem sempre motivar independentemente de todas as adversidades que enfrentei e por tudo o que fizeram por mim.

Um agradecimento especial aos meus avós, que são exímios no seu papel enquanto exemplos de determinação, carácter e amor.

Ao resto da minha família, à Cate, à minha madrinha e à tia Laura por não me deixarem desistir.

Por último, aos meus amigos que foram incansáveis nestes últimos meses por todas as palavras de incentivo e de esperança. Entre eles, a Mariana, obrigada por todos os dias teres dado o teu apoio incondicional e por acreditares em mim acima de todas as probabilidades.

Não há palavras suficientes para todos,
Obrigada!

Resumo

Este trabalho incide sobre as ações que o Estado Português leva a cabo para mitigar os elevados números do desemprego no país, assim como identifica as representações de um grupo de desempregados sobre a forma de atuação do Estado Português face à proteção dos desempregados. Os principais objetivos que procuramos atingir com este trabalho consistem em perceber quais são os apoios e medidas que existem em Portugal para ajudar as pessoas em situação de desemprego, assim como quais são as representações dessas pessoas perante os apoios que são fornecidos pelo Estado, de forma a identificar possíveis lacunas ou barreiras no sistema de apoio e propor soluções para melhorar a eficácia e eficiência desses mesmos apoios. Para atingir estes objetivos, recorreremos a uma triangulação metodológica, fazendo uma análise qualitativa de dados provenientes do INE e do Pordata sobre o nível de desemprego em Portugal, uma entrevista exploratória semi-estruturada a um membro do Governo, ligado à área do Trabalho e um inquérito online a pessoas que estão, ou estiveram, desempregadas nos últimos três anos. Os resultados obtidos revelam que, apesar dos esforços que têm sido feitos por parte do Estado para que os desempregados se sintam apoiados e seguros, estes últimos não consideram ser suficiente e realmente eficaz. Relativamente à sua reinserção no mercado de trabalho, existem diversas medidas disponíveis, sendo que a formação profissional é a principal aposta, no que respeita ao aumento das possibilidades de empregabilidade. Os inquiridos deixam claro que há espaço para melhorias nas políticas públicas, enfatizando o facto de não se sentirem totalmente apoiados pelo Estado e, apesar do nosso entrevistado ter reforçado a ideia de que as soluções têm de ser diversificadas para cada tipo de necessidade individual, os desempregados não consideram que o seu interesse e características pessoais estão a ser ponderadas.

Palavras-chave: Desemprego, Estado português, Políticas Sociais.

Palavras: 9704

Abstract

This work is based on a reflection on how the Portuguese State positions itself in relation to the unemployed. More specifically, on the vision that the Portuguese Government has on this social problem, as well as the representations of a group of unemployed on the way the State acts in relation to the protection of the unemployed. The main objectives that we seek to achieve with this work are to understand what are the supports and measures that exist in Portugal to help people in unemployment situation, as well as what are the representations of these people before the supports that are provided by the State in order to identify possible gaps or barriers in the support system and propose solutions to improve the effectiveness and efficiency of these programs. To achieve these objectives, we used a methodological triangulation, making a qualitative analysis of data from INE and Pordata on the level of unemployment in Portugal, a semi-structured exploratory interview with a member of the Government, linked to the area of Labor and an online survey of people who are or have been unemployed in the last three years. The results obtained reveal that, despite the efforts that have been made by the State to make the unemployed feel supported and safe, the latter do not consider it to be sufficient and effective. Regarding their reintegration into the labour market, there are several measures available, and vocational training is the focus on increasing the possibilities of employability. The interviewees make it clear that there is room for improvement in public policy, emphasizing the fact that they do not feel fully supported by the state and, although our interviewee reinforced the idea that solutions have to be diversified for each type of individual need, the unemployed do not think that their interest and personal characteristics are being considered.

Keywords: Unemployment, Portuguese State, Social Policies

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice	viii
Índice de Gráficos	xii
Índice de tabelas.....	xvi
Introdução.....	18
Capítulo 1.....	22
O Estado português.....	22
1. O Estado	22
1.1 A evolução do Estado Social	23
1.1.1 O conceito de Estado-Social na atualidade	26
2. Políticas Sociais	27
2.1 Os Direitos Sociais	28
3. O Desemprego em Portugal.....	30
3.1 Tipologias de desemprego.....	31
3.2 Políticas de emprego	33
Capítulo 2.....	35
Métodos de investigação	35
Capítulo 3.....	39
Apresentação de resultados	39
3.1 Dados estatísticos sobre o Desemprego em Portugal.....	39
3.2 Medidas de apoio ao Desemprego	43

3.2.1 Instituto da Segurança Social	43
3.2.2 Instituto de Emprego e Formação Profissional	45
3.2.3 Mercearias sociais e Balcões de empreendedorismo	46
3.2.4 Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho	47
Capítulo 4.....	49
4.1 Análise por categorias da entrevista	49
4.1.1 Caracterização da amostra.....	Erro! Marcador não definido.
4.1.2 Medidas para solucionar o problema do desemprego	49
4.1.3 O papel dos programas fornecidos pelo Estado para qualificar as pessoas.....	51
4.1.4 O desemprego jovem.....	52
4.1.5 Jovens NEET	53
4.1.6 Empreendedorismo jovem	53
4.1.7 Agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho.....	54
4.1.8 Medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas.....	54
4.1.9 O RBI como solução para o desemprego.....	55
4.1.10 Soluções para o desemprego e medidas futuras de combate ao desemprego	55
4.2 Análise Estatística Descritiva dos dados recolhidos no inquérito ..56	
4.2.1 Perfil dos inquiridos	57
4.2.2 Desempregados.....	57
Capítulo 5.....	68
Discussão dos resultados	68
Conclusão.....	71

Bibliografia.....	75
Anexos.....	84
Anexo 1- Guião da entrevista	84
Anexo 2- Transcrição da entrevista.....	85
Anexo 3- Questionário	107
Anexo 4- Tabelas relativas à análise da entrevista.....	116
Anexo 5- Gráficos relativos à análise do inquérito.....	129

Índice de Gráficos

Gráfico 1: População desempregada: Total e por género.	39
Gráfico 2: População desempregada: Por nível de escolaridade em 2022.....	41
Gráfico 3: População desempregada: Por grupo etário.....	42
Gráfico 4: Causas para a situação de desemprego dos inquiridos.	58
Gráfico 5: Percentagem de inquiridos que usufrui ou usufruiu de apoios financeiros fornecidos pelo Estado para os desempregados.....	59
Gráfico 6: Outro tipo de rendimento que os inquiridos têm disponível.	60
Gráfico 7: Ideias dos inquiridos para facilitar a reinserção no mercado de trabalho.	61
Gráfico 8: Cursos do IEFP frequentados pelos inquiridos.....	62
Gráfico 9: Formações que os inquiridos consideram necessárias.	63
Gráfico 12: Percentagem de opiniões dos inquiridos relativamente à Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho como medida para trazer empregos de maior qualidade e com melhores condições.	66
Gráfico 13: Percentagem dos inquiridos que esperam que, através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, possam existir menos contratações a termo.	67
Gráfico 14: Percentagem de género dos inquiridos.	129
Gráfico 15: Idade dos inquiridos.....	130
Gráfico 16: Estado civil dos inquiridos.	130
Gráfico 17: Local de residência dos inquiridos.....	131
Gráfico 18: Habilitações literárias dos inquiridos.	131
Gráfico 19: Número de inquiridos que estão ou estiveram nos últimos 3 anos desempregados.	132

Gráfico 20: Quanto tempo os inquiridos estiveram ou estão em situação de desemprego.	132
Gráfico 21: Quantas vezes os inquiridos estiveram desempregados.	133
Gráfico 22: Percentagem de inquiridos que está ou esteve inscrito no centro de emprego.	133
Gráfico 23: Tipo de apoio que os inquiridos já usufruíram.	134
Gráfico 24: Representação dos inquiridos sobre o subsídio ser suficiente.	134
Gráfico 25: Percentagem de inquiridos que estão ativamente à procura de emprego.	135
Gráfico 26: Percentagem de inquiridos que já fez uso dos cursos fornecidos no IEFP.	135
Gráfico 27: Percentagem de inquiridos que consideram que a formação que realizou no IEFP contribui para aumentar as suas hipóteses de empregabilidade.	136
Gráfico 28: Percentagem de inquiridos que acredita ser necessário adquirir mais formação.	136
Gráfico 29: Percentagem de inquiridos que consideram que as medidas de apoio em vigor para os desempregados são adequadas à sua situação.	137
Gráfico 30: Percentagem de inquiridos que têm conhecimento da medida legislativa de acumulação do subsídio de desemprego e do novo salário.	137
Gráfico 31: Percentagem de inquiridos que fez uso da medida legislativa de acumulação do subsídio com o novo salário.	138
Gráfico 32: Percentagem de inquiridos que conhecem o programa RVCC.	138
Gráfico 33: Percentagem dos inquiridos que conhece o programa e o utilizou.	139
Gráfico 34: Percentagem de inquiridos que conhece a ANQEP- Agência Nacional para as Qualificações Profissionais.	139
Gráfico 35: Percentagem dos inquiridos que já utilizaram a ANQEP.	140

Gráfico 36: Percentagem de inquiridos que consideram que os estágios profissionais podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho,	140
Gráfico 37: Percentagem de inquiridos que acredita que é fácil, através dos incentivos que o Estado dá, ser-se empreendedor em Portugal.....	141

Índice de tabelas

Tabela 1: Perfil dos inquiridos.....	57
Tabela 2: Sugestões dos inquiridos para apoios do Estado.....	64
Tabela 3: Medidas que estão postas em prática para solucionar o problema do desemprego.....	118
Tabela 4: O papel da Educação para qualificar as pessoas.....	119
Tabela 5: O papel de programas fornecidos pelo Estado.....	120
Tabela 6: Desemprego jovem.....	122
Tabela 7: Jovens NEET.....	123
Tabela 8: Empreendedorismo jovem.....	124
Tabela 9: Agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho.....	125
Tabela 10: Medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas.....	125
Tabela 11: O RBI como solução para o desemprego.....	127

Tabela 12: Solução para o desemprego e medidas para o futuro.....	129
---	-----

Introdução

Este Trabalho Final de Mestrado analisa um tema atual e importante na realidade social portuguesa dos últimos anos. O desemprego é um dos principais desafios enfrentados pelas sociedades modernas, e Portugal não é exceção. A situação de desemprego não afeta apenas a economia do país, mas também afeta a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, o Estado português deve desenvolver políticas públicas para minimizar os impactos do desemprego na sociedade.

A pertinência da escolha do tema está relacionada com o interesse em compreender de que forma os portugueses em situação de desemprego conseguem viver sem uma remuneração associada ao trabalho e são ajudados a reintegrar-se no mercado de trabalho, tendo ao seu dispor ferramentas disponibilizadas pelo Estado.

Assim sendo, esta investigação girou em torno de três questões de investigação que orientaram o processo. Em primeiro lugar, pretendemos saber se o Estado possui medidas de apoio aos desempregados e em que consistem essas medidas. Seguidamente, pretendemos perceber se o Estado está associado à reinserção no mercado de trabalho e, estando, de que forma(s). Por fim, pretendemos analisar as representações que os desempregados possuem acerca das medidas de apoio existentes. Deste modo, as principais questões desta investigação são as seguintes:

1. Existem medidas de apoios aos desempregados? Quais?
2. De que forma o Estado participa na reinserção no mercado de trabalho?
3. Quais são as representações dos desempregados face às medidas de apoio que lhes são oferecidas?

A análise das medidas de apoio aos desempregados, adotadas pelo Estado Português, revela a existência de programas de formação profissional, de apoio financeiro e de incentivos à criação do próprio negócio. A pesquisa indica que Estado tem um papel fundamental na reinserção dos desempregados no mercado laboral, mas que ainda existem limitações nas políticas e nos programas existentes.

Algumas dessas limitações são a falta de coordenação entre as diferentes medidas de apoios, o que pode resultar numa sobreposição de esforços ou falhas na proteção das necessidades do desempregado, insuficiência dos montantes de apoio financeiro e falta de adaptação às necessidades específicas dos indivíduos.

As representações dos desempregados em relação às medidas de apoio oferecidas denotam uma perceção de que as políticas públicas ainda são insuficientes para garantir uma efetiva reinserção, apontando a necessidade de uma maior atenção para as necessidades e características individuais de cada desempregado. Isso inclui fatores como habilitações literárias, idade, local de residência, estado físico e saúde mental, entre outros.

No que diz respeito à estrutura da tese, podemos enumerar quatro grandes capítulos e alguns deles contêm subcapítulos mais específicos que separam os pontos tematicamente. De um ponto de vista formal, a dissertação tem três partes diferentes, a revisão da literatura, a metodologia e a apresentação e discussão de resultados, para além da presente introdução e da conclusão.

Inicialmente realizaremos uma análise a dados provenientes do INE e do Pordata relativos aos níveis de desemprego em Portugal, com base na idade, no género e nas habilitações literárias. Seguidamente, estudamos a entrevista realizada a um membro do Governo e, por fim, examinamos as respostas obtidas através do inquérito aos desempregados.

Capítulo 1

O Estado Português

1. O Estado

O Estado pode ser definido como a entidade responsável pela organização de um território e da vida da população ou do conjunto de populações que aí habitam (Azambuja, D., 2008). Possuindo, então, estrutura própria e sendo politicamente organizado, assim como o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação pela visão de Lenin, V. (2020).

Amaral (2014) designa o Estado como uma comunidade de pessoas que, com o fim de realizar os seus ideais de bem comum, institui num dado território, por autoridade própria, um poder capaz de dirigir a vida coletiva.

Segundo a Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP 1976), Portugal é um Estado democrático assente em dois princípios fundamentais: Segundo a Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP 1976), Portugal é um Estado democrático assente em dois princípios fundamentais: Primeiramente, constituir um país livre, justo e solidário tendo por base a dignidade da pessoa e na vontade popular¹. E, em segundo, promover o bem-estar e a qualidade de vida aos cidadãos, defendendo a democracia política e a efetivação dos direitos de forma a promover o desenvolvimento harmonioso de todo o país².

¹ “(...) a na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.” (Artigo 1º)

² Estado “(defender a democracia política, (...) promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo, (...) bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e

1.1 A evolução do Estado Social

O papel do Estado relativamente à resolução dos problemas sociais tem vindo a diferenciar-se com o tempo (Santos, B. D. S., 1993). Como defende Mattoso, J. (1968) se antigamente o Estado mantinha uma posição seguindo o modelo keynesiano, atualmente caracteriza-se por ser mais liberal ou neoliberal. Contudo, em momentos de incerteza e de incapacidade económica, espera-se que este interfira na economia sendo esse um objetivo oposto ao que os dois conceitos defendem como forma de desenvolvimento.

Harvey (2005) define neoliberalismo como uma teoria que propõe o bem-estar da sociedade como resultado da liberdade individual, do livre comércio e do mercado. Para isso, defende que o papel do Estado consiste na garantia de uma estrutura institucional que promova a qualidade e integridade do dinheiro, mas que, por sua vez, este não possui informações suficientes para intervir no mercado a não ser nesse nível mínimo.

Por sua parte, Von Mises (2018) caracteriza o liberalismo como a atribuição mínima ao Estado relativamente à sua atuação seja ela para redistribuir a riqueza ou aperfeiçoar as condições de vida da sociedade. Desta forma, um liberal acredita que o Estado deve apenas procurar soluções pacíficas para os problemas sociais.

Para Sousa Santos (1999) existem dois paradigmas de transformação social, são estes a revolução e o reformismo, sendo o primeiro para ser exercido contra o Estado e o segundo para ser exercido pelo Estado. A revolução caracteriza-se

modernização das estruturas económicas e sociais, e (...) promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional" (artigo 9.º, alíneas c), d) e g)).

por alterar a estrutura social que está em vigor e o reformismo modifica os aspetos acessórios do sistema mantendo a composição que já possuía.

Van Vossole, J., Alice, D., Semanal, D., & El-Tahri, J. (2019) sustentam que a revolução é um ponto de mudança que constitui uma nova configuração social projetada no futuro. Baseando-se em Lowy, M. (2020), que defende que a teoria Marxista é a mais influente teoria revolucionária, os autores fazem uma caracterização do que é este conceito. A teoria de Marx defende que deve haver uma revolução pela qual a classe operária toma para si os meios de produção e o governo, ou seja, a criação de uma população homogénea economicamente através da igualdade social.

Para os autores revoluções sociais e políticas são o culminar de transformações na economia política e, assim, a teoria revolucionária de Marx previa que, com base na análise das revoluções burguesas e na análise do desenvolvimento da classe trabalhadora, a sociedade capitalista se ia revolucionar numa sociedade comunista.

Por oposição, Bernstein, E. & Harvey, E. C. (2014) advogam o reformismo que, segundo eles, consistia na defesa da mudança gradual da sociedade. Nesse sentido, as reformas práticas, as melhorias na vida quotidiana na sociedade capitalista eram o que realmente importava.

Contudo, ainda existia quem equiparasse a diferença entre as duas teorias. Para De Leon, D. (1920) estas teorias eram uma oposição entre uma mudança de forma e a mudança de essência, ou seja, a diferença de mudanças externas ou internas. Sendo a primeira relativa à forma como o Estado atua e a segunda alusivo à estrutura interna como é constituído o mesmo.

Visto que o reformismo tentava, na prática, articular o capitalismo com o movimento operário, para Luxemburgo, R. (1986) a questão entre reforma ou

revolução também era uma disputa sobre o próprio caráter de classe do movimento socialista, entre o caráter pequeno burguês e o proletário.

A institucionalidade reformista traduziu-se numa articulação específica entre os três princípios de regulação na modernidade: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade (Santos, B. D. S., 1999). Para o autor, enquanto o primeiro princípio estabelecia a obrigação política vertical entre cidadãos e o Estado, o princípio da comunidade afirmava a obrigação política horizontal e solidária de cidadão a cidadão

De acordo com Garrido, Á. (2018) a história da institucionalização da economia social e das políticas solidárias foi implementada em Portugal desde a Revolução de Abril de 1974 até à publicação da Lei de Bases da Economia Social em 2013.

Na segunda metade do século XX, em países como a França, Itália ou Bélgica, a economia social rapidamente propôs soluções complementares para a organização dos sistemas públicos de proteção social sendo reconhecido de imediato pelo Estado, nomeadamente, como prestador de serviços e empregos (Laville, JL., 2018).

No caso português, depois da Revolução de Abril de 1974, observou-se uma notória singularidade: às organizações da Economia Social mais orientadas para fins de solidariedade (assistência social ou ação social direta) o Estado atribuiu uma função de relevo nas políticas de assistência e de segurança social. Para Branco, R., (2017) & Ferreira, S. (2016) as respostas sociais privadas foram articuladas com o papel das instituições e políticas públicas segundo uma lógica de cooperação institucionalizada e de vertente neocorporativa.

1.1.1 O conceito de Estado-Social na atualidade

Bourdieu (1998) & Wacquant (2009) consideram que o Estado continua a ser um local de tensão entre a ideia de privatização dos serviços sociais e a ideia de provisão pública de bem-estar para todos, de onde deriva o terceiro setor.

O “Terceiro setor” é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem do governo nem empresariais. É a ideia de um setor económico diferente do setor público e do privado lucrativo, integrando realidades sociais diversas, constituídas por um conjunto de organizações (Quintão, C., 2004).

(Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., Teles, N., Castro Caldas, J., Hespanha, P., Ferreira, S., Pacheco, V., Leite, J., Augusto Costa, H., Carvalho Da Silva, M., Ramos De Almeida, J., Ferreira, A., & Pureza, J., 2014) acreditam que a aliança histórica entre “economia de mercado”, “Estado de bem-estar” e “democracia”, que fundou o projeto moderno de Estado-nação, parece estar a enfraquecer nesta era do capitalismo global. No entanto, o Estado Social mantém o apoio dos cidadãos não se podendo afirmar que uma ideologia totalmente privatizada e individualista tenha sido introduzida nos valores e as expectativas dos europeus. Segundo os autores, na década de 1990 e 2000, existiu uma oscilação entre o investimento social ativo e o passivo. A primeira oscilação, orientada por uma forte intervenção do Estado na promoção da educação e no fornecimento de serviços às famílias e, a segunda, através de uma desvinculação do Estado da promoção dos mesmos serviços, sendo eles deixados ao mercado e aos seus fornecedores, passando a Instituição a desenvolver um papel mais subsidiário.

Segundo Höfling, E. (2001), a ação do Estado é analisada através das políticas públicas que implementa sendo, por sua vez, as políticas sociais referentes a ações que determinam o padrão de proteção social relativamente à redistribuição dos rendimentos que visa a diminuição da desigualdade.

2. Políticas Sociais

Para Mineiro (2015) a política social era marcada pela “ideia solidária de democracia social na qual os serviços públicos e as políticas sociais se consubstanciavam enquanto instrumentos de esbatimento das desigualdades, proteção dos mais fracos e de desenvolvimento das sociedades”.

Castel (2009) defende a ideia de que existe um défice de instituições internacionais com poder efetivo para implementar medidas de proteção social.

O sociólogo francês questiona a ideia de alguns autores como é o caso de Giddens (2006) que defende a necessidade de “globalização” da política social, isto é, que a política social seja definida por estruturas supranacionais, à semelhança do que acontece com a política económica.

Acompanhando a visão de Castel (2009) que, sem rejeitar a ideia de que deve conceder-se mais força aos organismos internacionais que tratam de questões de política social, o autor enfatiza o Estado-Nação como um mecanismo para tomar escolhas políticas e que, simultaneamente, melhor pode responder aos problemas sociais. Também Yaetes (1999), chama a atenção para o facto de que aceitar o determinismo económico equivale a rejeitar que existe uma margem política para a atuação dos Estados, uma vez que a sua atuação é feita de escolhas políticas.

Independentemente do modelo institucional, o Estado de bem-estar social é constituído por vários sistemas diferenciados como a educação, a saúde, a

segurança e proteção social, entre outros, que têm como lógica para o seu funcionamento o incremento da *desmercadorização*. Este conceito proposto por Esping-Andersen (1990) significa, em termos gerais, a capacidade de proteger as pessoas e os grupos mais vulneráveis das incertezas e dos acontecimentos imprevisíveis gerados pelos mercados. Neste sentido, as políticas sociais, que surgem dos vários setores do Estado Social, têm como objetivo primordial a redução das desigualdades económicas e sociais e, conseqüentemente, o alargamento e aprofundamento das oportunidades de vida.

Segundo Almeida (2012) as desigualdades podem ser definidas como diferenças que designam desvantagens a longo prazo que limitam os indivíduos, independentemente dos seus méritos individuais.

Assim, de acordo com Silva, M. M. M., & Alves, D. R. (2016), a Constituição apresenta grandes originalidades no que toca aos direitos fundamentais. Desde logo, consagra fundamentalmente os chamados clássicos direitos, liberdades e garantias.

2.1 Os Direitos Sociais

Se no auge do Estado Providência³ os fatores de risco eram atendidos coletivamente pelo Estado, que era o responsável por garantir a segurança na vida dos cidadãos, hoje é pedido aos indivíduos sejam responsáveis pela sua própria segurança face aos riscos e ameaças que podem surgir na vida.

Contudo, os deveres do Estado ainda são fundamentais. Embora a abordagem possa ser distinta do passado, o Estado ainda tem a responsabilidade de fornecer serviços essenciais de forma a ajudar os cidadãos

³ Ambos os termos Estado Providência, Estado Social e Estado de bem-estar remetem para a mesma definição. O Estado enquanto organização política, económica e sociocultural possui uma componente de proteção social enquanto agente organizador da economia.

a lidar com adversidades que possam surgir. Além disso, é importante que o Estado adote políticas que promovam igualdade e justiça social, com o fim de minimizar as desigualdades e garantir que todos têm acesso aos mesmos direitos e benefícios.

Os direitos sociais estão entre os direitos menos consolidados. Tanto do ponto de vista de proteção jurídica na Constituição, quanto do ponto de vista da aceitação social. Esta realidade torna-os particularmente vulneráveis e não é surpreendente que sejam estes os direitos mais atacados, quando se procura “ajustar” o desempenho dos países aos critérios de competitividade. A despesa pública onde é mais fácil cortar é a despesa social e tal foi evidente com o programa de ajustamento acordado entre o Estado Português e a troika das instâncias internacionais (o Fundo Monetário Internacional, a Comissão europeia e o Banco Central Europeu).

Através da Constituição da República Portuguesa, os cidadãos possuem direitos, entre eles o direito ao trabalho. De acordo com o artigo 58^o, todos têm direito ao trabalho e incumbe ao Estado promover a execução de políticas de emprego, a igualdade de oportunidades e a formação cultural e técnica dos trabalhadores, assim como a sua valorização.

⁴ Artigo 58.º

Direito ao trabalho

1. Todos têm direito ao trabalho.

2. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover:

a) A execução de políticas de pleno emprego;

b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;

c) A formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.

3. O Desemprego em Portugal

Consoante Castel (2009) atualmente vivemos numa sociedade que é marcada pela “insegurança social”, em que as gerações atuais perspetivam que as gerações seguintes terão piores condições de vida, isto é, que o amanhã será pior que o hoje.

Um dos problemas sociais mais marcante nos dias de hoje é o desemprego. Para Araújo (2012), a noção moderna de desemprego surge, nos finais do século XIX e início do século XX, com a consolidação da sociedade industrial e do trabalho remunerado, que se estabiliza com as políticas e instituições especializadas na gestão do mesmo.

De acordo com Centeno (2001; p: 58; cit. in Cachapa, 2007), o desemprego é definido como a situação de *“um indivíduo em idade ativa que não possuindo uma atividade pretende obtê-la e desenvolve esforços para a conseguir, tende a deixar de fora um número crescente de pessoas, que não sendo desempregados no sentido estatístico da expressão, também não participam na população ativa”*.

As inúmeras mudanças que têm afetado a economia mundial fizeram com que o modo de olhar e gerir o fenómeno do desemprego se tenha alterado. Um dos fatores dessa transformação foi a mudança na conceção do salário como variável económica (Antunes, M., 2005). De acordo com esta autora, o salário, após a Segunda Guerra Mundial, era visto mais numa perspetiva macroeconómica, isto é, o salário era concebido como um elemento essencial do rendimento nacional. A importância do salário no rendimento nacional residia no facto de influenciar, de forma decisiva, o nível de procura efetiva e o nível de desemprego (segundo o modelo keynesiano). No entanto, nos finais da década de 70, o salário já era visto numa perspetiva microeconómica. Assim, de acordo com o modelo neoclássico, na determinação do nível de emprego, o salário era

considerado mais como um custo do trabalho, e passou a ser uma variável decisiva para as empresas.

No seu livro *“A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”*, Keynes (1996) criticou duramente a abordagem neoclássica. Para o autor, o nível de emprego não é determinado pelo mercado de trabalho, mas sim pela chamada procura efetiva. Simultaneamente, o emprego tem relação direta com o nível de produção de cada economia, que pode ser medido pelo Produto Interno Bruto. Quanto maior for o crescimento da economia (PIB), maior será a taxa do crescimento do emprego. No entanto, para que haja produção é necessário que haja consumo (soma dos gastos das famílias com bens e serviços) e investimento (soma dos gastos das empresas para criar ou aumentar a capacidade produtiva). A procura efetiva incorpora, portanto, a soma de todos os gastos de consumo e investimento (Bellingieri, 2010).

3.1 Tipologias de desemprego

Juntamente com a definição de desemprego, dever-se-á também fazer a distinção entre o Desemprego a Curto Prazo e o Desemprego a Longo Prazo, uma vez que posteriormente será mencionado nos dados recolhidos. Desemprego de Curta Duração não é tão referenciado pelos autores que estudam o Desemprego nem surge no glossário do portal do Instituto Nacional de Estatística apesar de ser considerado. Isto deverá ocorrer, sobretudo, devido ao facto de ser o Desemprego de Longa Duração, aquele que mais influencia o desenvolvimento económico do país. No entanto, o desemprego de curto prazo corresponde ao indivíduo que se encontra desempregado há menos de 12 meses. De acordo com o portal do INE⁵ e com o documento metodológico de

⁵ Instituto Nacional de Estatística

inquérito ao emprego, o desemprego de longo prazo caracteriza-se como o indivíduo que se encontra desempregado à procura de emprego há 12 ou mais meses.

Em conformidade com Killeen (1996) e Arcoverde (1998), as causas do desemprego são várias e muitas vezes o que é causa para um determinado tipo de desemprego é a solução para outra linha de pensamento. As causas mais comuns para o desemprego são: o desenvolvimento tecnológico, a globalização, os modernos métodos de gestão entre outros. Através das causas do desemprego, alguns economistas identificaram diferentes tipos de desemprego, sendo que os mais citados no livro *9 Polis: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*⁶ são:

1) Desemprego Conjuntural, Cíclico ou Involuntário - Caracteriza-se por ocorrer nas fases descendentes do ciclo económico, isto é, quando o Produto fica abaixo do nível de pleno emprego (crise económica).

2) Desemprego Estrutural ou Tecnológico – Resulta das transformações ocorridas na estrutura económica, ou seja, os trabalhadores sem os requisitos técnicos ou educacionais necessários aos novos empregos (como por exemplo população que sai da zona rural para as zonas urbanas, ou empresas que adotam novas tecnologias ou mesmo métodos administrativos que requerem um certo nível de escolaridade). Uma outra parte está ligada às profissões que já entraram em desuso, isto é, especialidades ultrapassadas pelas mudanças tecnológicas.

3) Desemprego Sazonal – Este tipo de desemprego ocorre em função das variações no ritmo e na frequência da atividade económica em épocas típicas do ano, por exemplo época de colheita, em determinadas zonas, o emprego expande-se para depois se contrair em períodos de cultivo por exemplo. Outro

⁶ 9 Polis: Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Verbo, 1987

bom exemplo é em épocas festivas ou de turismo nas zonas urbanas, neste caso diz-se sazonal uma vez que se repete todos os anos.

4) Desemprego Friccional ou Natural – Ocorre na transição de um tipo de emprego para outro. Quando um indivíduo perde um emprego, não encontra outro no momento imediatamente a seguir, diz-se que existe uma “fricção” (tempo de adaptação e de informação até ao surgimento de um novo emprego).

3.2 Políticas de emprego

Para Barbier (2009), as políticas ativas de emprego têm como primazia o aumento da participação de todos os elementos de uma sociedade no mercado de trabalho, podendo ainda ter diversas formas, de acordo com o regime Estado-Providência. Nestas políticas estão incluídas as medidas que objetivam a promoção da adaptação da mão-de-obra por meio da formação profissional, e incentivos de novos empregos (Valadas, 2012). Segundo o autor, estas medidas de emprego correspondem às compensações financeiras que podem ser atribuídas em caso de desemprego.

A nível nacional, a ênfase nas políticas de emprego tem sido impulsionada pelas organizações internacionais, como os Conselhos Europeus e a OCDE.

Em Portugal, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P (IEFP)⁷ é a entidade que mais contribui para a implementação das políticas públicas de emprego. É esta entidade que faz a gestão e controlo do emprego e dos desempregados, tendo um papel muito importante na formação profissional, uma vez que direciona muitos dos desempregados, aumentando as suas qualificações escolares e profissionais, alargando a possibilidade de estes desempregados reintegrarem o mercado de trabalho.

7

Neste momento, as medidas de apoio ao emprego são bastantes e diversificadas. O IEFP, tutelado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social tem um papel fundamental na implementação de políticas de emprego, como por exemplo, através dos estágios profissionais ou programas ocupacionais que têm grande efeito no controlo de desempregados e movimentos de emprego (Valadas, 2012). Para o mesmo, a diminuição dos efeitos negativos do desemprego dos grupos sociais desfavorecidos e o incentivo a estes desempregados para entrar ou reentrar no mercado de trabalho, são os dois objetivos mais importantes das medidas de apoio ao emprego.

Capítulo 2

Métodos de investigação

Para Lakatos e Marconi (2017), o conhecimento científico é definido como um entendimento baseado em factos reais, que se podem constituir em problemas de investigação, sendo verificável por processos experimentais e organizado sistematicamente em lógicas que formam as teorias. Os autores consideram que o conhecimento científico possui quatro características singulares, sendo elas: a realidade, porque lida com factos; a contingência, pelas suas experiências; sistémico, através da sua metodologia ordenada de maneira lógica e conexas; verificável, pois afinal, hipóteses não comprovadas não pertencem ao campo da ciência; falível, por não ser definitivo nem absoluto.

Assim sendo, e após revisão bibliográfica sobre o tema em estudo, apresentam-se os elementos, imprescindíveis, do processo de investigação. O ponto de partida para este trabalho é o de conhecer o papel do Estado, no que respeita à sua atuação, relativamente à resolução de problemas sociais, neste caso mais especificamente, o desemprego.

De acordo com Freixo (2011), definir a questão de pesquisa é o passo mais importante a ser considerado em qualquer estudo de pesquisa. O formato da pergunta fornece indicações importantes que indicam a estratégia de pesquisa a seguir. Estas devem ser entendidas como fases, reduzidas a dimensões acionáveis, bem definidas e precisas, destinadas a aumentar significativamente o nosso conhecimento sobre o fenómeno em estudo.

Neste sentido, formularam-se as seguintes questões de investigação:

- O Estado Português oferece apoios aos cidadãos em situação de desemprego? Quais?

- De que forma é que o Estado Português participa na reinserção dos desempregados no mercado de trabalho?

- Quais as representações que os desempregados em Portugal têm acerca das medidas de apoio?

De forma a ser possível desenvolver e aprofundar este tema foi de extrema importância apresentar e caracterizar o modelo e a metodologia utilizados nesta investigação. Primeiramente, recorreremos à análise de variáveis económicas, através de bases de dados como o INE e Pordata, para conhecer o nível de desemprego vivido em Portugal e quais as pessoas mais afetadas fazendo uma análise por género, idades e habilitações literárias.

Seguidamente, recorreremos a uma análise qualitativa, realizando uma entrevista semi-estruturada (Anexo 1) adaptada ao participante, uma vez que a sua contribuição para o presente estudo advém do exercício da sua carreira. A entrevista foi exploratória, realizada a um membro do XIII Governo, ligado à área do Trabalho, de forma a obter *insights* sobre as medidas que são pensadas e postas em prática.

A entrevista foi realizada no dia 10 de março de 2023, tendo sido estabelecido um contacto prévio com o chefe de gabinete, expondo os objetivos do estudo e solicitando a colaboração do secretário de estado do trabalho. Posteriormente, foi agendada a entrevista, seguindo-se a sua realização com recurso a um gravador e, por fim, a sua transcrição. A transcrição da entrevista pode ser consultada no anexo 2 deste trabalho.

Posteriormente, foi realizada uma análise do conteúdo do discurso do entrevistado, de forma a descrever e sistematizar os conteúdos da mensagem para a sua interpretação. De acordo com Bardin (2009), este tipo de análise

permite não só descrever a mensagem, como também interpretá-la, mantendo o foco no sentido denotativo do discurso.

Por último, aplicámos um inquérito por questionário, um método quantitativo, a pessoas em situação de desemprego que foi realizado no Google Forms (Anexo 3). O inquérito compõe-se por um amplo conjunto de questões, de resposta aberta e fechada, que se dirigem a um grupo de indivíduos específico, que está ou esteve desempregado nos últimos 3 anos e que *“podem envolver as suas opiniões, as suas representações, as suas crenças ou várias informações factuais sobre eles próprios ou o seu meio”* (Almeida & Pinto, 1995, p. 65).

Desta forma, utilizamos uma triangulação metodológica, isto é, aplicámos outro método de investigação que permitiu complementar a informação recolhida anteriormente. Para Denzin (1989), a triangulação consiste num processo de colocar cada método em confronto com outro, de forma a maximizar a sua validade tendo sempre como referência o mesmo problema de investigação.

Assim, no capítulo seguinte, começamos por efetuar uma análise baseada em dados estatísticos provenientes do INE e do Pordata acerca do desemprego em Portugal, para posteriormente explorarmos a entrevista e o inquérito feitos.

Capítulo 3

Apresentação de resultados

3.1 Dados estatísticos sobre o Desemprego em Portugal

A evolução do desemprego em Portugal é uma preocupação no país, por um lado, devido ao aumento gradual ao longo dos últimos anos e, por outro lado, pela situação económica vivida recentemente, caracterizada pela inflação, a subida das taxas de juro, a perda do poder de compra dos assalariados, a crise energética e a guerra na Ucrânia, que levou a uma recessão económica no país. Para realizar uma análise aprofundada da sociedade, é necessário explorar gráficos estatísticos relativamente ao desemprego consoante diversas variáveis, permitindo assim estudar o fenómeno em causa.

Os dados que se seguem foram retirados do PORDATA e do INE acerca do nível de desemprego em Portugal para analisar o desemprego em Portugal, num período de 20 anos, entre 2001 e 2021, começamos por comparar a

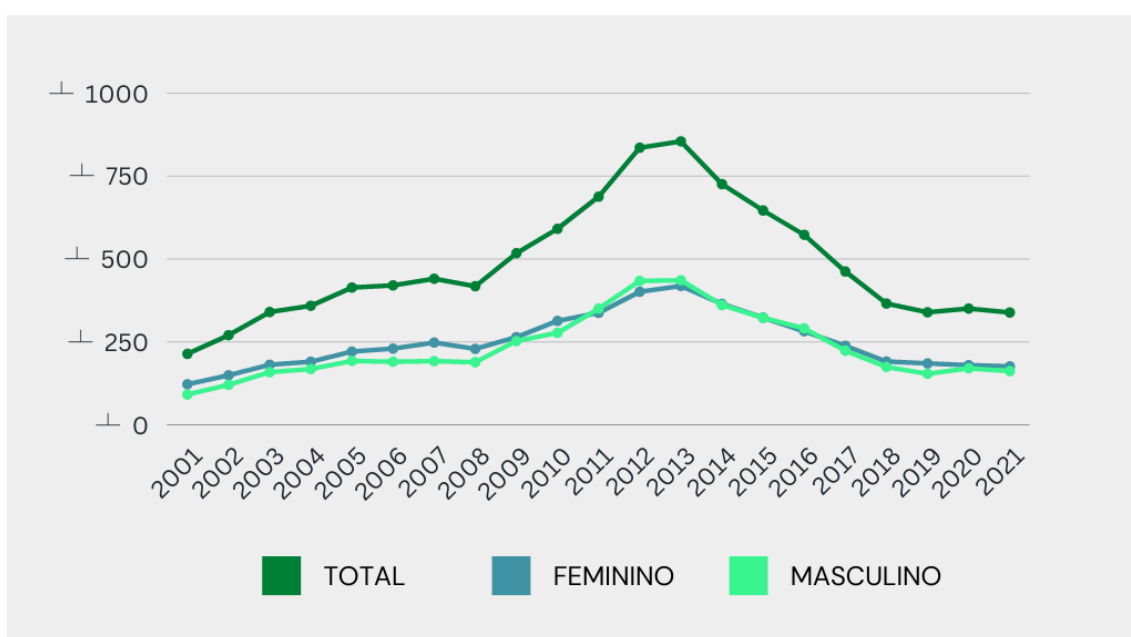


Gráfico 1: População desempregada: Total e por género.

Fonte: Elaboração própria

diferença entre géneros, como podemos observar de seguida.

Primeiramente, Portugal apresenta, ao longo do tempo, um nível de desemprego acentuado. É visível um período de crescimento desde 2001 a 2007, com cerca de 440,6 milhares de pessoas sem emprego. Apesar de um decréscimo no ano seguinte, de aproximadamente 22,6 milhares, logo depois assistimos a um aumento acentuado até 2013 que alcança um valor histórico de 854,7 milhares de cidadãos. Este fenómeno poderá ser explicado pela Crise Económica de 2008, que o nosso país teve de ultrapassar com ajudas europeias.

Ao analisar o gráfico, é perceptível a discrepância de género em todo o período: começando por ser mais desfavorável para os elementos do género feminino, acaba por se tornar menos notório com o passar dos anos, terminando em 2021 com valores próximos entre homens e mulheres sem emprego, 162,2 milhares e 176,6 milhares, respetivamente.

Contudo, não só o desemprego é avaliado por desigualdades de género, mas também pelo nível de escolaridade que o cidadão apresenta.

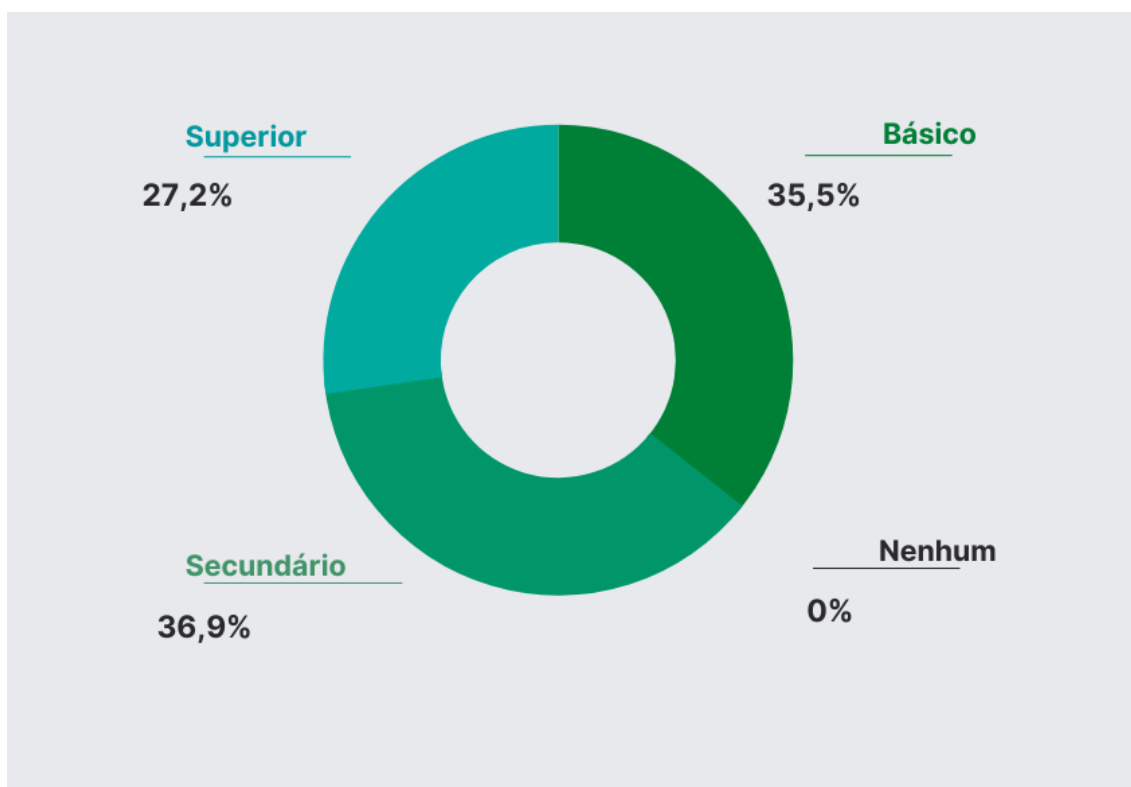


Gráfico 2: População desempregada: Por nível de escolaridade em 2022.

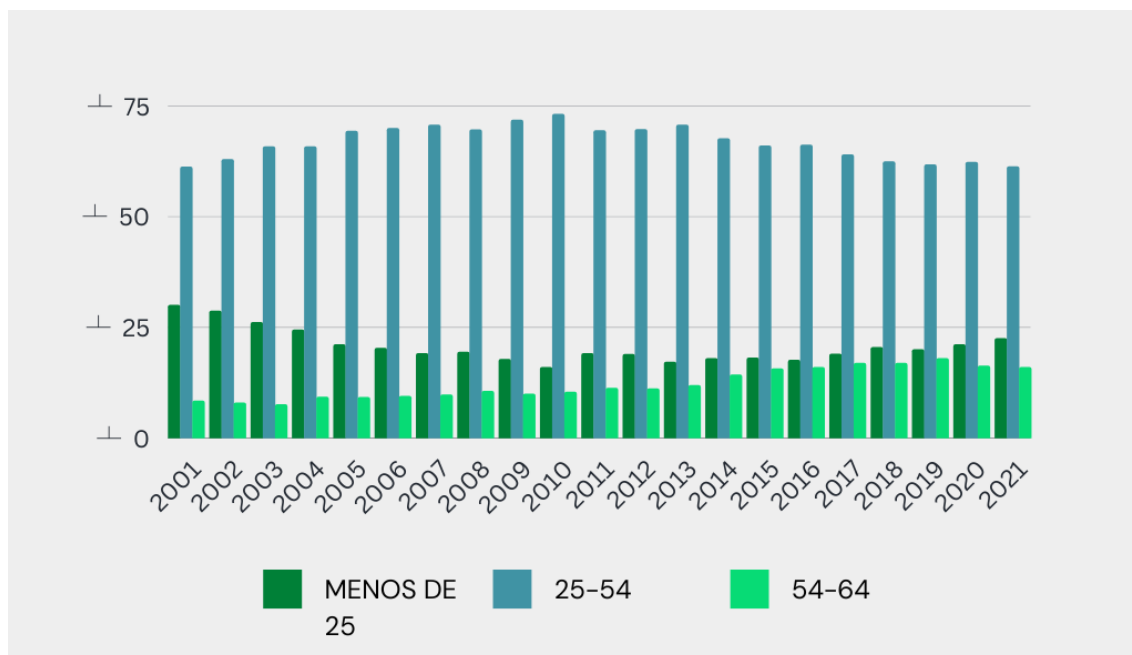
Fonte: Elaboração própria

Neste caso, no ano de 2021, é claramente visível que quem concluiu o ensino superior é quem possui menos probabilidades de se encontrar em situação de desemprego. Ainda assim, e mesmo sendo o mais baixo, este nível ainda assume um valor bastante elevado de 27,2% de toda a população desempregada.

Logo acima encontram-se os desempregados que possuem o nível de ensino básico, com uma percentagem de 35,5%, seguido das habilitações do ensino secundário, que detêm o valor mais alto com 36,9%.

É interessante o facto de este último ter o maior valor, uma vez que não é o nível mais baixo de ensino apresentado no gráfico, o que pode sugerir, então,

que as nossas aptidões literárias não são tudo, quando toca a conseguir um trabalho.



De forma a complementar às duas variáveis já apresentadas, analisamos o nível de desemprego de acordo com as diferentes faixas etárias.

O gráfico 3 mostra-nos que os cidadãos mais afetados, ao longo dos 20 anos de análise, são aqueles que têm entre 25 e 54 anos, que apresentaram o seu valor mais elevado em 2010 com 73,1% do total dos desempregados desse mesmo ano. Em 2021, essa categoria decresceu 11,8pp, ficando com uma percentagem de 61,3%, ainda assim mais alta do que todos os outros grupos etários.

Seguidamente, as pessoas com menos de 25 anos são as mais afetadas pelo desemprego, com 16,1% em 2010. Contudo, o desemprego jovem é um problema que tem vindo a agravar-se: como se pode ver, atingiu o valor de

Gráfico 3: População desempregada: Por grupo etário.

Fonte: Elaboração própria

22,6% em 2021, sendo uma das mais altas da Europa de acordo com os dados do Eurostat⁸.

Por último, encontramos a faixa etária dos 54 aos 64 anos, com valores substancialmente mais baixos comparativamente com os outros grupos: em 2010 apresenta 10,5% do total dos desempregados e, apesar de ter aumentado para 16,1% em 2021, continua a ser o menos afetado.

3.2 Medidas de apoio ao Desemprego

3.2.1 Instituto da Segurança Social

O Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), é um instituto público de regime especial, que prossegue atribuições do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e que tem como missão garantir a proteção e a inclusão social das pessoas, reconhecendo os seus direitos, assegurando o cumprimento das obrigações contributivas e promovendo a solidariedade.

Através do site da Segurança Social⁹ é possível conhecer os diversos tipos de subsídio que o Estado Português coloca ao dispor dos residentes em Portugal que estão sem emprego. Neste momento, em 2023, são sete:

- 1) Subsídio de desemprego: Entende-se por uma prestação atribuída para compensar a falta de remuneração motivado pela perda involuntária de emprego.
- 2) Subsídio social de desemprego: Concebe-se por ser uma prestação aos beneficiários que não reúnam as condições necessárias para receber o

⁸ Eurostat - Taxa de Desemprego - GEE

⁹ Desemprego - seg-social.pt

subsídio de desemprego inicial ou que já receberam na totalidade esse subsídio a que tinham direito, mas continuam desempregados.

- 3) Subsídio de desemprego parcial: Caracteriza-se por ser uma prestação para os trabalhadores que requereram ou estão a receber subsídio de desemprego, mas iniciam atividade por conta de outrem com um contrato a tempo parcial ou uma atividade independente.
- 4) Subsídio por cessão de atividade: Classifica-se como uma prestação atribuída a trabalhadores independentes que sejam economicamente dependentes de uma única entidade e cujo contrato tenha cessado involuntariamente.
- 5) Subsídio parcial por cessão de atividade: Reconhece-se por prestação a trabalhadores independentes numa situação em que o trabalhador, após cessão do contrato, mantenha uma atividade cujo rendimento seja inferior ao montante do subsídio por cessão de atividade.
- 6) Subsídio por cessão de atividade profissional: Toma-se pela prestação que visa compensar a perda de rendimentos de trabalhadores independentes com atividade empresarial e de gerentes/administradores das sociedades em cessão de atividade por motivos justificados para o encerramento da empresa.
- 7) Subsídio parcial por cessão de atividade parcial: Admite-se por uma prestação atribuída a trabalhadores independentes com atividade empresarial e a gerentes/administradores de sociedades que requeiram ou estejam a receber subsídio por cessão de atividade profissional, mas que iniciem atividade por conta de outrem com contrato a tempo parcial ou uma atividade independente.

3.2.2 Instituto de Emprego e Formação Profissional

Para além do Instituto da Segurança Social, o Estado Português possui também um outro mecanismo de apoio às pessoas desempregadas: o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)¹⁰. O IEFP é um serviço público de emprego nacional. Este serviço tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego, assim como combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente, a formação profissional.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional proporciona um conjunto de programas e medidas de emprego destinado a melhorar o perfil de empregabilidade dos desempregados e de forma a apoiar a sua integração no mercado de trabalho, sendo elas:

- 1) Incentivo à aceitação de ofertas de emprego: Esta medida consiste na atribuição de um apoio financeiro aos desempregados titulares de prestações de desemprego que aceitem ofertas de emprego apresentadas pelo IEFP ou se coloquem pelos próprios meios, a tempo completo, com uma remuneração inferior ao valor da prestação de desemprego que se encontram a receber.
- 2) Programa de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego: Para todos aqueles que têm uma ideia de negócio e pretendem desenvolver uma atividade empresarial de pequena dimensão podem candidatar-se a este programa que engloba 3 medidas: a) Apoios à criação de empresas; b) Programa Nacional de microcrédito; c) Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego

¹⁰ IEFP - IEFP, L.P.

- 3) Estágios: Procura complementar e aperfeiçoar as competências de forma a facilitar a reinserção profissional num contexto real de trabalho. Através da medida Estágios ATIVAR.PT, um desempregado possibilita-se a realizar um estágio de 9 meses.
- 4) Emprego-Inserção: Baseia-se no trabalho socialmente necessário, ou seja, a realização, durante um período máximo de 12 meses, de atividades socialmente úteis tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contacto com o mundo do trabalho dos desempregados subsidiados, dos beneficiários do rendimento social de inserção e outros desempregados que estão inscritos, mas que não recebem prestações sociais.
- 5) Reabilitação Profissional: Para aqueles que possuem dificuldades especiais para se integrar socio-profissionalmente devido a algum tipo de deficiência ou incapacidade.
- 6) Mobilidade Geográfica: Constitui apoios que visam promover e facilitar a integração no mercado de trabalho, nos casos em que a oferta de emprego ou a criação do próprio emprego implica mobilidade geográfica.

3.2.3 Mercearias sociais e Balcões de empreendedorismo

As mercearias sociais são uma iniciativa gerida pelo Banco Alimentar Contra a Fome, em parceria com a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania. O objetivo da mercearia social é dar mais dignidade às famílias, numa lógica de proximidade no seu local de residência, estar num espaço onde podem selecionar os produtos de acordo com as suas preferências e necessidades. Baseia-se num sistema inovador e pioneiro de créditos por família, de acordo com as características do agregado familiar e as necessidades de cada família.

Os balcões de empreendedorismo¹¹ são um serviço para a atividade económica, totalmente eletrónico, disponibilizado pelo Estado que permite às empresas efetuarem diferentes operações sem terem de se fazer representar nos balcões físicos. Permite, assim, criar uma empresa quando alguém deteta uma oportunidade de negócio ou cria uma solução para colmatar uma lacuna no mercado existente.

3.2.4 Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho

Caracteriza-se por ser uma proposta de lei constituída por um conjunto de medidas legislativas relativas ao trabalho digno e que cumpre objetivos considerados prioritários no que toca ao mercado de trabalho. As principais medidas apresentadas são:

- 1) Trabalho temporário: O Estado Português propõe medidas para diminuir o trabalho temporário, com o intuito de aumentar os contratos sem termo.
- 2) Combate ao falso trabalho independente e recurso injustificado a trabalho não permanente.
- 3) Plataformas digitais e algoritmos: Regular as novas formas de trabalho associadas às transformações no trabalho e à economia digital. Reforçar os direitos dos trabalhadores que prestam trabalho através de plataformas digitais em Portugal.
- 4) Contratação coletiva.
- 5) Conciliação entre trabalho, vida pessoal e familiar: Aperfeiçoar o regime de licenças de parentalidade num quadro de promoção da

¹¹ Balcão do Empreendedor - ePortugal.gov.pt

igualdade entre mulheres e homens. Promover a melhoria da gestão dos tempos de trabalho no âmbito da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. Reforçar a proteção laboral dos cuidadores informais.

- 6) Combater o trabalho não declarado.
- 7) Proteção dos jovens trabalhadores-estudantes e estagiários.
- 8) Reforço ACT e simplificação administrativa: Aprofundar o reforço da autoridade para as condições de trabalho. Reforçar os serviços públicos da administração do trabalho. Promover a simplificação administrativa em matérias laborais.
- 9) Contratação pública e apoios públicos.
- 10) Cuidadores informais.

Capítulo 4

4.1 Análise da entrevista: análise de conteúdo por categorias

Neste capítulo analisamos os resultados obtidos através da entrevista realizada a um membro do Governo Português, ligado à área do Ministério do Trabalho, sobre o desemprego em Portugal. Foi realizada uma análise por categorias de forma a tornar mais fácil a discussão e a reflexão sobre o tema através de uma perspetiva mais próxima do Governo.

4.1.1 Medidas para solucionar o problema do desemprego

¹²Inicialmente, perguntamos ao entrevistado qual seria a solução para o desemprego em Portugal. O propósito desta é tentar aferir de que forma o Estado tenta resolver esta situação que afetou cerca de 155 milhares de pessoas no último ano, segundo o site Pordata¹³.

A resposta que obtivemos é de que a solução para este problema se baseia bastante no aumento de qualificação dos portugueses, quer seja antes da situação de desemprego, como após estarem desempregados através de instrumentos de formação profissional. Desta forma, fica patente a importância atribuída à educação ao longo da vida, que visa o desenvolvimento das competências necessárias para atender à procura do mercado de trabalho que está em constante mudança.

¹² A análise por categorias elaborada de acordo com respostas do entrevistado encontra-se no anexo 4 deste trabalho (Tabela 4 a 13).

¹³ [PORDATA - Ambiente de Consulta](#)

O investimento em programas de formação profissional não só ajuda a preparar os trabalhadores com habilidades relevantes, mas também melhora a sua empregabilidade e oportunidades de carreira a longo prazo. Além disso, a educação ao longo da vida pode contribuir para o desenvolvimento económico e a competitividade do país, ao ser criada uma força de trabalho altamente qualificada e adaptável às mudanças tecnológicas e às necessidades do mercado:

“Tudo o que significa aumentar o nível de qualificação dos portugueses, portanto começando pelas políticas de educação, é uma medida que contribui ativamente para a redução do desemprego. Porque quanto mais qualificados forem as pessoas maior empregabilidade têm”

De forma complementar, o Estado tem como objetivo intervir numa rápida reinserção no mercado de trabalho e, para isso, criou uma medida legislativa que dá a oportunidade de se acumular, em simultâneo, o novo salário e parte do subsídio de desemprego com vista a aumentar a predisposição dos desempregados de longa duração para aceitar um trabalho com duração igual ou superior a 6 meses, sendo que esta medida se aplica àqueles que estão a receber subsídio de desemprego há mais de 12 meses

Assim, o entrevistado acredita que a solução para o desemprego começa por apostar nas qualificações das pessoas, começando pelas políticas de educação, à mais rápida reinserção das pessoas ao mercado laboral, através dos serviços públicos de emprego.

A posição do entrevistado está alinhada com as políticas e iniciativas recomendadas pela literatura. A formação e educação continua são fundamentais para ajudar os trabalhadores a manterem-se competitivos no mercado que está em constante mudança. Além disso, os serviços públicos de emprego têm um papel importante na rápida reinserção das pessoas,

fornecendo serviços como aconselhamento da carreira, encaminhamento para ofertas de emprego e formações profissionais.

A União Europeia, por exemplo, destaca a importância da educação e formação ao longo da vida para apoiar a inclusão social e a empregabilidade dos cidadãos. Através de políticas e iniciativas, a UE visa munir os indivíduos com as competências e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e, assim, promover a inovação e a competitividade. Desta forma, a posição do entrevistado está em consonância com as recomendações de políticas da União Europeia no que se refere à educação e formação.

4.1.2 O papel dos programas fornecidos pelo Estado para qualificar as pessoas

Uma vez que, como referido pelo entrevistado, a qualificação é essencial para combater o desemprego, perguntamos ao atual Secretário de Estado do Trabalho de que forma os programas de formação proporcionam esse aumento nas qualificações.

O mesmo, transmitiu que o papel dos programas é absoluto, isto significa que, é extremamente necessário que as pessoas adquiram várias competências para a sua vida profissional e que o Estado fornece ajuda nessa aquisição de conhecimento através destes programas:

“Quanto mais qualificadas são as pessoas, em melhores condições estão para encarar o mercado de trabalho.”

Houve vários programas mencionados pelo entrevistado, tais como o RVCC¹⁴ e a ANQEP¹⁵. O primeiro surge com o intuito de simultaneamente se ganhar

¹⁴ O RVCC é um processo, desenvolvido pelo Centro Qualifica, através do qual um adulto demonstra competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, por vias formais, não formais e informais, que são passíveis de validação e certificação para efeitos de obtenção de uma qualificação.

novas competências e validar as antigas e, o segundo, com o objetivo de criar formações que provêm das necessidades das empresas.

Não só é mencionada a importância da formação para a empregabilidade, mas também a relevância que tem para a vida da pessoa e o seu mérito próprio:

“A formação profissional que nós promovemos e financiamos e desenvolvemos é uma formação que tem um valor transformador das pessoas.”

Para o entrevistado, se o país quiser ter uma economia capaz de participar na economia internacional, produzindo bens e serviços de alto valor acrescentado, temos de ter uma estrutura de qualificações que permita isso.

4.1.3 O desemprego jovem

Sobre a questão do desemprego jovem e as medidas que são tomadas para lidar com isso, o entrevistado fala sobre a transição dos jovens para o mercado de trabalho e como é importante os estágios profissionais de forma a incentivar a empregabilidade:

“o instrumento principal que temos como medida é o recurso a estágios profissionais devidamente remunerados em que incentivamos no fundo (...) criar projetos de estágio para que os jovens que estão nessa situação.”

Foi mencionado que a falta de experiência é, muitas vezes, uma barreira para o acesso a empregos, uma vez que, o mercado de trabalho desconfia das competências que os recém-formados possuem. Daí advém o programa *Ativar*

¹⁵ A ANQEP é uma agência que tem como objetivo contribuir para a melhoria dos níveis de qualificação dos jovens e adultos, promovendo uma procura crescente por qualificações escolares e profissionais, ao nível não superior, e também, uma oferta de formação inicial e ao longo da vida que seja atrativa, relevante e de qualidade para o mercado de trabalho.

¹⁶como medida que ajuda as empresas a contratar jovens, através do apoio financeiro para estágios remunerados.

O entrevistado acredita que este programa é uma forma de incentivar as empresas a criar oportunidades para os jovens à procura do primeiro emprego, demonstrando uma preocupação que poderá ser solucionada desta forma.

4.1.4 Jovens NEET¹⁷

Tendo como ponto de partida os jovens, foi questionado sobre os que não trabalham nem estudam. O membro do Governo admite que é necessário ter respostas socialmente inovadoras, sendo que a primeira coisa a fazer é perceber o porquê:

“Não pode ser one size fits all, quer dizer tem de ser um bocadinho, mas tailor made, à medida.”

O entrevistado crê que o Estado tem de trabalhar para que se diminua o volume desses jovens NEET e para dar-lhes condições para um aumento de educação, formação e empregabilidade.

4.1.5 Empreendedorismo jovem

Ainda no mesmo tópico dos jovens, questionei se o empreendedorismo jovem poderia ser uma resposta a esta questão do desemprego, tendo recebido como resposta que não, apesar do empreendedorismo ser uma forma que ajuda os jovens e, conseqüentemente, o seu desemprego, mas não se pode transferir para cada individuo a responsabilidade da sua própria empregabilidade:

¹⁶ O programa Ativar.pt é um apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com desempregados inscritos no IEFP, com a obrigação de proporcionarem formação profissional aos trabalhadores contratados.

¹⁷ NEET significa Not currently engaged in Employment, Education or Training. Os jovens classificados como NEET são aqueles que não estão integrados nos sistemas de educação e formação, estágio ou trabalho, e que não se encontram a desenvolver esforços para entrarem no mercado de trabalho.

“Não podemos querer dizer o desemprego resolve-se com todos os jovens empreendedores.”

Assim, faz referência e dá-nos a conhecer um programa que vai ser lançado no IEFP que se chama Empreende XXI¹⁸ que tem como finalidade apoiar novas ideias de negócio. Neste programa, existirá uma relação de reciprocidade, no sentido em que quanto mais trabalho for criado, mais apoio financeiro recebe a ideia de negócio.

4.1.6 Agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho

Ao referir a Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, foi apontado pelo entrevistado, que um dos objetivos estratégicos da mesma é a valorização dos jovens através do combate à precariedade laboral:

“Nós temos que propor aos jovens modelos atrativos em que eles se sintam reconhecidos e valorizados.”

Explicou, ainda, a necessidade que existe em criar um mercado de trabalho com mais direitos, qualidades e condições para que as pessoas sejam valorizadas, de forma a mantê-las no país.

4.1.7 Medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas

Em seguida, perguntou-se se existem medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas, tendo ficado

¹⁸ O programa Empreende XXI consiste em ajudar a criar, desenvolver e financiar um novo projeto empresarial num montante ate quase 85% do total elegível.

esclarecido que existem medidas com base numa discriminação positiva, mas não relativamente às minorias étnicas:

“Medidas de política ativas de emprego algumas situações em que majoramos, portanto, fazemos alguma discriminação positiva, em função de certas condições de vulnerabilidade (...), mas não especificamente em razões da etnicidade, mas sim por razões da vulnerabilidade auferida de outras formas em que se distinguem.”

Assim, o Estado contribui com um incentivo maior nas situações de vulnerabilidade de certas pessoas, mas com o propósito de ajudar na sua empregabilidade que, de outra forma, seria mais difícil que os restantes, como é o caso de cidadãos com deficiência ou até mesmo os jovens.

4.1.8 O RBI como solução para o desemprego

Questionou-se sobre o Rendimento Básico Incondicional (RBI) como possível solução para este problema social. No entendimento do entrevistado, a implementação do RBI não solucionaria o problema do desemprego, uma vez que, segundo o membro do Governo, a questão do trabalho nas sociedades contemporâneas não é uma questão meramente de rendimento:

“Se houver um rendimento mínimo incondicional (...) ainda assim haveria, seguramente, pessoas que se iriam sentir socialmente diminuídas porque se sentiriam a participar na construção social económica como as demais.”

Isto devido ao facto de que nós, enquanto sociedade, nos definimos muito perante a situação profissional que apresentamos. Para o entrevistado, não bastaria haver um RBI para todos, porque a questão em si vai mais além do valor monetário.

4.1.9 Soluções para o desemprego e medidas futuras de combate ao desemprego

O entrevistado acredita que a solução para o desemprego tem a ver com questões como aumentar as qualificações das pessoas, no sentido de adequar cada vez mais essas qualificações com o que são as necessidades do mercado de trabalho, com a capacidade de antecipar desemprego futuro, sendo que o Estado proporciona apoios sociais para que as pessoas tenham uma fonte de rendimento:

“Anteciparmos desemprego futuro por via de obsolescência de competências e de funções profissionais e, portanto, fazendo já alguma reconversão profissional dessas pessoas e evitando que fiquem em desemprego.”

Por último, perguntou-se sobre quais as medidas que estão a ser pensadas para o futuro. O entrevistado prontamente mostrou que, para além de todas as mencionadas, o Estado está sempre a pensar num tipo de resposta para cada tipo de problema, sendo que deve ter um conjunto diferente de soluções.

4.2 Análise Estatística Descritiva dos dados recolhidos no inquérito

Nesta secção apresentam-se os resultados obtidos no inquérito realizado e efetua-se uma análise às respostas obtidas, de forma a perceber as representações das pessoas que estão, ou estiveram, desempregadas nos últimos 3 anos.

Com um total de 50 respostas, maioritariamente do género feminino (Anexo 5, Gráfico 14), e idades compreendidas entre os 18 e os 79 anos (Anexo 5, Gráfico 15), o inquérito foi disponibilizado online, quer isto dizer que, apenas pessoas com acesso à internet o realizaram, tendo estado disponível durante desde 30 de março a 19 de abril.

4.2.1 Perfil dos inquiridos

Relativamente a questões demográficas, predominam os indivíduos solteiros, moradores do concelho do Porto e pessoas que possuem licenciatura, como é possível confirmar na Tabela 1 (Anexo 5, Gráfico 16, 17 e 18).

Estado Civil	Solteiro (66%)	Casado/ União de facto (22%)	Divorciado (12%)
Local de residência (concelho)	Porto (60%)	Lisboa (12%)	Leiria (10%)
Habilitações literárias	Licenciatura (32%)	Ensino secundário (26%)	Mestrado (24%)

Tabela 1: Perfil dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

Dos 50 inquiridos, 37 encontram-se em situação de desemprego ou já se encontraram nos últimos 3 anos, representando assim 76% da amostra (Anexo 5, Gráfico 19). Assim, as restantes perguntas foram apenas direcionadas para este grupo de indivíduos.

4.2.2 Desempregados

Primeiramente, inquiriu-se sobre a duração da situação de desemprego. A média de tempo que os inquiridos se encontram desempregados é de 8 meses (Anexo 5, Gráfico 20), sendo que a maior parte dos mesmos apenas estiveram uma vez nesta situação ou estão pela primeira vez a passar por isso (Anexo 5, Gráfico 21).

Desta forma, não nos será possível desenvolver qualquer tipo de abordagem preliminar face às consequências pessoais do desemprego perante o peso crescente do desemprego de longa duração. Não obstante, iremos focar a nossa análise em indivíduos que estão desempregados há menos de um ano pelo que, muito provavelmente, estarão a beneficiar de uma prestação de desemprego.

Seguidamente, quando inquiridos sobre a razão que os levou a estar desempregados, as respostas foram variadas, mas a principal razão é a cessão de contrato ou a não renovação do mesmo com uma taxa de 44,4%, como é possível observar no próximo gráfico (Gráfico 4).

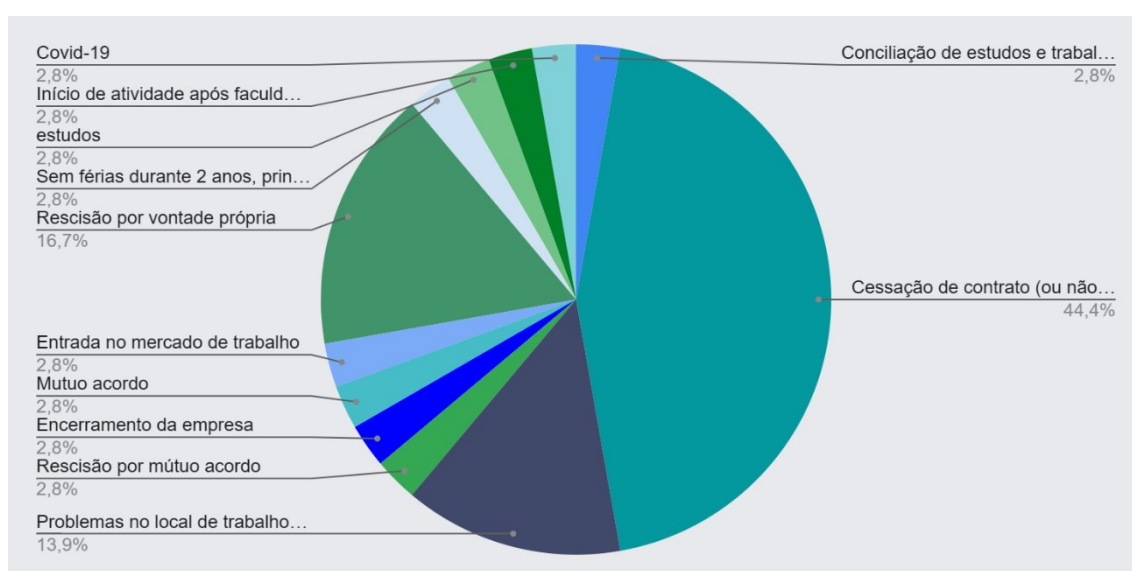


Gráfico 4: Causas para a situação de desemprego dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

Deste grupo, 85% dos inquiridos está inscrito no centro de emprego (Anexo 5, Gráfico 22), mas apenas 53,8% usufrui, ou usufruiu, dos apoios financeiros que o Estado possui para ajudar os desempregados (Gráfico 5). Como foi anteriormente mencionado, existem 7 tipos de subsídio disponíveis, sendo que quase todos os inquiridos (95,5%) recebem o subsídio de desemprego, com a exceção de um que tem direito ao subsídio social de desemprego (Anexo 5,

Gráfico 23). Estes dados revelam que a grande maioria dos respondentes se encontra de alguma forma numa situação de proteção face ao desemprego. Não obstante, uma parte dos inquiridos (46,8%) encontra-se numa situação de desproteção e mais vulneráveis face ao risco de pobreza e exclusão social.

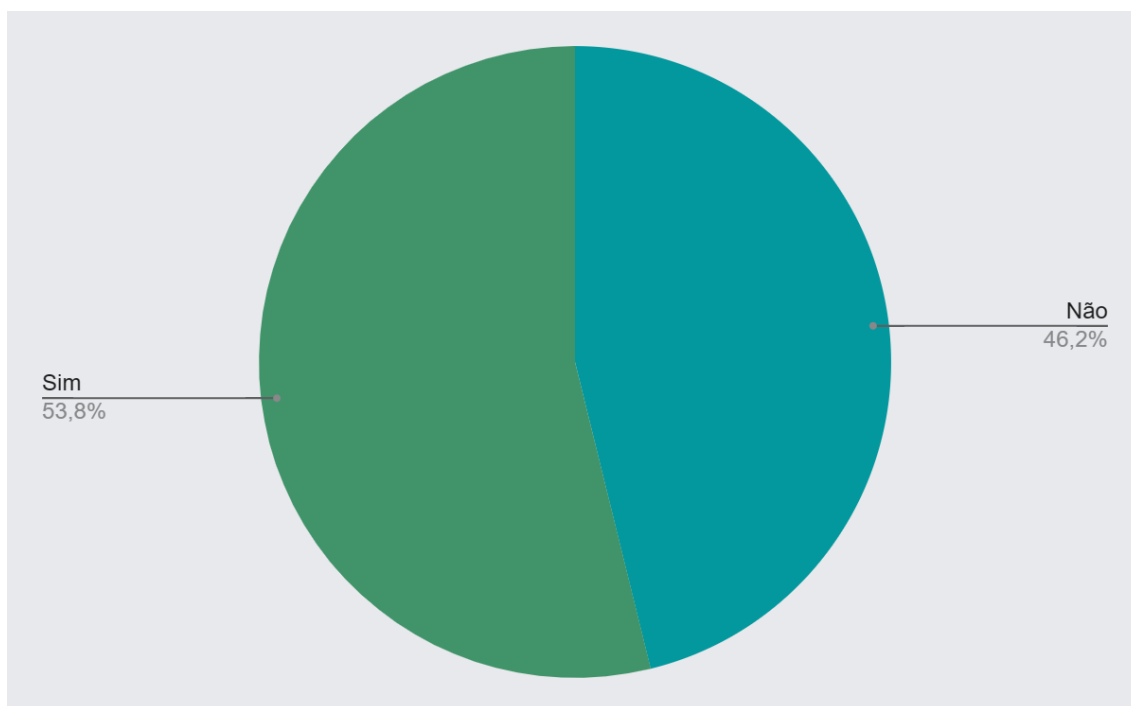


Gráfico 5: Percentagem de inquiridos que usufruí ou usufruiu de apoios financeiros fornecidos pelo Estado para os desempregados.

Fonte: Elaboração própria

Quando confrontados sobre a sua representação relativamente ao facto de este apoio ser suficiente para tentar estabilizar a sua vida financeira e que outros tipos de apoio tinham para fazer face às suas despesas, a generalidade respondeu que não (Anexo 5, Gráfico 24), e que a maior parte do apoio extra advém das famílias dos desempregados (Gráfico 6).

Os resultados obtidos vão ao encontro da visão de Loison (2000), que defende que a ajuda familiar financeira é uma estratégia comum utilizada por muitos portugueses para lidar com a crise económica e financeira que atingiu o

país durante a última década. A diminuição de rendimentos e o aumento do desemprego levaram muitas pessoas a depender do apoio económico de familiares para cobrir necessidades básicas.

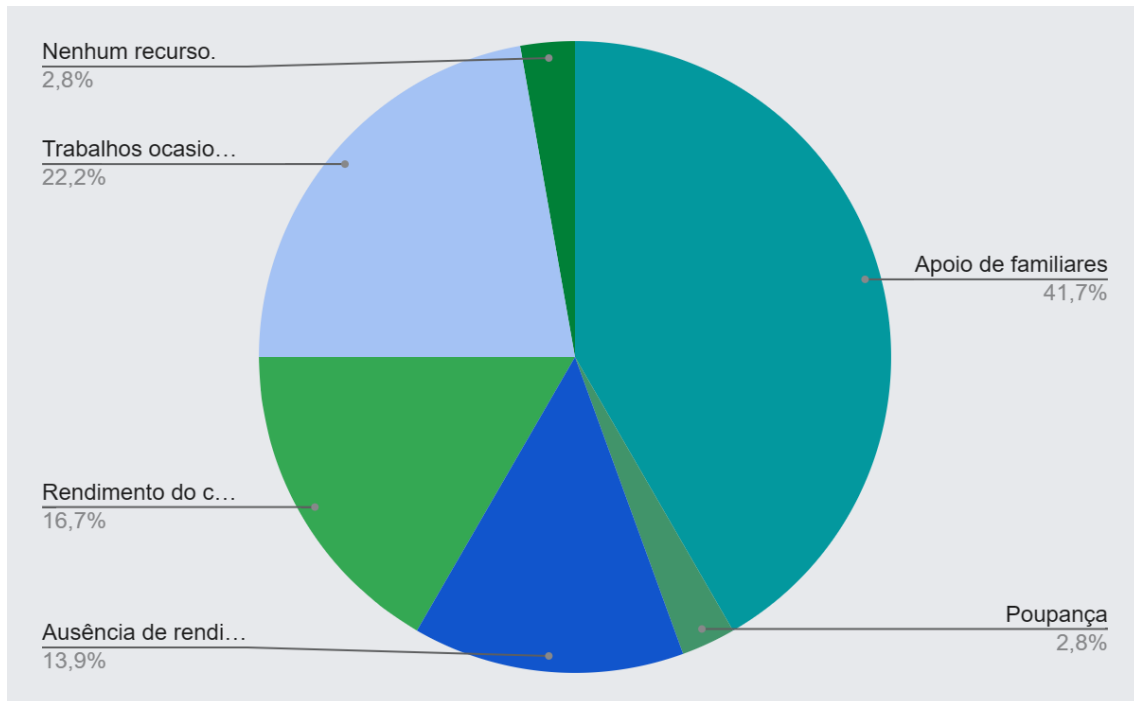


Gráfico 6: Outro tipo de rendimento que os inquiridos têm disponível.

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à procura ativa de emprego, 28 dos inquiridos estavam, no momento de aplicação do inquérito, à procura de emprego (Anexo 5, Gráfico 25) e as opiniões dividiram-se sobre o que poderia facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho (Gráfico 7).

Com maior percentagem, 33,3% dos inquiridos, acredita que uma forma de propiciar essa reentrada no mercado de trabalho seria através da diminuição dos impostos para as empresas, como é o caso da TSU-Taxa Social Única. Logo depois encontra-se a aposta na qualificação e competências das pessoas em situação de desemprego, com uma percentagem de 25,6%.

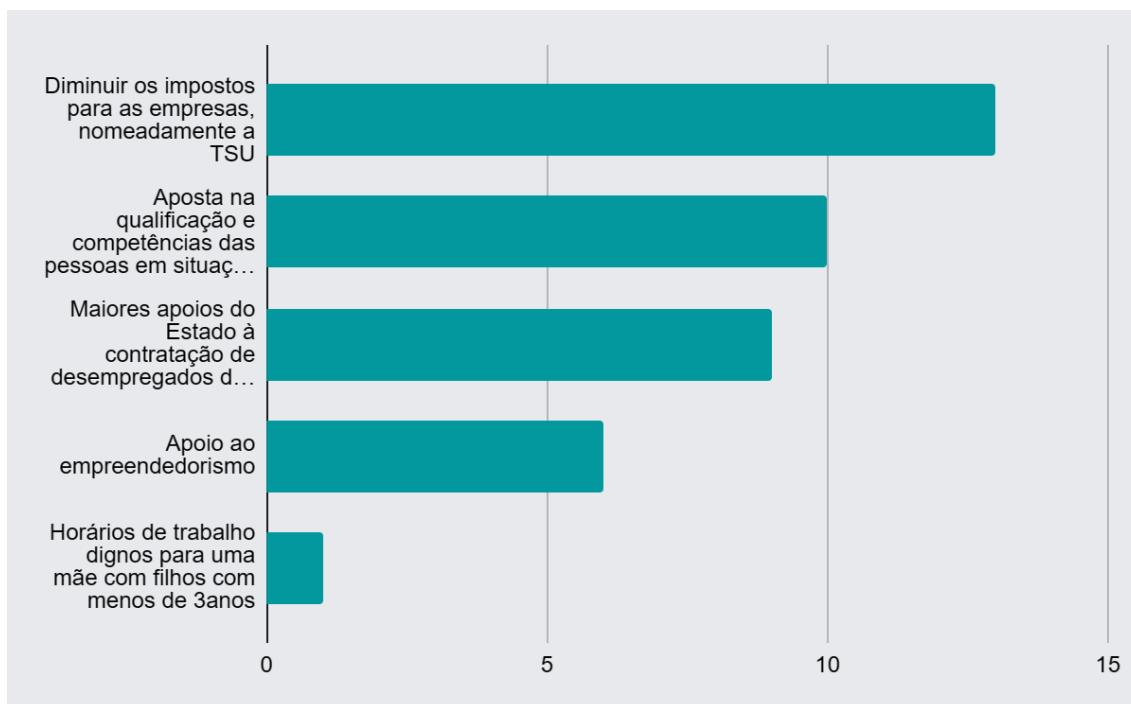


Gráfico 7: Ideias dos inquiridos para facilitar a reinserção no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração própria

Quanto à utilização dos cursos que o IIEFP oferece, mais de metade dos inquiridos (55%), (Anexo 5, Gráfico 26), diz já os ter utilizado como forma de aumentar as suas qualificações. Os cursos mais frequentados e mencionados foram os de Liderança e Gestão de Equipas (Gráfico 8).

Outros cursos frequentados pelos inquiridos incluem cursos na área da informática e tecnologia, línguas estrangeiras, comunicação e marketing. Os dados indicam que pessoas com níveis de educação mais elevados tendem a frequentar cursos em áreas mais especializadas e técnicas, enquanto pessoas com níveis de educação mais baixos tendem a frequentar cursos mais gerais.

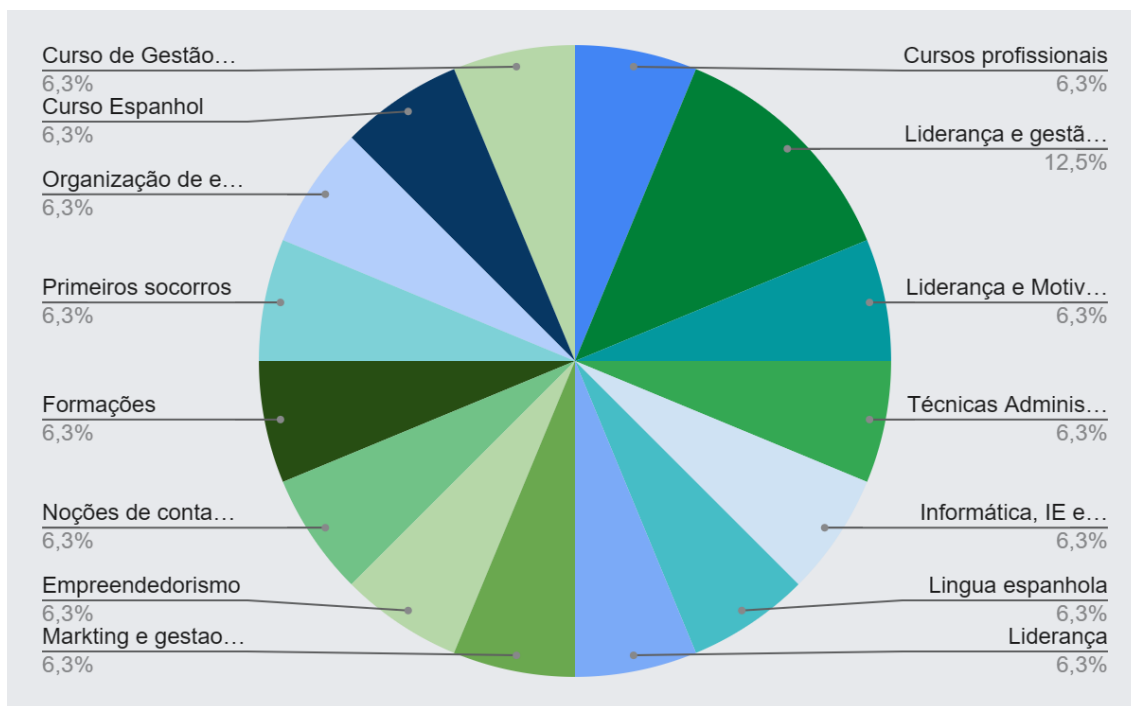


Gráfico 8: Cursos do IEFP frequentados pelos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

Dos inquiridos, 61,1% acredita que estas formações contribuem para aumentar as suas hipóteses de empregabilidade (Anexo 5, Gráfico 27) e 68,4% consideram que atualmente é necessário adquirir mais formação (Anexo 5, Gráfico 28).

As formações mais citadas foram alusivas às áreas de Marketing, Gestão, Informática e Línguas (Gráfico 9), o que sugere que os desempregados estão cientes da importância da formação profissional e que consideram as áreas mencionadas anteriormente como as mais relevantes, no que diz respeito a aumentar qualificações.

Com base nesses dados, sugere-se que o Estado deve direcionar os seus esforços, de forma a atender aos interesses dos desempregados, oferecendo cursos de formação nas áreas mais procuradas. Além disso, é importante garantir que essas formações sejam acessíveis a todos. O Estado pode, ainda, oferecer incentivos fiscais às empresas que contratem desempregados que

completaram cursos de formação, visando fomentar a empregabilidade e valorizar o investimento na formação.

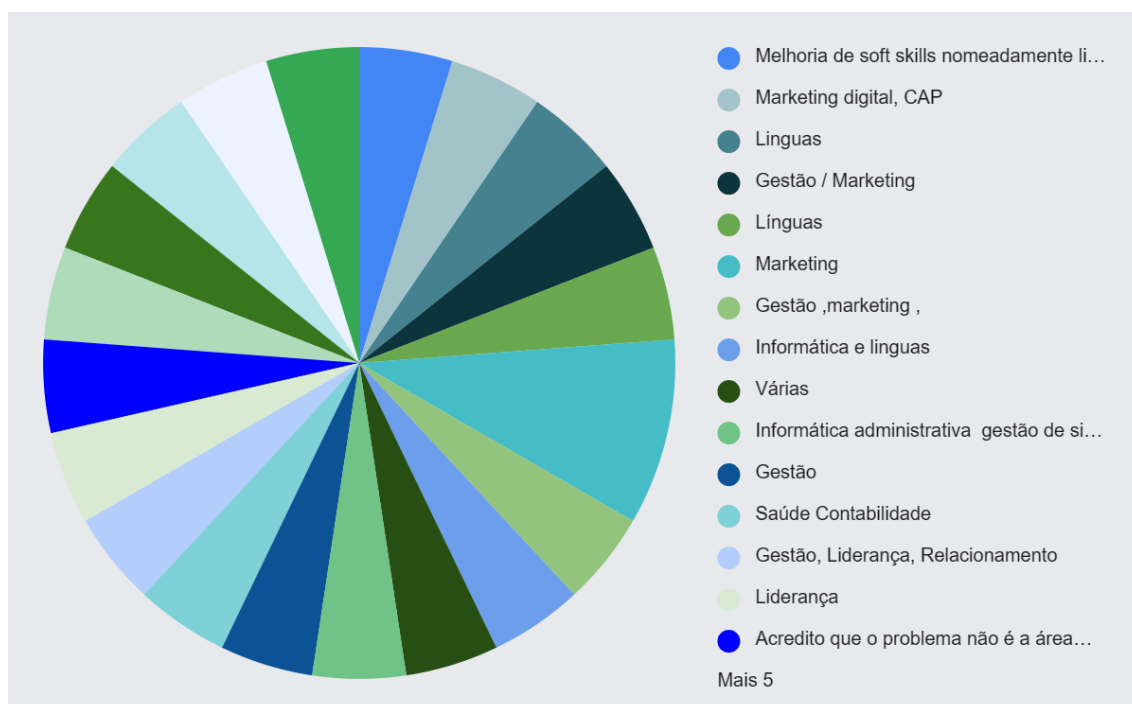


Gráfico 9: Formações que os inquiridos consideram necessárias.

Fonte: Elaboração própria

Na última secção do questionário, as perguntas realizadas eram mais direccionadas para as medidas de apoio em vigor. Assim, quando questionados sobre a sua perceção relativamente à sua adequabilidade para a situação individual de cada um dos inquiridos, a resposta obtida com 72,5% (Anexo 5, Gráfico 29) foi que não. A esse respeito, os inquiridos tiveram a oportunidade de dar sugestões sobre outros apoios que gostariam de ter, como podemos observar na tabela 2:

Mais ajuda na procura de emprego
Valor do subsídio desemprego de acordo com os descontos efetuados sobre o meu salário proporcional como era antigamente e não um limite máximo que é insuficiente para o meu nível de vida que o meu salário me proporcionou
Um valor maior no atual apoio
Apoio às despesas na habitação (Luz/água/internet) e na compra de bens essenciais, apoio a solteiros sem filhos
Subsídio desemprego de Natal 13 meses em vez de 12 meses
Propostas de emprego
Ajuda á renda, ajuda na alimentação
Maior ligação as empresas locais
À habitação: mais construção, mais apoios direcionados para os jovens.
Mais oportunidade de estágios profissionais remunerados
Acho que para jovens que estão desempregados, mas que já têm experiência no mercado de trabalho, deveria ser dada prioridade! Que a idade não fosse sinónimo de incapacidade ou inabilidade para desempenhar um cargo em qualquer trabalho. O apoio a quem é
Cursos
Emprego ajustado às qualificações
Valor do subsídio é pouco
Apoio em relação aos horários de trabalho

Tabela 2: Sugestões dos inquiridos para apoios do Estado.

Fonte: Elaboração própria

Seguidamente, questionou-se os inquiridos acerca de medidas legislativas e programas que o membro do Governo tinha indicado ao longo da entrevista, bem como se já tinham feito uso dessas mesmas medidas e programas, de forma a conseguirmos apurar se elas são do conhecimento geral de pessoas em situação de desemprego e se são, efetivamente, utilizadas.

No que se refere à medida legislativa que dá a possibilidade de acumular parte do subsídio de desemprego com o seu novo salário, apenas 28,2 % dos inquiridos afirma ter conhecimento dela, mas, em contrapartida, nenhum inquirido tirou proveito dela (Anexo 5, Gráfico 30 e 31).

Já no que concerne ao programa RVCC, 35% conhece a medida, mas desse mesmo grupo 73,3% (Anexo 5, Gráfico 32) utilizou este programa para reconhecer, validar e certificar as suas competências, como é o caso de um inquirido que diz ter terminado o 12.º ano (Anexo 5, Gráfico 33).

O último programa que foi mencionado aos desempregados foi a ANQEP-Agência Nacional para as Qualificações Profissionais, aferindo-se que este programa é do conhecimento de 27,5% dos inquiridos e foi aproveitada por 21,4% (Anexo 5, Gráfico 34 e 35).

Com base nos dados apresentados, podemos concluir que o programa ANQEP ainda é pouco conhecido pelos desempregados. Isso sugere que é necessário um esforço na comunicação para ser mais eficaz, de forma a tornar os programas de apoio ao emprego mais conhecidos pelos desempregados, a fim de poderem usufruir dos mesmos e, assim, aumentar suas chances de encontrar trabalho.

Além disso, é importante avaliar se a ANQEP e outros programas estão realmente a considerar as necessidades dos desempregados e se há maneiras de melhorar esses programas para os tornar mais eficazes na reinserção dos desempregados no mercado de trabalho. ...

Para terminar o questionário, apresentaram-se algumas medidas que o Estado anunciou para perceber o ponto de vista dos inquiridos sobre elas. Assim, questionou-se sobre a Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho, se os inquiridos consideravam que esta agenda traria emprego de maior qualidade e com melhores condições (Gráfico 12), sendo que 57,5% respondeu que não sabe/ não responde.

É possível explicar a alta percentagem de inquiridos que não souberam responder ou não responderam em relação à Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho pelo facto de ser um programa recente e que pode ainda não ter tido uma ampla divulgação e esclarecimento junto da população em geral. Porém, é importante salientar que a falta de conhecimento e informação por parte da população pode ser um obstáculo ao sucesso deste programa e pode dificultar a sua implementação.

É recomendável que o Estado faça um esforço de divulgação e esclarecimento junto dos portugueses, para que todos possam compreender os objetivos e benefícios da Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho e, assim, poderem aproveitar as oportunidades que este programa oferece.

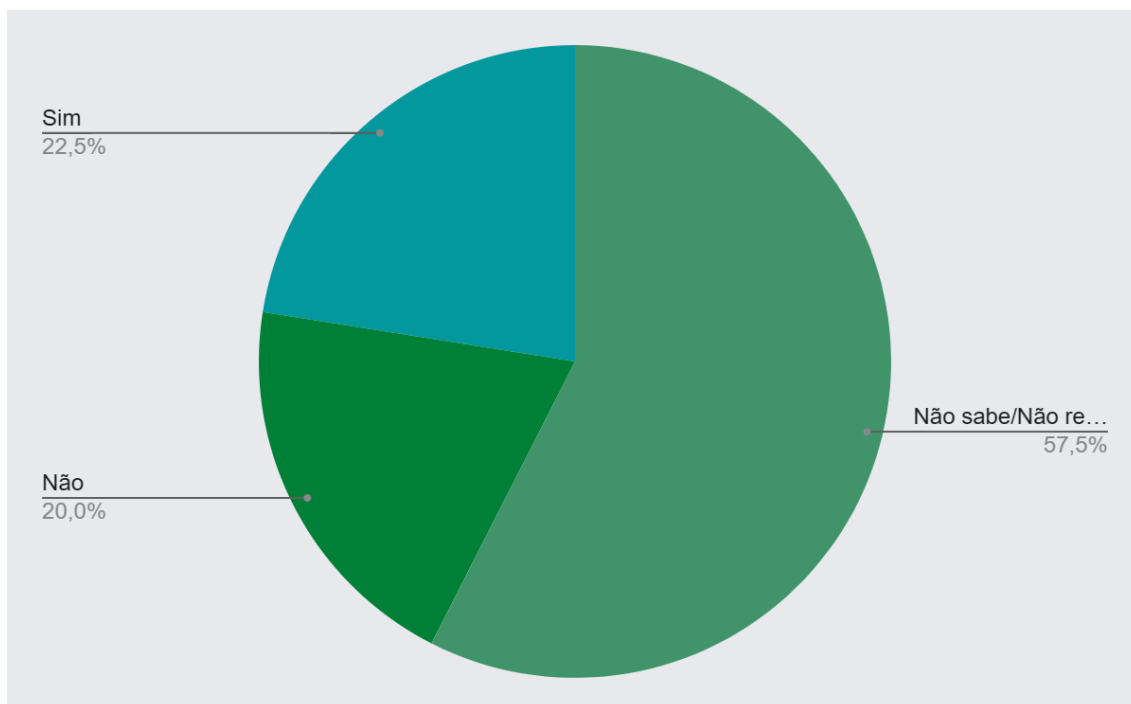


Gráfico 12: Percentagem de opiniões dos inquiridos relativamente à Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho como medida para trazer empregos de maior qualidade e com melhores condições.

Fonte: Elaboração própria

Logo depois, acerca do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, quando questionados se esperam que através deste programa possam existir menos contratações a termo (Gráfico 13), 32,5% dos inquiridos acredita que sim.

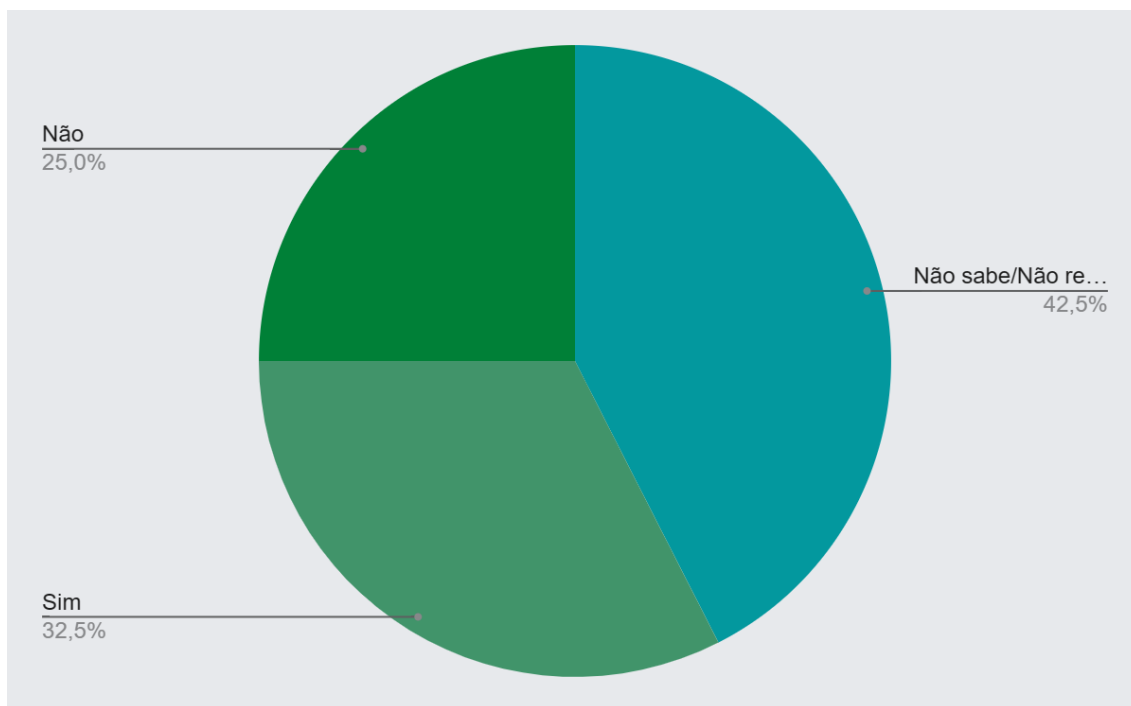


Gráfico 13: Percentagem dos inquiridos que esperam que, através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, possam existir menos contratações a termo.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, 90% da nossa amostra afirmou que os estágios profissionais podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e unicamente 10,3% acredita que é fácil, através dos incentivos que o Estado dá, ser-se empreendedor em Portugal (Anexo 5, Gráfico 36 e 37).

A alta percentagem de inquiridos que afirmam que os estágios profissionais podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho sugere que esta é uma medida avaliada como positiva pelos desempregados e que poderá ser uma solução viável para facilitar a entrada no mercado de trabalho.

Já o baixo número de inquiridos que acredita que é fácil ser empreendedor em Portugal sugere que ainda há muitos obstáculos e desafios que os empreendedores enfrentam no país, o que pode desencorajar potenciais empreendedores a avançarem com os seus projetos.

Capítulo 5

Discussão dos resultados

Nesta secção, apresentamos os resultados da pesquisa efetuada e refletimos sobre eles, com o objetivo de mostrar se conseguimos, ou não, responder às nossas questões de investigação.

Assim, relembremos as questões fundamentais desta investigação:

1. Existem medidas de apoios aos desempregados? Quais?
2. De que forma o Estado participa na reinserção no mercado de trabalho?
3. Quais são as representações dos desempregados face às medidas de apoio que lhes são oferecidas?

Primeiramente, através da entrevista realizada e da análise realizada a partir dos resultados do inquérito, é possível responder à nossa primeira e segunda questão de investigação. Podemos afirmar que o Estado oferece apoios aos cidadãos em situação de desemprego e conseguimos descrever quais são esses apoios. Estes incluem o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e outras medidas de emprego, tais como o Programa de Estágios Profissionais, os cursos de formação profissional oferecidos pelo IEFP e os programas como o Qualifica e a ANQEP.

Seguidamente, por meio do inquérito realizado, conseguimos conhecer as representações que os desempregados possuem das medidas que são postas em prática, assim como do que consideram que poderia ser executado de forma a melhorar a sua situação, respondendo assim à nossa terceira, e última, questão de investigação.

O resultado obtido corrobora o que Louson, L. (2003) defende, em que o modo de regulação social do desemprego em Portugal protege, numa certa

medida, contra a estigmatização e, simultaneamente, oferece às pessoas privadas de emprego, compensações em termos de integração social e de recursos económicos.

Para Gallie & Paugam (2000), o modo de intervenção do Estado, face ao desemprego, pode ser considerado como “subprotetor”. Os autores defendem que, se por um lado as medidas ativas de emprego são quase inexistentes, por outro, quando os cidadãos beneficiam de uma ajuda, o montante é relativamente fraco face ao custo da vida em Portugal.

Ao longo da análise da entrevista é possível observar que o discurso do entrevistado se baseia maioritariamente na qualificação das pessoas e na tentativa de uma rápida inserção no mercado de trabalho. Contudo, atendendo às respostas recebidas no inquérito, é notória a necessidade que os desempregados sentem para que haja uma preocupação direcionada para as suas características individuais.

Ribeiro (2012) e Teixeira (2012) admitem que os estudos atuais em Portugal sobre as medidas de inserção assentes na formação/emprego centram-se, sobretudo, nos indivíduos que delas beneficiam. Todavia, escasseia investigação sobre como estas políticas de inserção estão a ser interpretadas/operacionalizadas pelos empregadores (Cardoso et al.,1990; Tett, 2010). Apesar de todos os cursos de formação que o Estado disponibiliza, e que foram mencionados pelo entrevistado, as perceções daqueles que já as realizaram é de que são extremamente necessárias, mas que não as ajuda, efetivamente, na reinserção no mercado de trabalho.

Relativamente aos jovens, as perspetivas são idênticas, tanto a do entrevistado como as dos desempregados: os estágios remunerados são a via que poderá solucionar esse problema. É reconhecido que ainda existe muito estigma no que toca a contratar um jovem, como foi afirmado na entrevista: é

necessário propor aos jovens modelos atrativos e nos quais eles se sintam reconhecidos e valorizados.

Por fim, atendendo a ambas as fontes dos dados recolhidos, a entrevista e o inquérito, é possível constatar que em Portugal existem medidas que o Estado dispõe de forma a ajudar as pessoas em situação de desemprego. Não obstante, essas medidas, quer as monetárias como as de reinserção, parecem não ser suficientes para resolver a problemática em estudo.

Conclusão

O desemprego é uma questão complexa e de grande importância para a sociedade, que afeta diretamente a vida de muitas pessoas e que tem um impacto significativo na economia do país. Para lidar com este problema, o Estado português tem adotado medidas de proteção face ao desemprego, bem como programas de formação e qualificação profissional, incentivos à criação de emprego e apoio ao empreendedorismo.

Ao longo deste estudo tentou-se responder a três questões de investigação sobre os apoios existentes, de que forma o Estado participava na reinserção dos desempregados no mercado de trabalho e quais eram as representações dos desempregados face às medidas e apoios que lhes são fornecidos.

Através da análise dos dados recolhidos, é possível responder a todas estas perguntas. Se, por um lado, ficamos esclarecidos que o Estado possui medidas de apoio aos desempregados, por outro, é notório que estes mesmos desempregados não consideram que as medidas sejam suficientes e eficientes.

Paralelamente, também podemos afirmar que o Estado participa ativamente na reinserção no mercado de trabalho, contudo, espera-se que exista uma maior preocupação no que diz respeito à adequação dos programas às necessidades reais dos desempregados e do mercado de trabalho, nomeadamente, através de uma maior articulação entre as entidades públicas e privadas e uma análise

mais aprofundada das características e necessidades dos desempregados, tendo em vista o desenvolvimento de programas mais eficazes e eficientes.

Além disso, é necessário que haja um acompanhamento mais rigoroso e contínuo dos beneficiários dos programas, com vista a avaliar o seu impacto e aferir a sua efetividade na melhoria das condições de empregabilidade e emprego dos desempregados.

Com base na análise da literatura, é evidente que o Estado Português tem implementado diversas medidas para apoiar os cidadãos desempregados e facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho. Lima, M. D. P. C., & Fernandes, L. C. (2014) destacam o impacto de políticas do mercado de trabalho, incluindo regulamentações do salário e programas de proteção social.

Além disso, existem medidas específicas para grupos mais vulneráveis, como os jovens. Madeira, J. C. R. (2011) faz uma avaliação crítica às políticas de emprego para os jovens em Portugal, enfatizando a importância da formação profissional e dos estágios profissionais.

No entanto, apesar destes esforços, algumas representações dos desempregados no nosso país sugerem que não se sentem totalmente apoiados pelas medidas existentes. Barros, R. M., & Moreira, A. S. (2015) sustentam que a perceção da eficácia das medidas de apoio ao desemprego pode ser influenciada por fatores individuais, como a idade e as habilitações literárias, bem como fatores económicos e sociais.

Em geral, enquanto a Literatura indica que têm sido implementadas várias medidas, ainda há espaço para melhorias não só nas que já existem, mas também na criação de novas e mais direcionadas à situação individual de cada um.

No que diz respeito a limitações deste estudo, poderíamos apontar o tamanho da , que não é representativo de toda a população de desempregados

em Portugal. Assim como o método utilizado para recolher dados (inquérito online), pode não ter sido acessível a todos os desempregados, especialmente àqueles que não têm acesso à internet ou que não se sentem confortáveis com a tecnologia.

Sendo este um estudo exploratório, não podemos generalizar os resultados obtidos, mas conseguimos perceber se existem apoios e quais são, tal como entender de que forma o Estado ajuda na reinserção no mercado de trabalho. Por fim, ficamos a conhecer as representações das pessoas que estão em situação de desemprego sobre esses apoios e medidas.

Pesquisas futuras poderiam concentrar-se em aprofundar a análise das diferenças na perceção das medidas e apoios por parte dos desempregados em função de variáveis como idade, género, nível de escolaridade, experiência profissional e duração do desemprego.

Outra possível linha de investigação seria a de analisar o impacto das medidas e apoios oferecidos pelo Estado na reinserção profissional dos desempregados e verificar se esses apoios e medidas estão a ser adequadamente divulgados e comunicados aos potenciais beneficiários.

Em suma, este estudo fornece uma base sólida para o entendimento das políticas e medidas atualmente disponíveis para os desempregados em Portugal e as suas representações sobre as mesmas, mas há ainda muito trabalho a ser feito para melhorar a eficácia dessas políticas e garantir uma maior inclusão e sucesso na reintegração no mercado de trabalho.

Bibliografia

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e Europa*. Editora Mundos Sociais.

Amaral Gonçalves Faustino. (2014). *Metodologia | Estatísticas* [PDF file]. Scribd. Retrieved October 17, 2022, from <https://pt.scribd.com/document/442021314/Amaral-Goncalves-Faustino-2014pdf>.

Antunes, M. (2005). *O desemprego na política económica: uma reflexão sobre Portugal no contexto da EU*. Coimbra Editora.

ANQEP - A ANQEP. (n.d.). *Www.anqep.gov.pt*. Retrieved May 8, 2023, from <https://www.anqep.gov.pt/np4/anqep/>

Araújo, P. (2012). *Desemprego. Dicionário das crises e das alternativas*, 74-75.

Arcoverde, A. C. B. (1998). *Desemprego de trabalhadores qualificados: Exclusão em tempos de Globalização, comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Brasília*.

ATIVAR.PT - IEFP, I.P. (n.d.). *Www.iefp.pt*. Retrieved May 8, 2023, from <https://www.iefp.pt/ativar.pt>

Azambuja, D. (2008). *Introdução à ciência política*. Globo Livros.

Balcão do Empreendedor - ePortugal.gov.pt. (n.d.). Eportugal.gov.pt.
<https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/balcao-do-empendedor>

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. (L. Edições 70, Ed.). Lisboa.

Barros, R. M., & Moreira, A. S. (2015). Desemprego, autoestima e satisfação com a vida: estudo exploratório realizado em Portugal com beneficiários do Rendimento Social de Inserção. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 15(2), 146-156.

Bellngieri, Júlio (2010). Por que existe Desemprego? Disponível em: http://www.tgaonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=55.

Bernstein, E., & Harvey, E. C. (2014). *Evolutionary Socialism*. Literary Licensing, LLC.

Boaventura, D. S. S. (1999). A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado [Review of A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado]. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 177-180.

Bourdieu, P. (By Wacquant) | PDF | Sociology | Reflexivity (Social Theory). (n.d.). Scribd. Retrieved November 22, 2022, from <https://pt.scribd.com/document/87830420/Bourdieu-by-Wacquant>

Branco, R. (2017). Entre Bismarck e Beveridge: sociedade civil e Estado providência em Portugal (1960-2011). *Análise Social*, 224(3), 534-558.

Cachapa, M. L. (2007). Desemprego, qualidade de vida e stress: um estudo na região de Lisboa. Lisboa: Universidade Aberta.

Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu*. Editions du Seuil.

Cardoso, J., et al. (1990). *Empresários e Gestores da Indústria em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.

Constituição da República Portuguesa. (n.d.). Retrieved February 6, 2023, from <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art58>

Constituição da República Portuguesa. (n.d.). Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976. Retrieved from <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

De Leon, D. (1920). *Reform or Revolution*. *Desemprego - seg-social.pt*. (n.d.). [Www.seg-Social.pt](https://www.seg-social.pt). <https://www.seg-social.pt/desemprego>

Denzin, N. K. (1989). *The research act*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Desenvolvimento Socioeconómico Em Debate, 4(1), 1. <https://doi.org/10.18616/rdsd.v4i1.4549>

Educação e formação. (2011). European Economic and Social Committee. <https://www.eesc.europa.eu/pt/policies/policy-areas/education-and-training>

Empreende XXI. (n.d.). Empreende XXI. Retrieved May 8, 2023, from <https://empreendexxi.pt/#o-que-e>

Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Scribd. Retrieved January 9, 2023, from <https://pt.scribd.com/doc/89651132/Esping-Andersen-G-1990-the-Three-Worlds-of-Welfare-Capitalism-Notes#>

Ferreira, S. (2000). *O papel das organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de protecção social. Uma abordagem teórico-histórica* [The role of third sector organizations in the reform of public social protection policies. A theoretical-historical approach] (Masters thesis). Universidade de Coimbra, Portugal.

Freixo, M. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* [Scientific methodology: Fundamentals, methods, and techniques] (3rd ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Gallie, D., & Paugam, S. (2000). The experience of unemployment in Europe: The debate. In D. Gallie & S. Paugam (Eds.), *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe* (pp. 1-18). Oxford, UK: Oxford University Press.

Garrido, Á. (2018). Debates, tensões e compromissos na institucionalização da economia social em Portugal, 1974-2013 [Debates, tensions, and commitments in the institutionalization of social economy in Portugal, 1974-2013]. *Desenvolvimento Socioeconômico Em Debate*, 4(1), 1. <https://doi.org/10.18616/rdsd.v4i1.4549>

Giddens, A., & Griffiths, S. (2006). *Sociology. Polity*.

Harvey, D. (2005). A brief history of neoliberalism [Review of the book *A brief history of neoliberalism* by D. Harvey, E. Loyola (Ed.), A. Sobral, & M. S. Gonçalves (Trans.)]. Oxford University Press.

Höfling, E. D. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais [State and social (public) policies]. *Cadernos.CEDES*, 21(55), 30–41. <https://doi.org/10.1590/s0101-32622001000300003>

IEFP, I.P. (n.d.). Home. Retrieved from <https://www.iefp.pt>

IEFP, I.P. (n.d.). Emprego. Retrieved February 9, 2023, from <https://www.iefp.pt/emprego>

Keynes, J. M. (1996). *The General Theory of Employment, Interest and Money* (N. C. Ltda, Ed.; M. R. da Cruz, Trans.; *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*). Royal Economic Society.

Killeen, J. (1996). The social context of guidance. In A.G. Watts, B. Law, J. Killeen, J.M., Kidd & M.R. Hawthorn (Eds.), *Rethinking careers education and guidance: Theory, policy and practice*, (pp. 3-22). New York: Routledge.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. (2007). *Fundamentos de metodologia científica* (6th ed.). São Paulo: Atlas.

Laville, J. (2018). *A Economia Social e Solidária. Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina/CES.

Lenin, V. I. U. (2020). Sobre o Estado - Conferência na Universidade Sverdlov. *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 11(3), 348–368. <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.3641>

Lima, M. D. P. C., & Fernandes, L. C. (2014). A austeridade, as políticas neoliberais e as mudanças do regime de emprego em Portugal. *Revista Katálysis*, 17(3), 402-412. <https://doi.org/10.1590/1982-02592014v17n3p402>

Loison, L. (2000). Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: Família e redes sociais. In *Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Sociedade Portuguesa: Passados recentes, futuros próximos*. Universidade de Coimbra (pp. 17-19).

Loison, L. (2003). A Experiência do Desemprego em Portugal: Elaboração duma Tipologia. *CIDADES, Comunidades E Territórios*, 6. <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9154>

Lowy, M. (2020). *The Theory of Revolution in the Young Marx*. BRILL.

Luxemburg, R. (1900). Reform or Revolution. Retrieved from <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm>

Madeira, J. C. R. (2011). *Dinâmica e Determinantes do Emprego dos Jovens em Portugal* (Doctoral dissertation, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal).

Mattoso, J. (1968). Intervenção na Comissão Liquidatária do Norte: O Caso da Empordef. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20303/1/ICS_KWall_Intervencao_CLN.pdf

Medidas, P. (n.d.). Agenda do Trabalho Digno e de Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho. Portugal.gov.pt. <https://www.portugal.gov.pt/download>

Mercearia Social | VidaCascais. (n.d.). Vida.cascais.pt. <https://vida.cascais.pt/servico/mercearia>

Mineiro, J. (2015). Desigualdades, serviços públicos e justiça social na "nova ordem mundial". In R. M. Carmo & A. F. Costa (Eds.), *Desigualdades em Questão: Análises e Problemáticas* (pp. 43-58). Lisboa: Mundos Sociais.

Quintão, C. (2004). Terceiro Sector: elementos para referenciação teórica e conceptual.

Ramos De Almeida, J., Ferreira, A., & Pureza, J. (2014). *O Estado Social, Crise e Reformas*. Coimbra: CES. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/44034/1/O%20Estado%20Social%20C%20Crise%20e%20Reformas.pdf>

Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., Teles, N., Castro Caldas, J., Hespanha, P., Ferreira, S., Pacheco, V., Leite, J., Augusto Costa, H., Carvalho Da Silva, M., Ramos De Almeida, J., Ferreira, A., & Pureza, J. (2014). *O Estado Social, Crise e Reformas*. Coimbra: CES. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/44034/1/O%20Estado%20Social%20C%20Crise%20e%20Reformas.pdf>

Ribeiro, P. (2012). *Da relação com a formação à formação com a relação: Vivências, experiências e (re)significações em processos de "Formação para a Inclusão"* (Tese de Mestrado em Educação e Formação de Adultos). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

RVCC – DGERT. (n.d.). Retrieved May 8, 2023, from <https://www.dgert.gov.pt/rvcc>

Santos, B. D. S. (1993). *O social e o político na transição pós-moderna*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 181-208.

Santos, B. D. S. (1999). *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. *Oficina do CES*, 134, 1-54.

Silva, M. M. M., & Alves, D. R. (2016). *A Transição para a Democracia em Portugal e sua importância nos Direitos Fundamentais*. In M. P. Pando Ballesteros, A. Muñoz Ramírez, & P. Garrido Rodríguez (Eds.), *Pasado y Presente de los Derechos Humanos Mirando al Futuro* (pp. 125-135). Madrid: Catarata Editora.

Teixeira, E. (2012). *Breaking women's social exclusion cycle? Social and education professionals' perspectives on Social Insertion Income beneficiaries*. In P. Cunningham & N. Fretwell (Eds.), *Creating Communities: Local, National and Global* (pp. 1-17). London: CiCe.

Tett, L. (2010). *Work-based learning, identity and organisational culture*. *Studies in Continuing Education*, 32(1), 17-27.

Van Vossole, J., Alice, D., Semanal, D., & El-Tahri, J. (2019). *Revolução Pan-Africanism*. Retrieved from https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/87122/1/Revolucao_Dicionario%20Alice.pdf

Von Mises, L. (2018). *Liberalismo - Segundo a tradição clássica* (I. L. von Mises Brasil, Ed.; H. Coutinho Pimenta, Trans.; 2a ed.). Copyright © Instituto Liberal e Instituto Ludwig von Mises Brasil.

Wacquant, L. (2009). *Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity*. Duke University Press.

Yeates, N. (1999). *Social Politics and Policy in an Era of Globalization: Critical Reflections*. *Social Policy & Administration*, 33(4), 372-393.

Anexos

Anexo 1- Guião da entrevista

- 1) Que medidas poderiam ser postas em prática para solucionar o problema do desemprego em Portugal?
- 2) Qual o papel da Educação para qualificar as pessoas de forma a diminuir o desemprego?
- 3) Qual o papel, em específico, de programas como o “Novas Oportunidades”, EFA (Educação e Formação de Adultos), e outros similares para combater o desemprego?
- 4) Existem medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas? Sim ou não? E no futuro, existem estratégias pensadas nesse sentido de acordo com as diretrizes da União Europeia?
- 5) O rendimento básico incondicional (RBI), um subsídio do Estado para todos os cidadãos, poderia ser uma solução para apoiar os desempregados, ou não? E porquê?
- 6) Na sua opinião, quais as causas do desemprego jovem?
- 7) Que medidas poderiam ser desenvolvidas de forma a apoiar os jovens na transição para o mercado laboral em Portugal?
- 8) Existem mais de 260 mil jovens que não trabalham nem estudam. O que é que o Governo pensa fazer para resolver este problema?
- 9) O empreendedorismo jovem pode ser uma solução para o desemprego, ou não? E porquê?

10) Qual o papel da agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho para a diminuição do desemprego jovem?

11) Quais são as estratégias que estão a ser pensadas para reduzir a taxa de desemprego no futuro?

Anexo 2- Transcrição da entrevista

BM: Bom dia, o meu nome é Maria Benedita Marinho. Sou aluna do mestrado em gestão na Católica Porto Business School e estou neste momento a realizar a minha dissertação para obtenção de grau de mestre sobre o papel do estado português relativamente à resolução de problemas sociais como é o caso do desemprego.

Antes de mais queria pedir a sua autorização para a gravação por voz da entrevista de modo a facilitar o tratamento da informação.

MF: Muito bem!

BM: Que medidas poderiam ser postas em prática para solucionar o problema do desemprego em Portugal?

MF: Ui! Isso é uma pergunta que não tem fim a resposta. Hmm vamos lá ver, eu vou-lhe responder como secretário de estado do trabalho e como secretário de estado do trabalho o que é que eu lhe posso dizer? Nós temos um conjunto de medidas variadíssimas que tentam promover a empregabilidade das pessoas. Pronto. Eu começo por dizer desde logo o que é que tem sido feito, tudo o que significa aumentar o nível de qualificação dos portugueses, portanto começando pelas políticas de educação, é uma medida que contribui ativamente para a redução do desemprego. Porque quanto mais qualificados forem as pessoas maior empregabilidade têm aqui e em qualquer parte do mundo. Depois, especificamente quando as pessoas estão em situação de

desemprego, o que nós procuramos fazer é promover o regresso o mais cedo possível dessas pessoas ao mercado de trabalho facultando-lhes, nomeadamente, instrumentos de formação profissional que ajudem a essa qualificação profissional. Ou seja, nós partimos sempre do pressuposto de que há uma relação entre a situação de desemprego e a questão também muitas vezes das qualificações que as pessoas têm. Sabemos que nem sempre é assim. Muitas vezes aquilo que dita a razão do desemprego não tem haver com a falta de qualificações para o exercício de uma função, mas sim porque a empresa ou um setor onde a pessoa está, entrou em dificuldades por esta ou aquela razão e a pessoa fica em situação involuntária de emprego e aí o que se procura fazer é ajudá-la a regressar o mais cedo possível ao mercado de trabalho através dos serviços públicos de emprego ajudando a uma realocação no mercado de trabalho. Mas aproveita-se esse tempo, nomeadamente o tempo em que a pessoa está desempregada, para melhorar a sua empregabilidade por via do reforço das suas qualificações de formação. Agora isto é muito variável, estou-lhe a falar em tese, em abstrato, depois depende de cada pessoa em concreto. Depois temos um outro grupo de desempregados, ou melhor que ainda não são empregados, que tem haver com os jovens à procura do primeiro emprego em que aí a questão é diferente. É a transição para o mercado de trabalho e aí o instrumento principal que temos como medida é o recurso a estágios profissionais devidamente remunerados em que incentivamos no fundo, pagando nós uma parte desse custo às empresas para que possam criar projetos de estágio para que os jovens que estão nessa situação possam. É uma outra forma de promovermos a empregabilidade. Agora em concreto, só para acabar, estamos também a mexer, vamos promover uma alteração legislativa que não está em vigor em que vamos permitir ao subgrupo dos desempregados de longa duração, e o que é que é um desempregado de longa duração? é alguém

que está há mais de 12 meses desempregado, que possa vir a acumular, no futuro, subsídio de desemprego parcialmente com o novo salário que venha a receber. Porquê? Porque há 3 razões que fazem com que às vezes as pessoas que ficam em situação de desemprego tenham depois alguma dificuldade em regressar ao mercado de trabalho. Estou a falar quando são elas próprias que não estão tão predispostas, apesar de que nos termos da lei terem de aceitar um emprego em determinadas condições depois na prática a gente sabe que nem sempre é assim. E porquê? Por 3 razões que nós vamos corrigir. Porque hoje em dia é muito difícil às vezes as pessoas que vão para o desemprego vão e o último salário que receberam era de X, imagine o último salário que receberam foram 1500 euros e agora quando estão no desemprego as novas propostas de trabalho que vêm são mais baixas pronto. E a pessoa entende que vale mais, não se sente motivada para isso, acha que é quase uma desqualificação, uma desconsideração e como tem a proteção social do desemprego para a qual contribuiu em que tem até 65% da última remuneração desde que não chegue a 3 vezes dos indexantes dos apoios sociais, qualquer coisa a volta dos 1200 euros, isso faz o quê? Faz com que a pessoa às vezes não tenha incentivo suficiente por via da remuneração para ir trabalhar. Porque a pessoa quando está a trabalhar tem o chamado um custo de oportunidade, se é da economia sabe, portanto deixa de poder fazer outras coisas porque está com o tempo de trabalho ocupado e tem custos acrescidos de deslocação, de alimentação, por aí fora pronto. E, portanto, às vezes não é vantajoso. Segunda razão, uma coisa que se calhar a Benedita não sabe, a pessoa quando está no desemprego mesmo que tinha um salário anterior melhor, vamos dizer assim, do que aquilo que vai receber no desemprego, para efeitos da sua carreira contributiva para a reforma continua a ser registado o valor do último salário. Ora, se o novo salário que venha a propor for um salário inferior significativamente a este, a pessoa

também não tem interesse em aceitar porque manifestamente está a degradar a sua condição contributiva. Nessa alteração que vamos fazer visa a poder acumular subsídio de desemprego com remuneração num esquema que se calhar não lhe interessa ao detalhe agora só mais a filosofia da medida e vamos atuar também nesta possibilidade que se o novo salário for pior, para efeitos da carreira contributiva, do que aquele que a pessoa estava a considerar, pode optar digamos pelo melhor das duas situações para esse efeito. Para quê? Para ajudar estas pessoas a incentivá-las a regressarem de novo o mais cedo possível ao mercado de trabalho.

BM: Qual o papel da Educação para qualificar as pessoas de forma a diminuir o desemprego?

MF: É total. A qualificação é a chave disto tudo. Nós, vamos lá ver, a variável emprego está muito associada também ao perfil da economia portuguesa que nós queremos ou não queremos. O que é que eu quero dizer com isto? Não só um problema quantitativo, mas também um problema qualitativo da natureza do emprego que temos. Isso significa que se nós quisermos como queremos ter uma economia e um país que sobretudo seja capaz de participar na economia internacional produzindo bens e serviços de alto valor acrescentado, o máximo de valor acrescentado possível porque é isso que digamos dá o valor económico àquilo que produzimos. Nós temos de ter uma estrutura de qualificações que permita isso. Um exemplo concreto para a Benedita perceber o que é que eu estou a dizer, durante muitos anos, a Benedita é do Norte, no norte de Portugal tem a indústria toda do têxtil e do calçado pronto ou do imobiliário, nós fomos apenas a fábrica do mundo. Nós produzimos calçado, produzimos móveis, produzimos peças de roupa, mas éramos só a fábrica. O valor económico ficava muito pouco em Portugal porque era para efeitos de exportação, mas depois quem lhe punha a marca era uma

empresa imagine italiana no calçado ou espanhola no imobiliário. Quem desenvolvia a marca é que tinha a capacidade de capturar o máximo de valor. E quem diz a marca, não estou a dizer o logótipo, é tudo, é o design de produto, é o desenvolvimento de produto. Nós produzíamos só na base de as pessoas entravam com os catálogos dos outros “ah faça-me este móvel” pronto. Nós agora, estamos, mesmo os setores tradicionais, para lhe dar um exemplo concreto, a fazer uma coisa diferente que é uma nova geração também de empresários que tem haver com qualificações deles próprios que já percebem que não é isso que interessa. O que interessa não é produzir o móvel para que depois alguém o comercialize e criando a marca mas é o próprio design que significa contratar pessoas qualificadas que saibam criar coleções, que saibam perceber tendências de moda, que saibam desenvolver catálogos, que saibam como promover depois a comercialização e circuitos internacionais, que saibam no fundo que o mesmo calçado que eu antes fazia e que eu tinha que exportar por um valor vamos dizer 30 euros o par de sapatos e depois era vendido no cliente final a 150 euros mas o diferencial não ficava para quem o estava a produzir, agora já temos empresas portuguesas que produzem esse mesmo par de calçado só que já com marca portuguesa, já com incorporação do tal desenvolvimento de produto de design e, portanto, no final já não ficam a vender a um custo de 30 euros de um produto que chega ao mercado final por 150. Já chegam muito próximos muitas vezes do valor final a que chega ao consumidor. Isto só é possível com qualificações, ou seja, desde qualificação nível de gestão, organização de topo com liderança que é preciso perceber o que é que é gerir uma empresa com incorporação dos perfis de pessoas, designers por exemplo, como estava a dizer seja designer de moda, designer de produto com gente que otimiza a capacidade produtiva ou seja, com engenheiros de produção que saibam exatamente como é que tiram melhor proveito de, como é

que reduzem desperdício, como é que aumentam qualidade e assim sucessivamente. Para lhe dar exemplos muito concretos de como a estrutura de qualificações afeta em muito a capacidade de crescermos ou não em termos económicos. Pronto, é nesse processo que o país está há muito tempo que é uma transição de um modelo para outro e, obviamente, que quando falamos de transição significa que coabitam hoje ainda empresas que já são digamos muito competitivas, muito alinhadas com esta visão que eu estava a referir com empresas ainda de um tempo em que não conseguem pagar salários que não sejam alinhados com o salário mínimo nacional, em que a margem que fica é mínima, em que empregam muita gente mas é um emprego com poucas condições, com pouca qualidade. E, portanto, isto é, muito haver, para lhe dar um exemplo concreto, com qualificações. Não é a única razão obviamente, depois há N outras razões, mas a correlação de emprego e qualificações é total.

BM: Qual o papel, em específico, de programas como o “Novas Oportunidades”, EFA (Educação e Formação de Adultos), e outros similares para combater o desemprego?

MF: Sim, agora já não existe o Novas Oportunidades. Existe um programa Qualifica, mas é a mesma coisa de grosso modo pronto. O papel, eu acho que já respondi mas tentando ser um bocadinho mais preciso na resposta, é total porque uma das coisas que nós precisamos é há muitas pessoas que adquiriram na sua vida profissional várias competências, abandonaram a determinada altura o sistema formativo e de educação, regra geral com ciclos incompletos de estudos, depois até cresceram profissionalmente mas depois saem de uma empresa em concreto que as conhecia e têm de voltar ao mercado de trabalho o que têm para mostrar é um título académico que não é exatamente aquilo que reflete o que já sabem ou uma formação profissional adicional não está certificada apesar de a pessoa saber. Então programas como o que chamou

novas oportunidades, mas o qualifica em que há um processo que se chama RVCC que é reconhecimento, validação e certificação de competências é muito importante porquê? Porque permite a pessoas, imagine uma pessoa de 50 anos, de 45 anos que se sujeita voluntariamente a este processo de RVCC reconhecimento, validação e certificação de competências diz assim é verdade que eu saí da escola no meu antigo 9º ano ou 10º ano, o grau é 9º, pronto, mas eu gostava de agora ter, fazer o reconhecimento para ver se consigo chegar ao 12º ano. Aquilo que a pessoa faz é faz um processo em que simultaneamente está a ganhar novas competências e está a reconhecer as que já tinha por um processo tecnicamente exigente mas que vai validar o que é que foi as aprendizagens daquela pessoa porque não se pode tratar aquela pessoa com 45 anos ou 50 anos e que tem o 10º ano, como frequência o grau é o 9º ano, como um jovem que abandonou agora a escola, porque entretanto teve uma vida profissional, teve a trabalhar, teve a ganhar competências. Então é preciso reconhecer essas competências e ao reconhecer o primeiro mérito é de valorização das pessoas, as pessoas sentem-se valorizadas, isso é muito importante em termos de condição de cidadania, de valorização da própria autoestima, de sentirem é um processo super gratificante ver as pessoas, o orgulho que têm quando passam por um processo desses. Segunda questão, é muito importante porque se eu conseguir que no fim de um processo destes passo a ter o 12º ano e tiver esses 45 anos, posso ainda legitimamente hoje dizer assim epá porque é que eu não vou continuar a estudar? Porque agora pode ir para uma formação de nível 5 nos termos profissionais ou para o ensino superior para um curso. Hoje com uma licenciatura são 3 anos ou para um curso de especialização tecnológica. Imagine alguém que trabalha na indústria, consegue o 12º ano por esta via e depois de repente opa tu tens todas as condições para fazer um curso de especialização tecnológica que é feito em

ensino superior por 1 ano. Essa pessoa nunca teria posto essa hipótese se ainda estivesse a dizer-se a si próprio ah, mas eu abandonei a escola com o 9º ano. Portanto isto é muito importante e depois volta a mesma relação. Quanto mais qualificadas são as pessoas, em melhores condições estão para encarar o mercado de trabalho. Pronto é isso.

BM: Existem medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas? Sim ou não?

MF: Nós temos nas medidas de política ativas de emprego algumas situações em que majoramos, portanto fazemos alguma discriminação positiva, em função de certas condições de vulnerabilidade pronto, mas não especificamente em razões da etnicidade, mas sim por razões da vulnerabilidade auferida de outras formas em que se distinguem. Há uma coisa que se chama normalmente os períodos de garantia, isto é muito técnico, mas para explicar normalmente quando é para contratar quando está ao abrigo de uma medida de incentivo à contratação vai contratar para ser elegível o apoio financeiro que o estado dá a essa empresa tem de contratar pessoas que estão em situação de desemprego e têm que estar, regra geral, durante um determinado período de tempo no desemprego porquê? Para evitar a norma anti abuso que é a Benedita despedia hoje uma pessoa, mandava-a ir para o instituto de emprego registar-se e a seguir vai lá outra vez contrata-la para ir buscar o incentivo. Portanto, as pessoas têm de ter um mínimo de permanência e para se mostrar, no fundo qual é o pressuposto racional disto? É o estado intervém quando as pessoas naturalmente já não voltam tão depressa como deveriam no mercado de trabalho que é dinâmico ou ao mercado de trabalho. Ou seja, a uma situação de desemprego não significa necessariamente logo a seguir que o estado tenha de fazer uma intervenção porque o mercado é dinâmico. A Benedita hoje está a trabalhar, fica desempregada e inscreve-se, a minha expectativa é que daqui a 2

meses já esteja outra vez empregada e no entretanto não tive de fazer nada relativamente a si desse ponto de vista. Agora, se a Benedita continuar desempregada passou não sei quanto tempo entrou as políticas públicas, é esse o racional de o estado ter uma política pública para os desempregados. Bom, é melhor atuar porque o mercado só por si não está a absorver estas pessoas. Certo? Para isto, já vou à sua pergunta, há um chamado período de garantia que é no fundo dizer assim a partir de que momento é que consideramos que isto é necessário? Pronto. Esse período baixa quando estamos a falar de pessoas em situação de particular vulnerabilidade ou pessoas com deficiência. Há um conjunto, depende dos instrumentos, há um conjunto de razões que fazem com que esses ditos períodos sejam menores por um lado para aceder à medida pronto e depois nas majorações quando há questões de majoração, majoramos algumas condições de forma mais expressiva. Vou dar o exemplo, nós neste momento temos no âmbito do PRR uma medida que se chama compromisso económico sustentável. O que é que esta medida faz? Permite que as empresas sejam apoiadas financeiramente para apenas fazer isto, para contratarem as pessoas que precisam, desempregadas obviamente, sem termo. Uma modalidade de contratação, ou seja, não é a prazo, não é precário. É contratação sem termo, e se o fizerem a Benedita num contrato sem termo tem direito a um incentivo financeiro e esse incentivo financeiro é muito generoso porque é 12 vezes o indexante de apoios sociais. O indexante de apoios sociais são 480 e qualquer coisa euros hoje em dia, portanto vezes 12. Mas depois, em cima disso, tem seis majorações possíveis sendo que pode acumular até 3. Vou-lhe dar um exemplo, se for jovem leva logo uma majoração de 25%, se for, neste compromisso de emprego sustentável, para ser uma empresa para se situar no interior do país, num território de baixa densidade tem majoração, se estiver a contratar uma pessoa com deficiência pode ser majorado, se estiver a contratar

um género naquela atividade profissional sub-representado tem direito a majoração e assim há mais uma ou duas que agora não me recordo de todo quais são. E destas pode acumular até 3. Por isso é que eu digo não há especificamente em relação à etnicidade, mas há em razão de determinado tipo de outras vulnerabilidades.

BM: O rendimento básico incondicional (RBI), um subsídio do Estado para todos os cidadãos, poderia ser uma solução para apoiar os desempregados, ou não? E porquê?

MF: Eu acho que esse tema é um tema muito relevante que deve ser discutido, mas não tem haver com a questão dos desempregados. Eu acho que o problema aí não é do emprego ou desemprego. Vamos lá ver se eu me explico rapidamente, a questão do trabalho nas sociedades contemporâneas não é uma questão meramente de rendimento. O que é que eu quero dizer com isto? Nós estamos muito organizados em termos de sociedade em função da relação que temos com o trabalho. Normalmente numa relação social, a primeira pergunta é “então o que é que estás a fazer? Onde é que estás a trabalhar?” O que faz com que, aliás em determinados meios há de reparar sobretudo quanto mais diferenciadas são as pessoas, as pessoas raramente dizem que estão desempregadas, dizem assim “ah estou entre projetos” porquê? Porque o desemprego acarreta consigo não apenas perda de rendimento, isso é uma questão grave, mas pronto essa pode-se resolver ou mitigar por via do subsídio de desemprego, mas acarreta mais do que a questão da remuneração. A pessoa sente-se diminuída socialmente por não estar a trabalhar, não é por acaso que eu estou a dar esse exemplo da pessoa não dizer “ah estou desempregado”. Normalmente quanto mais diferenciado é, a pessoa diz “ah estou a ver, estou entre projetos, estou a mudar de vida” não é fácil a pessoa dizer logo que está desempregada. Porque nós nos definimos muito perante a condição do trabalho

e, portanto, privar alguém do trabalho não é só dizer assim bom desde que eu lhe arranje aqui uma forma substitutiva de rendimento vai dar ao mesmo porque, que é o que está subjacente à pergunta que é, se houver um rendimento mínimo incondicional bom toda a gente tem o mínimo para viver e portanto olha se não trabalhar paciência, não é bem assim porque ainda assim haveria seguramente pessoas que se iriam sentir socialmente diminuídas porque não sentiriam a participar na construção social económica como as demais. Portanto, o tema é mais complexo do que o que parece porque para isso chamaríamos então isso é o que hoje nós tentamos fazer já, que é garantir que as pessoas que não têm qualquer outra fonte de rendimento tenham algum tipo de apoio social como o rendimento social de inserção, como o subsidio social de desemprego quando já se esgotou o período a que teve direito à lógica contributiva do subsidio de desemprego, enfim por aí fora. A ideia de um rendimento mínimo garantido é um bocadinho difícil nas sociedades nomeadamente que depois tem haver com a questão da equidade e que não sejam ricas. Porque uma coisa é fazer isso em sociedades que têm normalmente muito dinheiro, fundos soberanos, em que logo à partida só pela pessoa nascer e ser cidadão tem direito a, não é assim em 98% ou 99% do mundo. E, portanto, é difícil equacionar essa questão só como uma solução para o desemprego. A solução para o desemprego tem mais haver com questões como aumentarmos as qualificações das pessoas, no sentido de adequarmos cada vez mais essas qualificações com o que são as necessidades reais do mercado de trabalho, tem haver com a capacidade de anteciparmos desemprego futuro por via de obsolescência de competências e de funções profissionais e portanto fazendo já alguma reconversão profissional dessas pessoas e evitando que fiquem em desemprego, porque vão ficar em desemprego, a gente sabe que há um conjunto hoje de tarefas de funções que

não vão existir. É por essa via que temos de atuar. Temos de atuar nos serviços públicos de emprego proativos que quando percebem que uma determinada empresa imagine vai entrar num processo de dificuldade económica seja por que razão for e aquilo vai terminar num despedimento coletivo, nós temos de desde a primeira hora começar a trabalhar com essas pessoas numa lógica de acesso, de avaliação de quais são as suas competências, onde é que está, onde é que estão oportunidades e ajuda-las a reposicionar no mercado de trabalho. Tem haver acho eu muito mais com questões destas e depois com outras de modernidade que é a nova forma de organização do tempo de trabalho em que temos de dividir melhor o trabalho disponível pelo conjunto das pessoas, no fundo é isso que estamos a dizer, que nós não nascemos só para trabalhar. O trabalho é muito importante e, portanto, já tivemos outras jornadas do trabalho na história da humanidade, agora estamos com as 35 horas, vamos dizer no setor privado 40 de horário semanal de trabalho, o desafio passa pela redução progressiva, não tenho dúvida nenhuma disso, dos tempos de trabalho. Porquê? Porque nomeadamente em termos de cruzar isto com questões culturais e geracionais, os mais jovens hoje têm perspetivas diferentes de encarar a relação com o mundo do trabalho do que a minha geração teve. E, portanto, a predisposição para determinadas cargas horárias é muito menor porque as pessoas querem valorizar outras dimensões da sua vida e, portanto, as organizações são todas empurradas por essa necessidade de reduzirem os seus tempos de trabalho. Não tenho nenhuma dúvida que organizarem melhor os tempos de trabalho, ora isso também vai obrigar a diminuir de alguma forma o desemprego porque significa que temos para a mesma quantidade de necessidades, de envolver mais gente se quisermos reduzir o tempo de trabalho dos que estão. É por aí e eu acho é que temos que decisivamente olhar para estes sistemas enquanto sociedade e isso é um tema que me é muito caro

enquanto secretário de estado do trabalho que é nós temos de fazer aqui uma mudança civilizacional todos, não é só e Portugal, que é nós não podemos continuar a olhar para o trabalho como se fosse um qualquer outro custo produtivo. O que é que eu estou a dizer com isto? As empresas obviamente tentam maximizar, é a sua função, o seu lucro e bem. Como é que maximizam esse lucro? Tentando vender ao máximo possível os bens e serviços que produzem, ao menor custo. É a lógica da economia. De acordo, mas dentro desta compressão de custos é fundamental perceber-se, e por isso é que isto tem de ser civilizacional, porque se for um sozinho há perda de competitividade face ao vizinho, que nós não podemos olhar para o fator trabalho como olhamos para o mesmo fator produtivo de outro tipo, para o custo da energia, para uma matéria-prima, custo logístico, custo de comercialização. Nós temos que equilibrar melhor em termos de mundo a relação tradicional entre capital e trabalho. É uma questão de pura sobrevivência da humanidade. Eu não tenho a mais pequena dúvida, que o modelo em que nós estamos não é sustentável e a sustentabilidade hoje é um tema crítico a todas as organizações independentemente da escala. Não é só sustentável ter níveis de concentração de riqueza como nós temos hoje ou, se quiser, de redistribuição da riqueza como as que temos, isso não é sustentável entre países à escala do mundo, não é sustentável dentro de cada país entre o nível do 1% dos mais ricos relativamente à mediana, à média dos outros cidadãos, não é sustentável. E, portanto, como é que a gente reequilibra isto? Evidentemente tem que remunerar melhor o fator trabalho relativamente àquilo que tem feito relativamente ao fator de capital porque o capital permite níveis de acumulação de capital que depois é o que está na base de tudo isto. E, para isto, não é preciso ser marxista para ter esta visão. Ou seja, não é preciso ir tão atrás na história do pensamento económico, é só olharmos com ideias do futuro. As

ideias do futuro é nós que nós precisamos de maior coesão, a coesão é um valor económico para além de um valor social. As sociedades são mais eficientes se forem mais coesas. Sociedades muito assimétricas são menos eficientes. E, portanto, nós temos de trazer estes temas para a agenda e dignificar, sob todos os pontos de vista, o fator trabalho é essencial e, por isso, eu estou convencido que esse é o caminho que temos que fazer que passa por alterações deste tipo.

BM: Na sua opinião, quais as causas do desemprego jovem?

MF: Bom, há várias. Uma tem haver com esta questão das qualificações, outra tem haver com o facto do fator experiência estar muitas vezes sobrevalorizado e, portanto, é evidente que é aquela imagem que eu vou a uma discoteca à noite e dizem assim “ah isto é só para clientes habituais” e a pessoa pergunta “então como é que eu posso ser cliente habitual se você nunca me deixa entrar a primeira vez?” pronto, aqui é a mesma vez. Só há uma forma de ganhar experiência, é fazendo. E, portanto, hoje o desemprego jovem tem um bocadinho haver com essa situação, com alguma desconfiança que o mercado de trabalho às vezes tem das competências e não só das competências *hard skills* mas também das chamadas *soft skills* porque achasse que é um jovem não vai ter se calhar o mesmo sentido de responsabilidade, de dedicação, de envolvimento, alguma resistência às vezes em apostar nos mais jovens. Eu acho que isso está a mudar muito rapidamente porque são os mais jovens que trazem essas maiores qualificações, esse olhar mais arejado, e, portanto, é muito difícil generalizar. Há N razões que concorrem, mas a principal é estatística que é, deixei para o fim, que é o desemprego é maior nos jovens. O tempo cura isso, é o tempo que demoram a fazer a entrada no mercado de trabalho e o mercado de trabalho não tem um volume de contratação, não tem um dinamismo de contratação ao ritmo a que digamos chegam os jovens ao mercado de trabalho. É uma questão de rácio, é quantas pessoas é que chegam todos os anos ao

mercado de trabalho e quanto é o valor, o volume de emprego líquido que todos os anos é criado. Se esta relação for digamos de criação de menor emprego, os jovens serão sempre os mais afetados porque são os últimos a chegar, pronto. Se estivermos como estamos agora numa sociedade em que estamos a aumentar muito a emissão de emprego, em que temos dados historicamente com taxas de desemprego muito baixas, aquilo que os economistas em alguns casos, tivemos em julho 6%, chamam de tecnicamente quase pleno emprego, aí o desemprego jovem cai a pique dito pela positiva, a empregabilidade dos jovens aumenta porque lá está as necessidades de contratação estão mais próximas do número de pessoas que chegam ao mercado de trabalho. É uma questão essencialmente estatística, neste sentido em que o volume de emprego criado e o stock de mão-de-obra que chega ao mercado de trabalho. Pronto é isto.

BM: Que medidas poderiam ser desenvolvidas de forma a apoiar os jovens na transição para o mercado laboral em Portugal?

MF: Já existem, existe! Nós gastamos, por ano, imenso dinheiro público a incentivar. Vá ver depois, chama-se ativar.pt. O ativar é um programa em que nós fazemos isso. Permitimos que as empresas possam ser apoiadas, pagando nós o valor do estágio para incentivar a sua contratação. E, portanto, essa é uma medida muito poderosa. Ou, quando lhe falo do compromisso emprego sustentável em que majoramos também a situação dos jovens. Ou, vamos ter agora um programa no IEFP que vai sair, vai abrir as candidaturas dia 3 de abril, que é o Empreende21 em que vamos dar a possibilidade de também apoiar empreendedores, independentemente se são tecnológicos ou de negócios tradicionais pequenos, médios ou grandes, mas em que o racional para nós é criação líquida de postos de trabalho. Quanto mais emprego criarem daquela ideia de negócio, ideia projeto obviamente, mais apoio financeiro vão receber. É

outra forma de apoiarmos, aí não apenas a criação do próprio emprego obviamente de quem monta esses projetos, mas também desse que está a criar para outras pessoas. E, portanto, é da soma destas medidas todas que nós fazemos isso.

BM: Existem mais de 260 mil jovens que não trabalham nem estudam. O que é que o Governo pensa fazer para resolver este problema?

MF: Quantos?

BM: 260 mil

MF: De onde é que vem esse número?

BM: Das estatísticas do INE e do Pordata que estivemos a avaliar.

MF: E reporta-se a que ano esse número? Depois vê.

BM: Mas basicamente era como é que se pode resolver este problema dos jovens que não trabalham nem estudam, que não contribuem para a sociedade?

MF: Os famosos jovens NEET, que são os que não estão nem em condição de estudo, nem estão em formação nem estão a trabalhar. Temos de ter respostas socialmente inovadoras. A primeira coisa que temos de fazer é perceber porquê, é aquilo em que estou agora empenhado, eu estou em protocolo com o observatório de emprego jovem do ISCTE para fazer um conjunto de estudos, uns quantitativos e outros qualitativos, e uma das coisas que lhes pedi é que estudemos o fenómeno dos jovens NEET que é isso, que é o que é que está na origem disso. Porque nós sabemos que fizemos um progresso enorme na redução do abandono escolar nos últimos 20 anos caiu a pique, nós hoje temos uma taxa que é de 6% quando há muito pouco tempo era muito maior, não lhe sei agora dizer um número, mas se for ver ao pordata há de ver qual é a evolução desta taxa da redução do abandono escolar. Quer dizer que estamos a conseguir reter, no bom sentido, os jovens como é suposto na escola mas na

verdade continuam a existir jovens que abandonam a escola, não continuam estudos, não são absorvidos pelo mercado de trabalho nem estão em formação profissional e, para isso, temos de perceber porquê, depois temos de ter respostas socialmente inovadoras, é o público mais difícil de todos porque se abandonou a escola quer dizer que há ali alguma relação por N razões agora não vou estar a dissecar todas mas difíceis para o sistema de educação, quem diz o sistema de educação diz o sistema de formação, diz que provavelmente evidentemente são pessoas menos interessantes para serem contratadas pelo mercado de trabalho ou elas próprias portanto, nós aí temos que perceber que temos de trabalhar a diversidade de público e, portanto, temos de ter respostas socialmente inovadoras para responder a diferentes dimensões do problema. Não pode ser *one size fits all*, quer dizer tem de ser um bocadinho, mas *tailleur made*, à medida. Aí a experiência que está agora a ser avaliada, que lançamos 19 projetos em 19 incubadoras sociais de emprego espalhadas pelo país e que no fundo o instituto de emprego e formação profissional contratualizou com 19 entidades da sociedade que ponha projetos para empregabilidade desses jovens NEET. Essa experiência decorreu até agora, está neste momento a ser objeto de uma avaliação por parte também da Universidade NOVA, vamos conhecer os resultados, vamos perceber o que é que podemos fazer. Foi um projeto piloto inspirado também numa experiência que existe em Espanha que são as *“lançaderas”* e é uma política pública que tente diversificar e sempre à procura de novas respostas para ver o que é que podemos fazer na certeza de que não há ninguém, e quem disser que sim mente, que tenha uma varinha mágica ou que possa se comprometer a dizer *“comigo amanhã acabaram os jovens NEET”* não acabaram em Portugal, não acabaram na Europa, não acabaram no Mundo, não é assim. Temos é de trabalhar de forma determinada para que esse volume seja cada vez menor e dar-mos de facto condições para aumentar essa

empregabilidade e essa formação e essa educação. Pronto o que é que estamos a fazer sob esse ponto de vista estamos também a utilizar o PRR para modernizar a nossa rede de centros de formação profissional, no final do período vamos ter mais 22 mil novos postos de formação do que o que tínhamos antes do PRR, vamos reformular fisicamente vários destes centros, equipa-los e dota-los tecnologicamente dos os equipamentos necessários para serem relevantes e estamos sobretudo a fazer um trabalho muito próximo com a sociedade portuguesa através de um outro organismo que eu tutelo que é a ANQEP agência nacional para as qualificações profissionais em que estamos a procurar estabelecer referenciais de formação devidamente certificados que nasçam das reais necessidades das próprias empresas para garantir que a formação profissional que nós promovemos e financiamos e desenvolvemos é uma formação que tem um valor transformador das pessoas, da vida das pessoas e consequentemente depois das organizações para onde vão trabalhar e não uma formação profissional como aconteceu durante muito tempo como sabe meramente ocupacional para no fundo enquanto a pessoa está desempregada fazer ali alguma coisa. Nós queremos abandonar esse paradigma de uma formação meramente ocupacional para uma formação verdadeiramente transformacional. Pronto é isso que estamos a fazer.

BM: O empreendedorismo jovem pode ser uma solução para o desemprego, ou não? E porquê?

MF: Não, não porque eu acho que não é sério falar nesses termos nunca comprei essa questão, é assim acho que o empreendedorismo é uma das dimensões que obviamente pode e deve concorrer para a questão de ajudar a aumentar a empregabilidade dos jovens e portanto consequentemente a reduzir o desemprego mas não acho que se possa dizer dessa forma porque isso tem subjacente a ideia de transferir um para o próprio responsabilidade de resolver

só por si o problema da sua empregabilidade, isso não é justo, não é verdade, e dois porque não podemos obrigar todas as pessoas, seria a negação do que é ser empreendedor, a terem, uma coisa é terem competências de empreendedorismo, o chamo interemprego que são necessárias em qualquer função, em qualquer posição que se encontre na organização do trabalho certo? Outra coisa é obrigar todas as pessoas a tornarem-se empreendedoras e, portanto, é um contributo, mas obviamente não pode ser transformado na panaceia, mais sabemos de ter sido feito, na história da estatística, que é uma percentagem como é evidente bastante menor no universo total dos jovens daqueles que têm condições e por condições refiro-me a características desde logo, a saberem condições de todo o tipo a serem empreendedores. Não podemos querer dizer o desemprego resolve-se com todos os jovens empreendedores, não, não é verdade.

BM: Qual o papel da agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho para a diminuição do desemprego jovem?

MF: Não é só para diminuir o desemprego em termos quantitativos, é para promover um emprego de maior qualidade. A agenda do Trabalho digno tem várias, é muito ampla, eu não lhe vou falar dela toda porque isso era 1 hora de conversa, mas tem vários objetivos estratégicos. Destaco dois que andam a par: um que é a valorização de facto dos jovens no mercado de trabalho por combate à precaridade laboral, o que é que isto quer dizer? Nós temos de uma vez por todas que interromper o problema da precaridade em Portugal, interromper neste sentido nós não podemos naturalizar relações de trabalho que não são naturais, nós não podemos achar normal que aquilo que os jovens encontrem à sua espera no mercado de trabalho sejam sistematicamente propostas de contrato de trabalho a prazo, a termo com toda a relação conhecida entre a modalidade de contratação de vinculação e a modalidade de remuneração. Nós

temos que propor aos jovens modelos atrativos em que eles se sintam reconhecidos e valorizados. Porquê? Porque estamos no espaço europeu de mobilidade e se assim não for nós andamos a gastar, e bem, dinheiro na formação para agora, e mal, estarmos no fundo a alimentar sociedades que são mais sofisticadas que as nossas e vêm buscar os nossos jovens, que nós formamos, a custo zero, onde eles vão criar os seus projetos de vida, o que significa onde vão fazer os seus descontos para a segurança social, onde vão pagar os impostos, onde vão construir os seus projetos familiares, onde vão contribuir para a natalidade, para o desenvolvimento económico desse país em vez de ser em Portugal. Isto é um problema que para além de ser altamente penalizador dos jovens na sua própria condição pessoal, é comprometedor para o desenvolvimento económico e social do país. Este tema não é um tema só porque é socialmente correto vamos dizer assim dizer que vamos combater a precaridade não mas é porque é um tema estratégico para a afirmação do país. Os países hoje competem por tudo, e uma das coisas eles competem seguramente é por trabalho, é por pessoas. Ou nós criamos um mercado de trabalho com mais direitos, com mais qualidade, em que se pague melhor, com melhores salários, melhores condições de trabalho, em que se valorizam melhor as pessoas ou então diz-me assim “vão-se todos embora” não porque a maior parte das pessoas não tem condições de ir embora, não tem esse poder negocial, mas sabemos que quanto maior o nível de qualificação e quanto mais jovens nesse tipo for, mais grau de liberdade tem para esse poder negocial. Quais são aqueles que nós estamos a correr o risco de ver partir? Os que precisamente o país mais precisa. Então nós temos de fazer tudo e tudo é um conjunto de políticas articuladas que obviamente não se esgotam nas questões do trabalho mas onde a questão da legislação laboral tem que dar o seu contributo no sentido de dizer assim “não, nós temos que garantir que há trabalho com

qualidade, com direitos, devidamente reconhecido e temos que por isso combater a precaridade” não é um tema sindical, não é do partido mais à esquerda ou mais amigo dos trabalhadores, é transversal. A precaridade devia ser um tema que devia ser percebido desde mais à esquerda até mais à direita porque não é um tema só de justiça social, é um tema que é de comprometer de facto o desenvolvimento económico do país se nós não atuarmos ao nível da precaridade nós estamos a comprometer as condições que o país tem para se desenvolver economicamente para crescer.

BM: Quais são as estratégias que estão a ser pensadas para reduzir a taxa de desemprego no futuro?

MF: Pronto, são todas as que eu referi até agora, são todas as que eu lhe disse nós monitorizamos o tempo todo o desemprego já lhe falei de uma nova respondi foi lá atrás, mas vamos ter mais porque estamos sempre a pensar para cada tipo de problema um tipo de resposta, portanto o que queremos não é uma solução *one size fits all* como eu disse, mas do conjunto de diferentes soluções ter uma panóplia de respostas, uma panóplia de razões que explicam o desemprego. Vamos também trabalhar nos próximos tempos em criar uma modalidade que ainda esta muito numa fase embrionária por isso não gostava muito de lhe falar nisso, mas é o chamado trabalho intermitente para combater um fenómeno que está muito associado ao desemprego, tem haver com a sazonalidade de setores de atividade. Ver como é que criamos incentivos para que ok aquela necessidade não é igual daquele empregador o tempo todo do ano mas é uma racionalidade económica para todos, para o país, para a organização e para a pessoa que ok trabalhou 6 anos, imagine 6 meses numa atividade como a hotelaria ou na agricultura mas pronto trabalhou 6 meses, depois como já não tem a mesma necessidade de volume de pessoas dispensa não sei quantas, essas pessoas vão para o desemprego, depois chega outra vez

ao pico alto vai ter de as contratar com custos de contratação, de formação portanto não é muito eficiente para a organização, para as pessoas é altamente penalizador porque estão sempre a entrar e a sair do mercado de trabalho só em épocas altas é que têm, e para o país também não é interessante por aquilo que lhe estava a dizer porque não retêm essas pessoas e as pessoas vão à procura de entrarem em setores de atividade onde possam ter perspetivas de empregabilidade diferentes. Ora, se pensar nisto vou só dar o exemplo do turismo, que é tão sensível para o comportamento de conjunto da nossa economia nós temos se quisermos ser competitivos no turismo não é só termos um património bonito, não é só termos produto turístico, oferta turística se nós não tivermos as pessoas para trabalhar no setor turístico nós vamos perder competitividade então nós temos que nos organizar em conjunto e os empregadores também têm de perceber isso que têm que aumentar a disponibilidade do seu modelo de negócio para gastar com pessoas se não fizerem isso vai ser muito difícil reterem. Hoje se falar com qualquer hoteleiro, qualquer um *player* da indústria do turismo lhe diz que o turismo está com um défice, um dos setores que foi mais afetado pela pandemia, as pessoas foram-se embora e agora é muito difícil voltarem. Porquê? Porque são horários duros, condições de trabalho difíceis, associadas a baixas remunerações e, portanto, as pessoas podendo escolher vão para outros setores de atividade. Então por exemplo se nós quisermos prevenir e como vê perguntou pelo desemprego e eu estou a falar do emprego, como é que a gente cria emprego de qualidade nesse setor portanto para cada problema nós temos de ir construindo respostas diferenciadas e por isso ainda não lhe posso adiantar muito mais mas uma delas estamos a trabalhar é numa modalidade que tem haver com um contrato que permita resolver este problema da intermitência mas que introduza mais eficiência na relação usando os tempos ditos de menor intensidade laboral para

poder nomeadamente juntar-lhe a componente da formação e numa lógica tripartida entre estado, empresas e pessoas encontramos modelos que sirvam nos propósitos de todos.

BM: Muito obrigada!!

Anexo 3- Questionário

Secção 1 de 3

O papel do Estado Português face aos desempregados

Sou aluna do mestrado em Gestão na Católica Porto Business School e estou neste momento a desenvolver a minha dissertação no âmbito do papel do Estado Português relativamente à resolução de problemas sociais como é o caso do desemprego. Venho, por isso, pedir a sua colaboração na resposta a este inquérito de forma a ajudar-me na recolha de dados sendo que as respostas são anónimas e os dados serão tratados apenas em contexto académico Obrigada!

Género *

Feminino

Masculino

Outro

Idade *

Texto de resposta curta

Estado Civil *

- Solteiro(a)
- Casado(a)/ União de facto
- Divorciado(a) ou separado(a) judicialmente
- Viúvo(s)

Em que região do país vive atualmente? *

- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda

- Leiria
- Lisboa
- Portalegre
- Porto
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu
- Madeira
- Açores

Habilitações literárias *

- 1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe ou 4º ano de escolaridade)
- 2º Ciclo Ensino Básico (2º ano do ciclo preparatório ou 6º ano de escolaridade)
- 3º Ciclo Ensino Básico (5º ano do unificado ou 9º ano de escolaridade)
- Ensino Secundário (7º ano antigo ou 12º ano de escolaridade)
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós-Graduação

Está ou esteve desempregado/a nos últimos 3 anos? *

- Sim
- Não (terminar o inquérito aqui)

Há quanto tempo se encontra desempregado/a?

Texto de resposta curta

Quantas vezes já esteve em situação de desemprego?

- Uma vez
- Duas ou três vezes
- Mais de três vezes

Qual destas causas contribuiu para a sua situação de desemprego?

- Cessaçãõ de contrato (ou não renovaçãõ)
- Rescisãõ por vontade prõpria
- Problemas familiares
- Problemas no local de trabalho (com colegas ou chefia)
- Doençã
- Outra opçãõ...

Está/ Esteve inscrito/a no centro de emprego?

- Sim
- Não

Usufriui/ Usufriuiu dos apoios financeiros para desempregados?

Sim

Não

Caso tenha respondido "Sim", indique quais:

Subsídio de desemprego

Subsídio social de desemprego

Subsídio de desemprego parcial

Subsídio por cessação de atividade

Subsídio parcial por cessação de atividade

Subsídio por cessação de atividade profissional

Subsídio parcial por cessão de atividade parcial

Relativamente aos apoios financeiros que o Estado fornece às pessoas em situação de desemprego, como é o caso do subsídio de desemprego, acha suficiente para tentar estabilizar a sua situação financeira?

Sim

Não

Indique que outro recurso económico tem disponível:

Apoio de familiares

Rendimento do conjuge ou companheiro(a)

- Rendimento Social de Inserção
- Trabalhos ocasionais
- Ausência de rendimentos
- Outra opção...

Está, neste momento, ativamente à procura de emprego?

- Sim
- Não

Na sua opinião, o que poderia facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho?

- Maiores apoios do Estado à contratação de desempregados de longa duração
- Diminuir os impostos para as empresas, nomeadamente a TSU
- Aposta na qualificação e competências das pessoas em situação de desemprego
- Apoio ao empreendedorismo
- Outra opção...

Faz/ Fez uso de cursos que o IEFP possui de forma a aumentar as suas habilitações?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido "Sim", mencione qual ou quais?

Texto de resposta curta



Caso tenha respondido "Sim", considera que essa formação contribui para aumentar as suas hipóteses de empregabilidade?

Sim

Não

Atualmente, considera ser necessário adquirir mais formação?

Sim

Não

Caso tenha respondido "Sim", mencione as áreas.

Texto de resposta curta

Considera que as medidas de apoio em vigor são adequadas à sua situação?

Sim

Não

Que outros apoios gostaria de ter?

Texto de resposta longa

Tem conhecimento da medida legislativa que dá a possibilidade de acumular parte do subsídio de desemprego com o seu novo salário?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido "Sim", já usufruiu desta acumulação?

- Sim
- Não

Sabe o que é o programa RVCC- Reconhecimento, Validação e Certificação de competências, que tem como objetivo adquirir novas competências e, simultaneamente, validar as que já possui?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido "Sim", já usufruiu deste programa?

- Sim
- Não

Conhece a ANQEP- Agência Nacional para as Qualificações Profissionais, que tem o intuito de estabelecer formações certificadas aliadas às necessidades das empresas?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido "Sim", já usufruiu dessas formações?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido "Sim", quais?

Texto de resposta curta

Acredita que a Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho irá trazer empregos de maior qualidade e com melhores condições?

- Sim
- Não
- Não sabe/Não responde

Espera que, através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, possam existir menos contratações a termo?

Sim

Não

Não sabe/Não responde

Considera que os estágios profissionais podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho?

Sim

Não

Acredita que é fácil, através dos incentivos que o Estado dá, ser-se empreendedor em Portugal?

Sim

Não

Anexo 4- Tabelas relativas à análise da entrevista

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
“Tudo o que significa aumentar o nível de qualificação dos portugueses, portanto começando	O discurso do entrevistado é de que a solução para este problema se baseia bastante no aumento de qualificação

<p>pelas políticas de educação, é uma medida que contribui ativamente para a redução do desemprego. Porque quanto mais qualificados forem as pessoas maior empregabilidade têm aqui e em qualquer parte do mundo. Depois, especificamente quando as pessoas estão em situação de desemprego, o que nós procuramos fazer é promover o regresso o mais cedo possível dessas pessoas ao mercado de trabalho facultando-lhes, nomeadamente, instrumentos de formação profissional que ajudem a essa qualificação profissional. Ou seja, nós partimos sempre do pressuposto de que há uma relação entre a situação de desemprego e a questão também muitas vezes das qualificações que as pessoas têm.”</p> <p>“Ajuda-la a regressar o mais cedo possível ao mercado de trabalho através dos serviços públicos de emprego ajudando a uma realocação no mercado de trabalho. Mas aproveita-se esse tempo,</p>	<p>dos portugueses, quer seja antes da situação de desemprego, como após estarem desempregados através de instrumentos de formação profissional.</p> <p>Menciona que o Estado tem como objetivo ajudar na mais rápida reinserção no mercado de trabalho e, para isso, criou uma medida legislativa que dá a oportunidade de se acumular, em simultâneo, o novo salário e parte do subsídio de desemprego com vista a aumentar a predisposição dos desempregados de longa duração para aceitar um trabalho.</p> <p>Assim, o entrevistado acredita que a solução para o desemprego começa por apostar nas qualificações das pessoas, começando pelas políticas de educação, à mais rápida possível reinserção das pessoas ao mercado laboral, através dos serviços públicos de emprego.</p>
---	---

<p>nomeadamente o tempo em que a pessoa está desempregada, para melhorar a sua empregabilidade por via do reforço das suas qualificações de formação.”</p> <p>“Vamos promover uma alteração legislativa que não está em vigor em que vamos permitir ao subgrupo dos desempregados de longa duração (...) que possa vir a acumular, no futuro, subsídio de desemprego parcialmente com o novo salário que venha a receber.”</p>	
--	--

Tabela 3: Medidas que estão postas em prática para solucionar o problema do desemprego.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“A qualificação é a chave disto tudo.”</p> <p>“Isso significa que se nós quisermos como queremos ter uma economia e um país que sobretudo seja capaz de participar na economia internacional produzindo bens e serviços de alto valor acrescentado, o máximo de valor acrescentado possível porque é</p>	<p>O entrevistado transmitiu que o papel dos programas é absoluto, isto significa que, é extremamente necessário que as pessoas adquiram várias competências para a sua vida profissional e que o Estado fornece ajuda nessa aquisição de conhecimento através destes</p>

<p>isso que digamos dá o valor económico àquilo que produzimos. Nós temos de ter uma estrutura de qualificações que permita isso.”</p> <p>“A correlação de emprego e qualificações é total.”</p>	<p>programas.</p> <p>Para o entrevistado, se o país quiser ter uma economia capaz de participar na economia internacional produzindo bens e serviços de alto valor acrescentado, temos de ter uma estrutura de qualificações que permita isso.</p>
--	--

Tabela 4: O papel da Educação para qualificar as pessoas.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>O papel (..) é total porque uma das coisas que nós precisamos é há muitas pessoas que adquiriram na sua vida profissional várias competências.”</p> <p>“Há um processo que se chama RVCC que é reconhecimento, validação e certificação de competências é muito importante porquê? (..)um processo em que simultaneamente está a ganhar novas competências e está a reconhecer as que já tinha por um processo</p>	<p>Houve vários programas mencionados pelo entrevistado, tais como o RVCC e a ANQEP. O primeiro surge com o intuito de simultaneamente se ganhar novas competências e validar as antigas e, o segundo, com o objetivo de criar formações que provêm das necessidades das empresas.</p> <p>Não só é mencionada a importância da formação para a empregabilidade, mas também a relevância que tem para a vida da pessoa e o seu mérito</p>

<p>tecnicamente exigente, mas que vai validar o que é que foi as aprendizagens daquela pessoa (..)é preciso reconhecer essas competências e ao reconhecer o primeiro mérito é de valorização das pessoas. “</p> <p>“Quanto mais qualificadas são as pessoas, em melhores condições estão para encarar o mercado de trabalho.”</p> <p>“ANQEP agência nacional para as qualificações profissionais em que estamos a procurar estabelecer referenciais de formação devidamente certificados que nasçam das reais necessidades das próprias empresas para garantir que a formação profissional que nós promovemos e financiamos e desenvolvemos é uma formação que tem um valor transformador das pessoas.”</p>	<p>próprio.</p>
---	-----------------

Tabela 5: O papel de programas fornecidos pelo Estado para qualificar as pessoas.

Fonte: Elaboração própria

<p>ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO</p>	<p>ANÁLISE DO DISCURSO</p>
----------------------------------	----------------------------

ENTREVISTADO	
<p>“Os jovens à procura do primeiro emprego em que aí a questão é diferente. É a transição para o mercado de trabalho e aí o instrumento principal que temos como medida é o recurso a estágios profissionais devidamente remunerados em que incentivamos no fundo, pagando nós uma parte desse custo às empresas para que possam criar projetos de estágio para que os jovens que estão nessa situação possam. É uma outra forma de promovermos a empregabilidade.”</p> <p>“Tem haver com esta questão das qualificações, outra tem haver com o facto do fator experiência estar muitas vezes sobrevalorizado.”</p> <p>“O desemprego jovem tem um bocadinho haver com essa situação, com alguma desconfiança que o mercado de trabalho às vezes tem das competências.”</p> <p>“O ativar é um programa em que nós fazemos isso. Permitimos que as</p>	<p>Tendo recebido como resposta que o empreendedorismo jovem não é a solução para o desemprego, o entrevistado acha que o empreendedorismo é uma forma que ajuda os jovens e, conseqüentemente, o seu desemprego, mas não se pode transferir para cada individuo a responsabilidade da sua própria empregabilidade.</p> <p>Faz referência e dá-nos a conhecer um programa que vai ser lançado no IEFP que se chama Empreendedor21 que tem como finalidade apoiar novas ideias de negócio. Neste programa, existirá uma relação de reciprocidade, no sentido em que quanto mais trabalho for criado, mais apoio financeiro recebe a ideia de negócio.</p>

empresas possam ser apoiadas, pagando nós o valor do estágio para incentivar a sua contratação.”	
--	--

Tabela 6: Desemprego jovem.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“Temos de ter respostas socialmente inovadoras. A primeira coisa que temos de fazer é perceber porquê.”</p> <p>“temos de perceber porquê, depois temos de ter respostas socialmente inovadoras, é o público mais difícil de todos.”</p> <p>“Temos de trabalhar a diversidade de público e, portanto, temos de ter respostas socialmente inovadoras para responder a diferentes dimensões do problema. Não pode ser one size fits all, quer dizer tem de ser um bocadinho, mas tailler made, à medida”</p> <p>“Temos é de trabalhar de forma determinada para que esse volume seja cada vez menor e darmos de</p>	<p>O entrevistado admite que é necessário ter respostas socialmente inovadoras, sendo que a primeira coisa a fazer é perceber o porquê.</p> <p>O mesmo, crê que o Estado tem de trabalhar para que se diminua o volume desses jovens NEET e para dar condições para um aumento de educação, formação e empregabilidade.</p>

facto condições para aumentar essa empregabilidade e essa formação e essa educação.”	
--	--

Tabela 7: Jovens NEET.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“Acho que o empreendedorismo é uma das dimensões que obviamente pode e deve concorrer para a questão de ajudar a aumentar a empregabilidade dos jovens e, portanto, consequentemente a reduzir o desemprego, mas não acho que se possa dizer dessa forma porque isso tem subjacente a ideia de transferir um para o próprio responsabilidade de resolver só por si o problema da sua empregabilidade, isso não é justo.”</p> <p>“Não podemos querer dizer o desemprego resolve-se com todos os jovens empreendedores.”</p> <p>“Vamos ter agora um programa no IEFP que vai sair, vai abrir as</p>	<p>Tendo recebido como resposta que o empreendedorismo jovem não é a solução para o desemprego, o entrevistado acha que o empreendedorismo é uma forma que ajuda os jovens e, consequentemente, o seu desemprego, mas não se pode transferir para cada individuo a responsabilidade da sua própria empregabilidade.</p> <p>Faz referência e dá-nos a conhecer um programa que vai ser lançado no IEFP que se chama Empreendedor21 que tem como finalidade apoiar novas ideias de negócio. Neste programa, existirá uma relação de reciprocidade, no sentido em que quanto mais trabalho for criado, mais</p>

<p>candidaturas dia 3 de abril, que é o Empreende21 em que vamos dar a possibilidade de também apoiar empreendedores.”</p> <p>“Quanto mais emprego criarem daquela ideia de negócio, ideia projeto obviamente, mais apoio financeiro vão receber.”</p>	<p>apoio financeiro recebe a ideia de negócio.</p>
--	--

Tabela 8: Empreendedorismo jovem.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“Não é só para diminuir o desemprego em termos quantitativos, é para promover um emprego de maior qualidade.”</p> <p>“É a valorização de facto dos jovens no mercado de trabalho por combate à precariedade laboral.”</p> <p>“Nós temos que propor aos jovens modelos atrativos em que eles se sintam reconhecidos e valorizados.”</p> <p>“Ou nós criamos um mercado de trabalho com mais direitos, com mais qualidade, em que se pague melhor,</p>	<p>Podemos concluir que um dos objetivos estratégicos da mesma é a valorização dos jovens através do combate à precariedade laboral.</p> <p>O entrevistado explicou ainda a necessidade que existe em criar um mercado de trabalho com mais direitos, qualidades e condições para que sejam valorizadas as pessoas de forma a mantê-las no país.</p>

com melhores salários, melhores condições de trabalho, em que se valorizam melhor as pessoas ou então diz-me assim “vão-se todos embora”.”	
--	--

Tabela 9: Agenda do trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“Nós temos nas medidas de política ativas de emprego algumas situações em que majoramos, portanto fazemos alguma discriminação positiva, em função de certas condições de vulnerabilidade pronto, mas não especificamente em razões da etnicidade, mas sim por razões da vulnerabilidade auferida de outras formas em que se distinguem.”</p> <p>“majoramos algumas condições de forma mais expressiva”</p> <p>“Digo não há especificamente em relação à etnicidade, mas há em razão de determinado tipo de outras vulnerabilidades. “</p>	<p>Foi explicitado que existem medidas com base numa discriminação positiva, mas não relativamente às minorias étnicas</p> <p>Assim, o Estado contribui com um incentivo maior nas situações de vulnerabilidade de certas pessoas, mas com o propósito de ajudar na sua empregabilidade que, de outra forma, seria mais difícil que os restantes, como é o caso de cidadãos com deficiência ou até mesmo os jovens.</p>

Tabela 10: Medidas específicas para promover o aumento da taxa de empregabilidade de minorias étnicas.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“A questão do trabalho nas sociedades contemporâneas não é uma questão meramente de rendimento.”</p> <p>“Nós nos definimos muito perante a condição do trabalho e, portanto, privar alguém do trabalho não é só dizer assim bom desde que eu lhe arranje aqui uma forma substitutiva de rendimento vai dar ao mesmo porque, que é o que está subjacente à pergunta que é, se houver um rendimento mínimo incondicional bom toda a gente tem o mínimo para viver e portanto olha se não trabalhar paciência, não é bem assim porque ainda assim haveria seguramente pessoas que se iriam sentir socialmente diminuídas porque não sentiriam a participar na construção social económica como as demais.”</p> <p>“E, portanto, é difícil equacionar essa</p>	<p>Foi argumentado que não solucionaria o desemprego, uma vez que a questão do trabalho nas sociedades contemporâneas não é uma questão meramente de rendimento.</p> <p>Isto devido ao facto de que nós enquanto sociedade nos definimos muito perante a situação profissional que apresentamos. Para o entrevistado, não bastaria haver um rendimento mínimo incondicional para toda a gente viver porque a questão em si vai mais além do valor monetário.</p>

questão só como uma solução para o desemprego.”	
---	--

Tabela 11: O RBI como solução para o desemprego.

Fonte: Elaboração própria

ELEMENTOS DE DISCUSSÃO DO ENTREVISTADO	ANÁLISE DO DISCURSO
<p>“A solução para o desemprego tem mais a ver com questões como aumentarmos as qualificações das pessoas, no sentido de adequarmos cada vez mais essas qualificações com o que são as necessidades reais do mercado de trabalho, tem haver com a capacidade de anteciparmos desemprego futuro por via de obsolescência de competências e de funções profissionais e, portanto, fazendo já alguma reconversão profissional dessas pessoas e evitando que fiquem em desemprego.”</p> <p>“Temos de atuar nos serviços públicos de emprego proativos.”</p> <p>“Organizarem melhor os tempos de trabalho, ora isso também vai obrigar a diminuir de alguma forma o</p>	<p>O entrevistado acredita que a solução para o desemprego tem a ver com questões como aumentar as qualificações das pessoas, no sentido de adequar cada vez mais essas qualificações com o que são as necessidades do mercado de trabalho, com a capacidade de antecipar desemprego futuro, sendo que o Estado proporciona apoios sociais para que as pessoas tenham uma fonte de rendimento.</p> <p>Para além de todas as mencionadas, o Estado está sempre a pensar num tipo de resposta para cada tipo de problema, sendo que deve ter um conjunto diferente de soluções.</p>

desemprego porque significa que temos para a mesma quantidade de necessidades, de envolver mais gente se quisermos reduzir o tempo de trabalho dos que estão.”

“Pensar para cada tipo de problema um tipo de resposta, portanto o que queremos não é uma solução one size fits all como eu disse, mas do conjunto de diferentes soluções ter uma panóplia de respostas.”

“Criar uma modalidade (...) é o chamado trabalho intermitente para combater um fenómeno que está muito associado ao desemprego, tem haver com a sazonalidade de setores de atividade.”

“Nós temos de ir construindo respostas diferenciadas.”

“Mais eficiência na relação usando os tempos ditos de menor intensidade laboral para poder nomeadamente juntar-lhe a componente da formação e numa lógica tripartida entre estado, empresas e pessoas encontramos modelos que sirvam nos propósitos de todos. “

Tabela 12: Solução para o desemprego e medidas futuras de combate ao desemprego.

Fonte: Elaboração própria

Anexo 5- Gráficos relativos à análise do inquérito

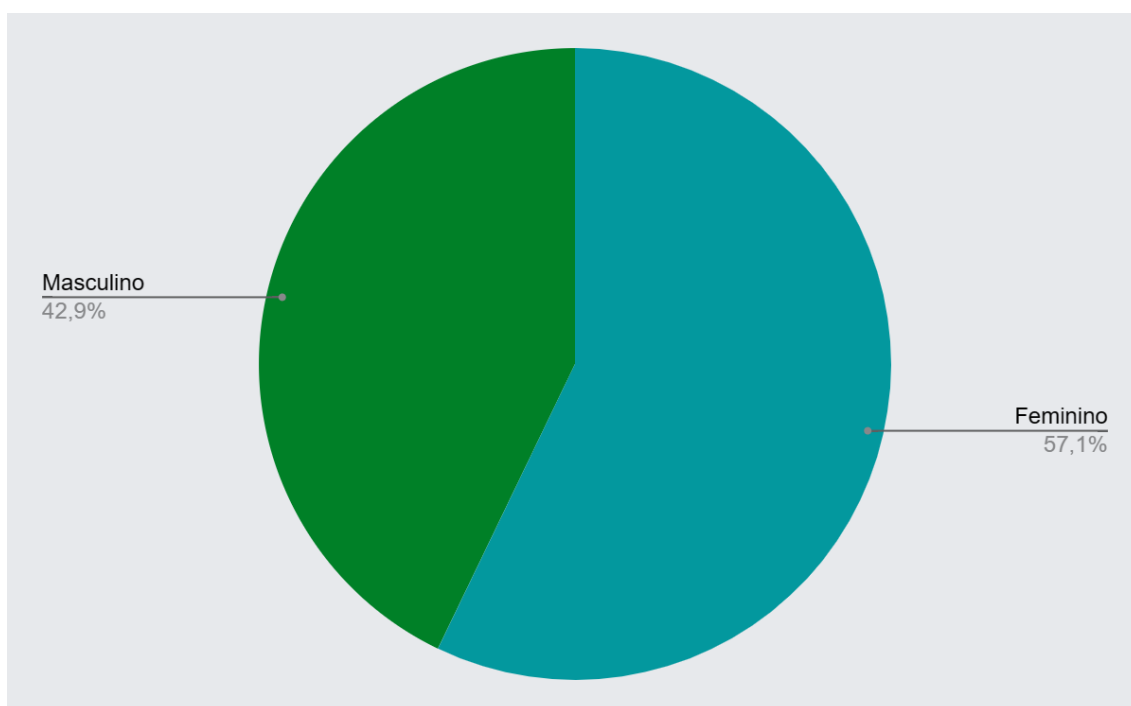


Gráfico 14: Percentagem de género dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

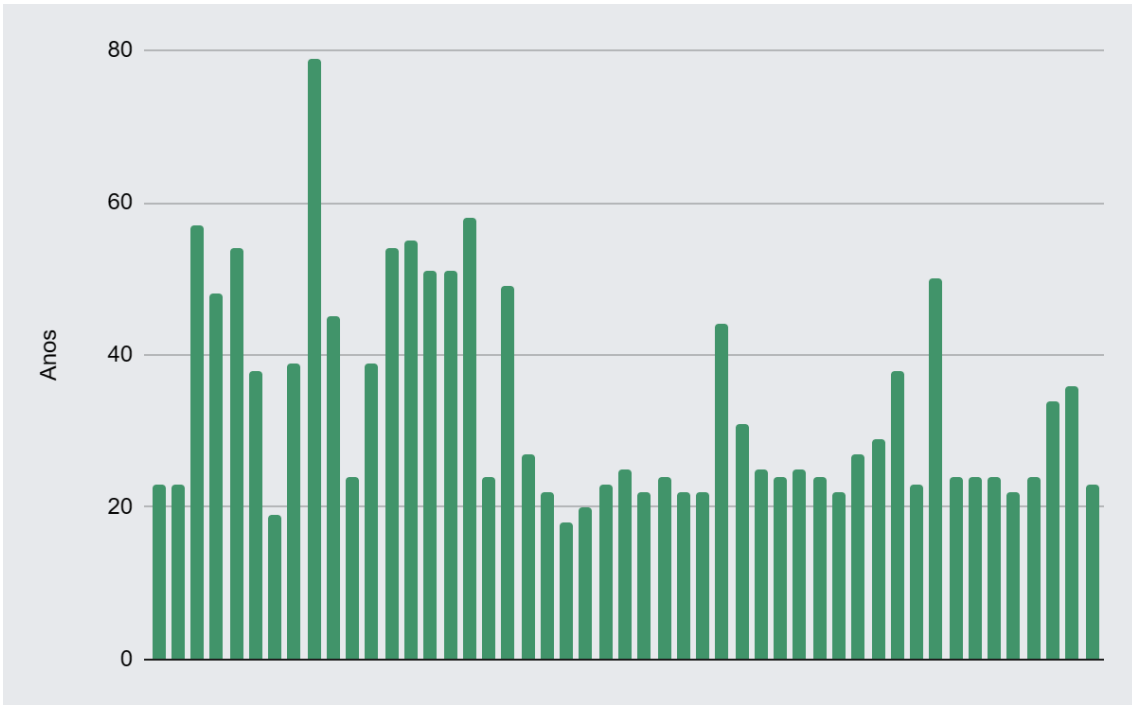


Gráfico 15: Idade dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

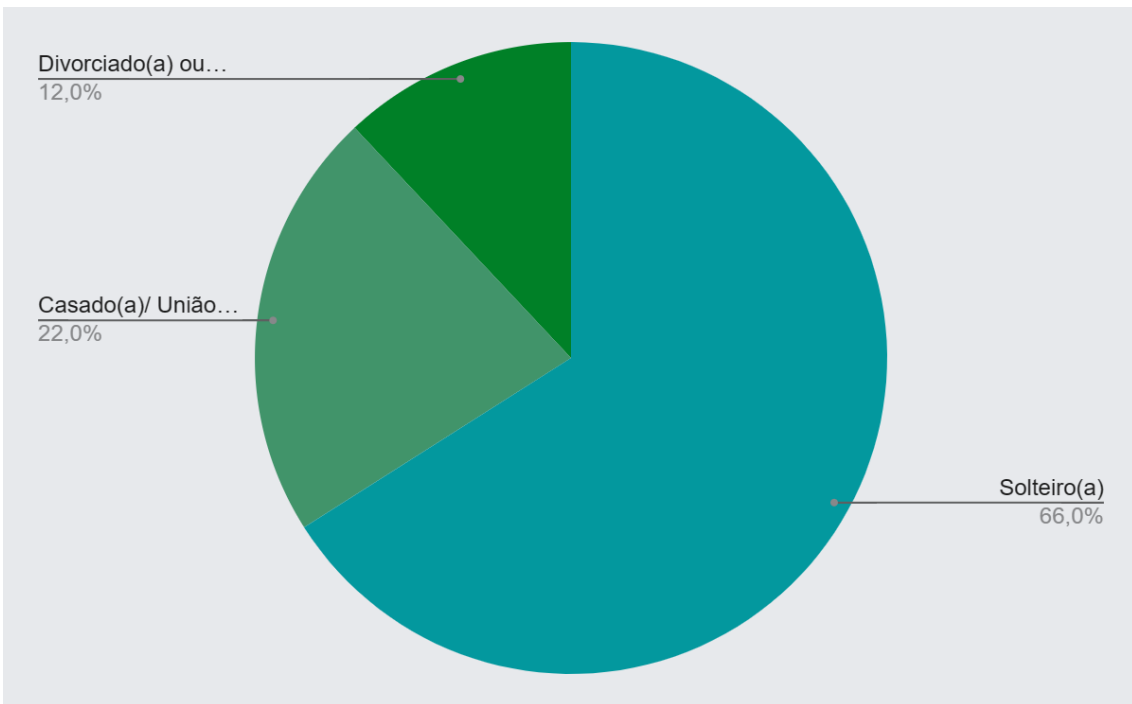


Gráfico 16: Estado civil dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

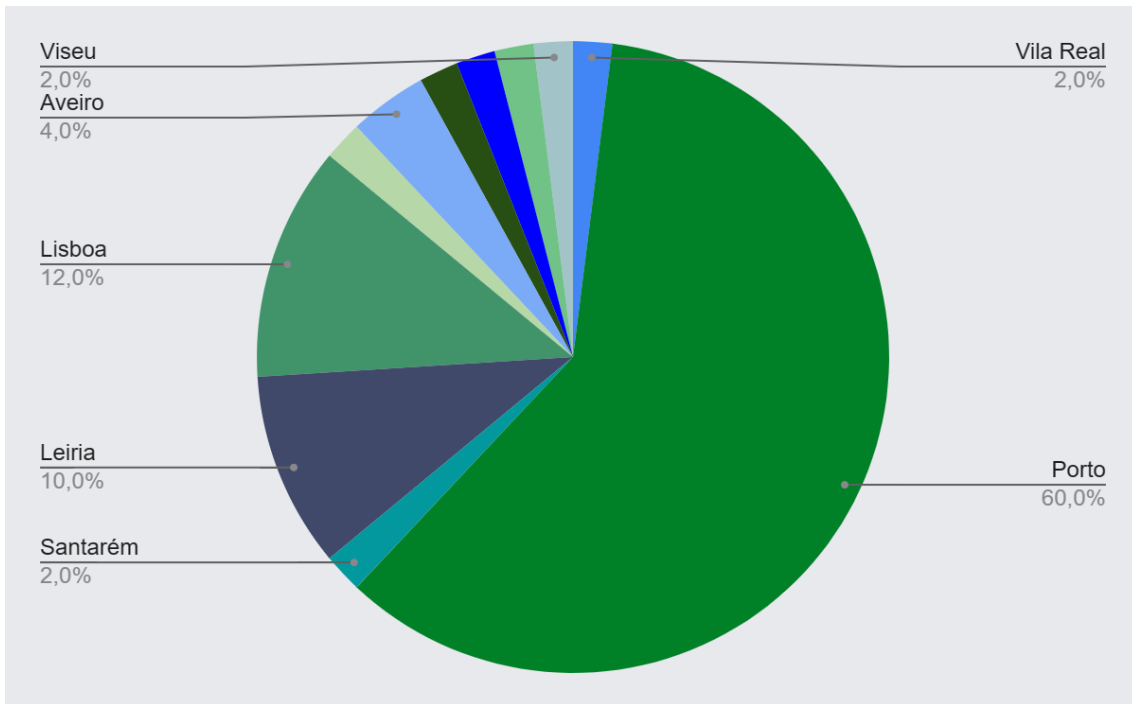


Gráfico 17: Local de residência dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

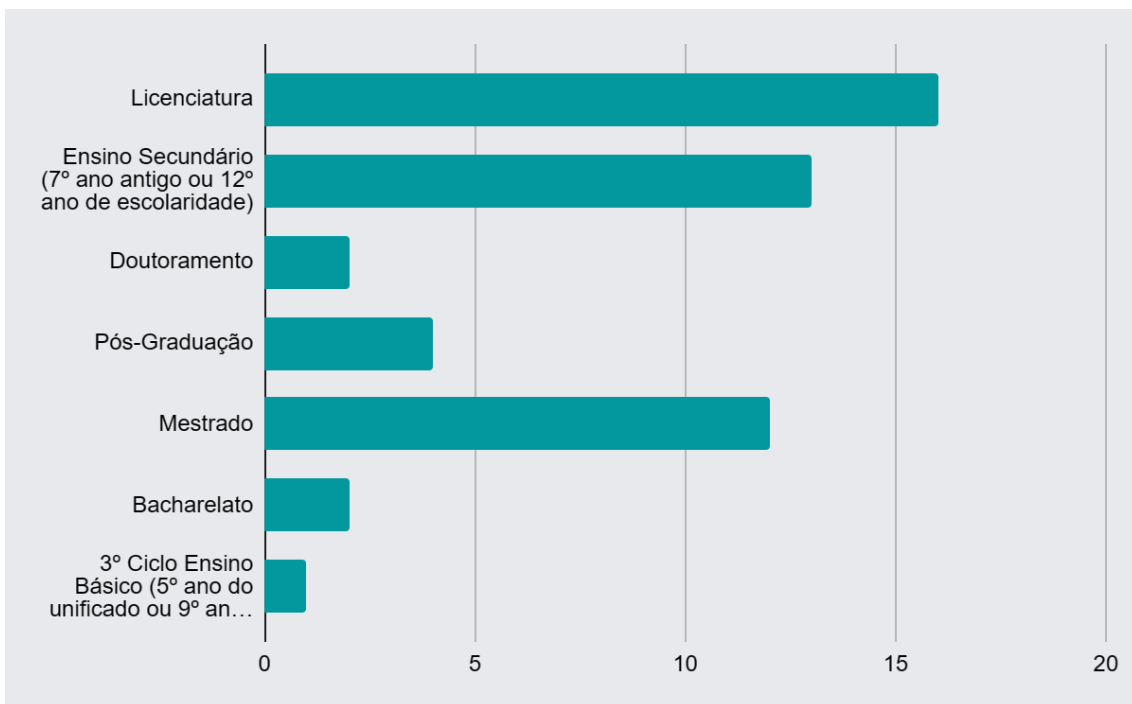


Gráfico 18: Habilitações literárias dos inquiridos.

Fonte: Elaboração própria

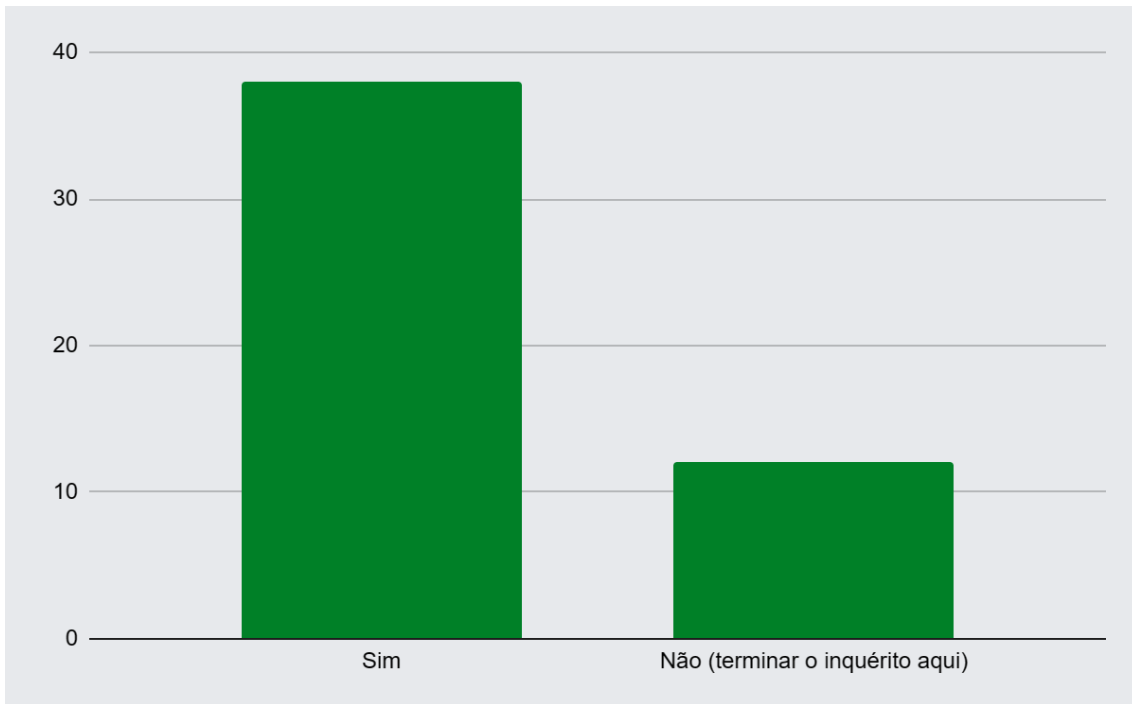


Gráfico 19: Número de inquiridos que estão ou estiveram nos últimos 3 anos desempregados.
Fonte: Elaboração própria

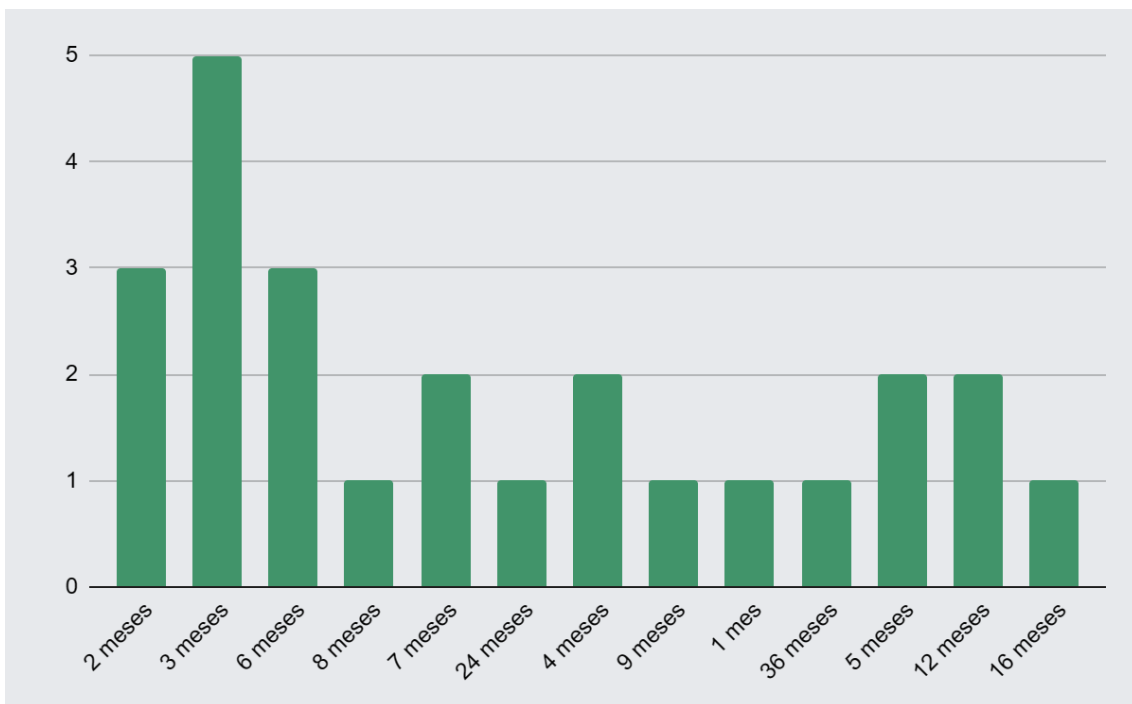


Gráfico 20: Quanto tempo os inquiridos estiveram ou estão em situação de desemprego.
Fonte: Elaboração própria

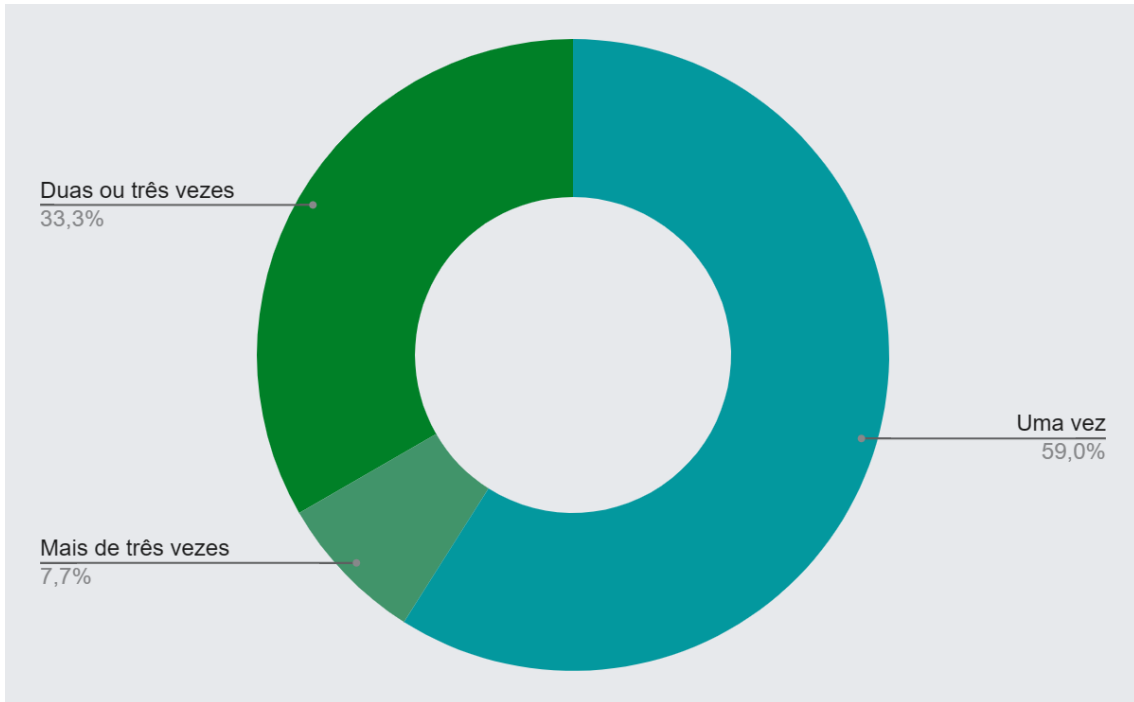


Gráfico 21: Quantas vezes os inquiridos estiveram desempregados.

Fonte: Elaboração própria

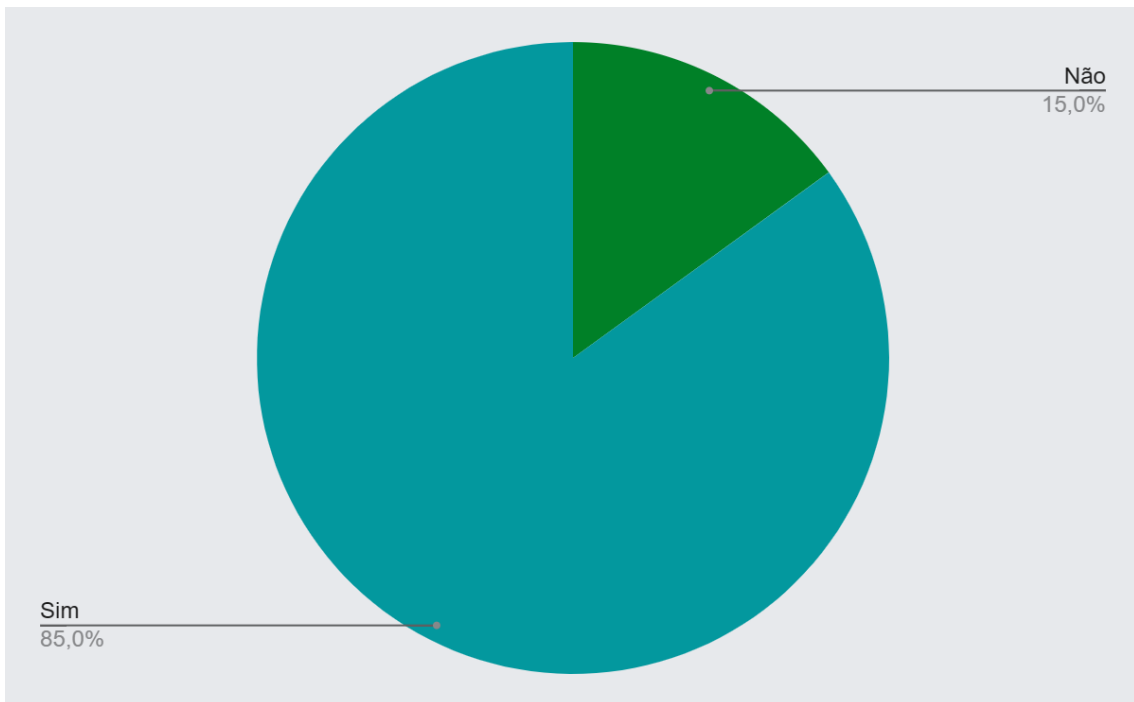


Gráfico 22: Percentagem de inquiridos que está ou esteve inscrito no centro de emprego.

Fonte: Elaboração própria

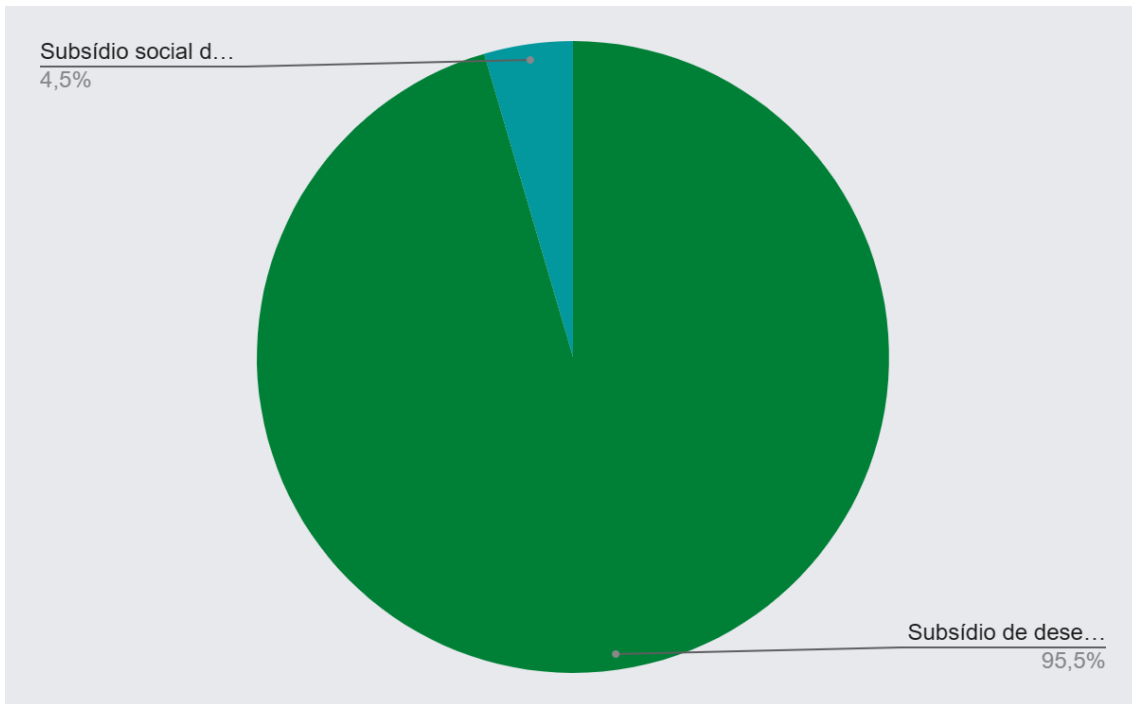


Gráfico 23: Tipo de apoio que os inquiridos já usufruíram.

Fonte: Elaboração própria

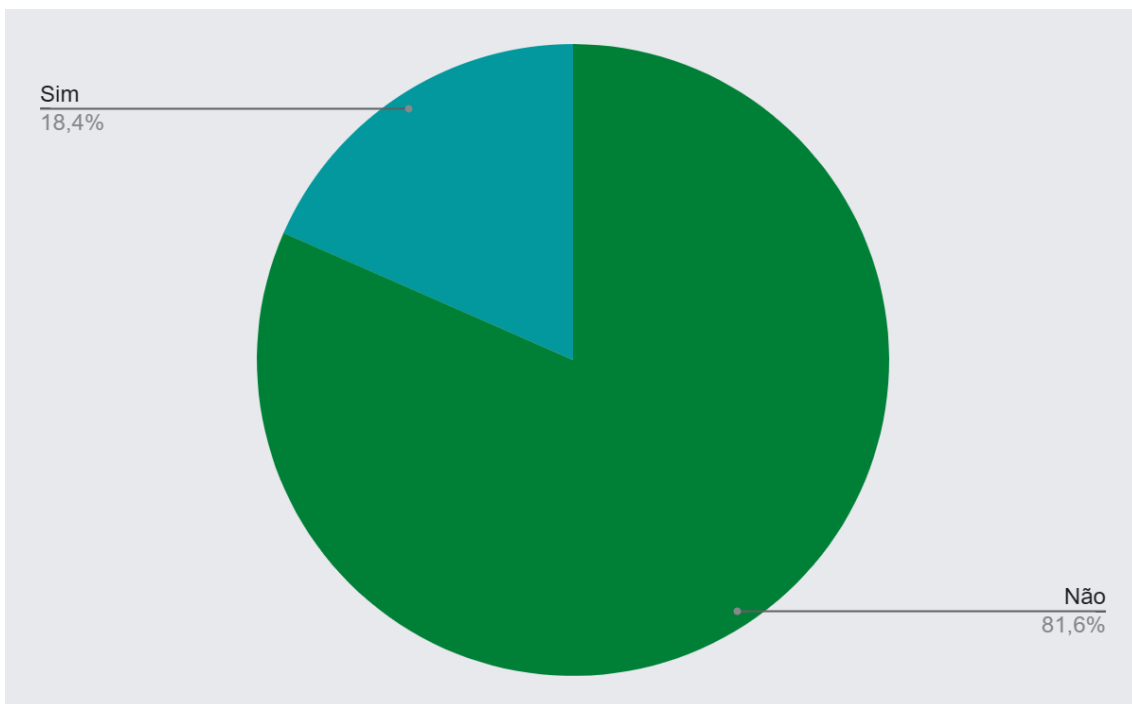


Gráfico 24: Representação dos inquiridos sobre o subsídio ser suficiente.

Fonte: Elaboração própria

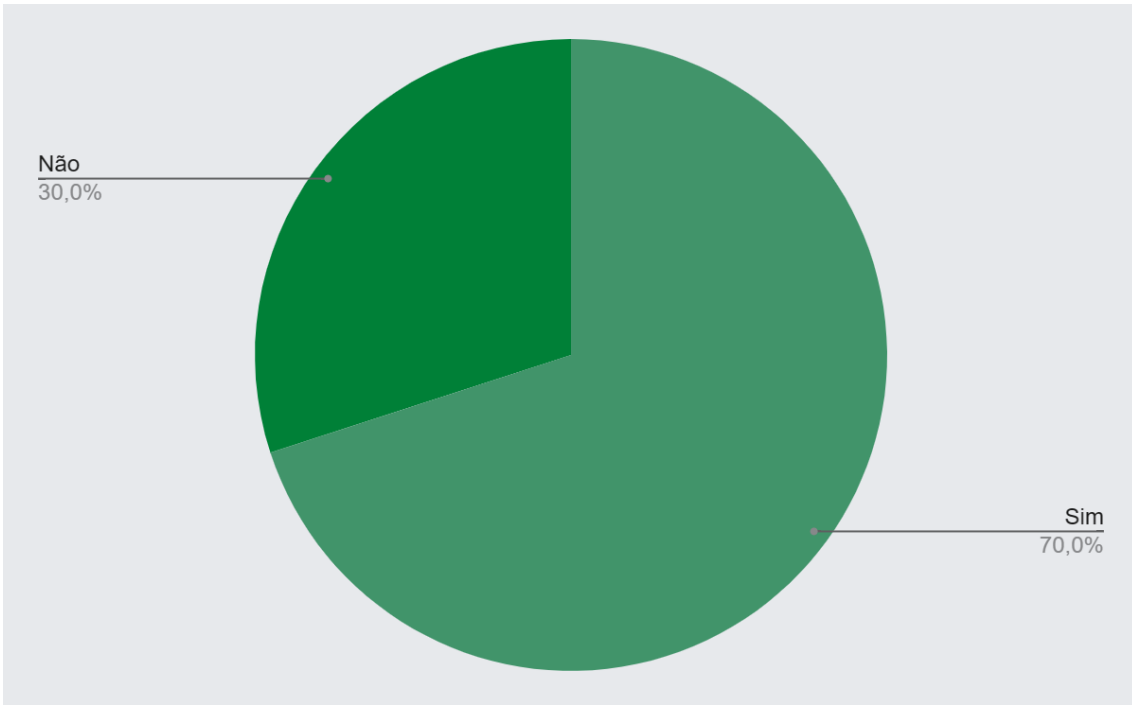


Gráfico 25: Percentagem de inquiridos que estão ativamente à procura de emprego.

Fonte: Elaboração própria

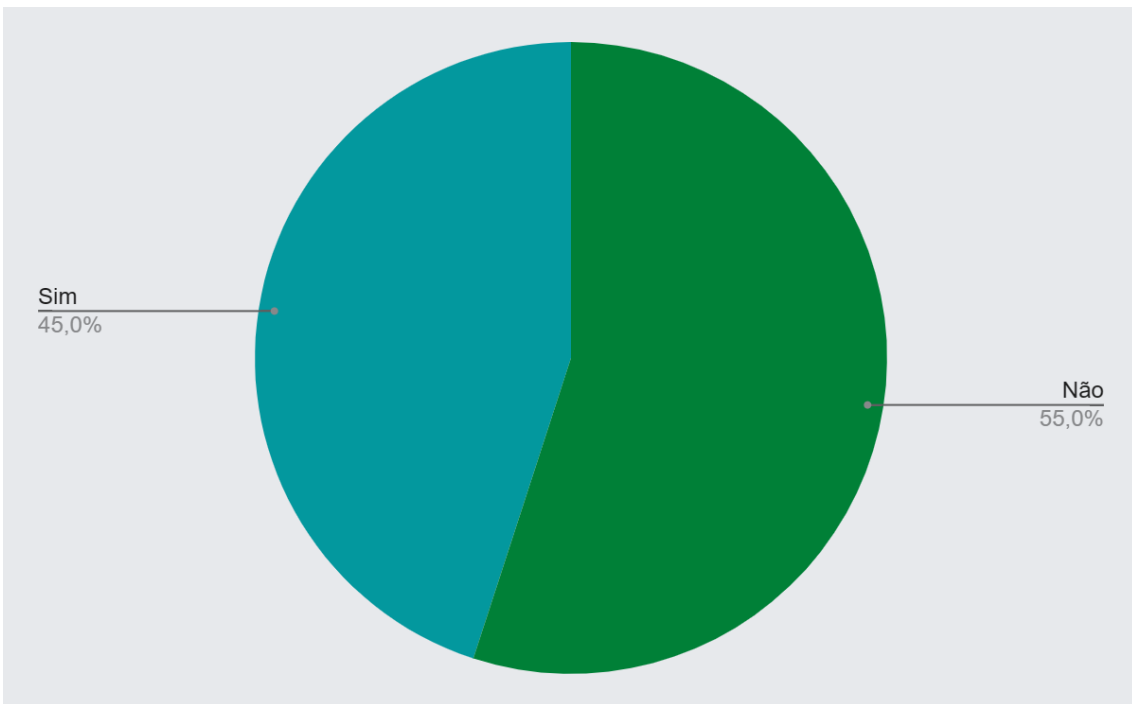


Gráfico 26: Percentagem de inquiridos que já fez uso dos cursos fornecidos no IEFP.

Fonte: Elaboração própria

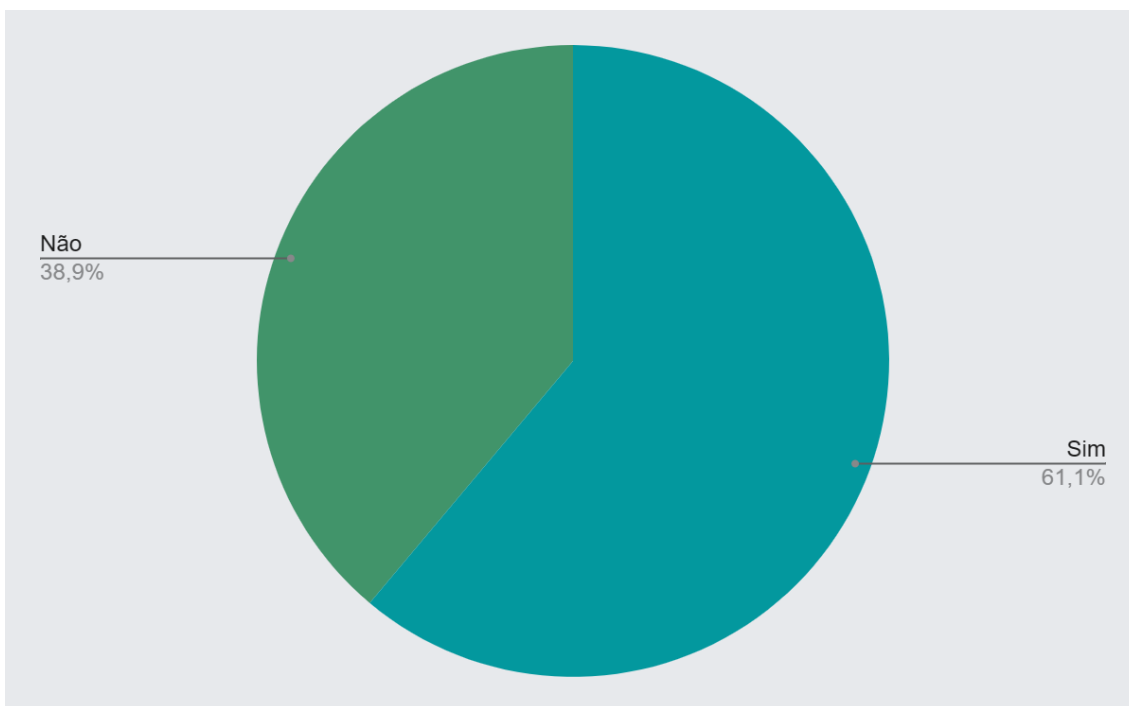


Gráfico 27: Percentagem de inquiridos que consideram que a formação que realizou no IEFP contribui para aumentar as suas hipóteses de empregabilidade.

Fonte: Elaboração própria

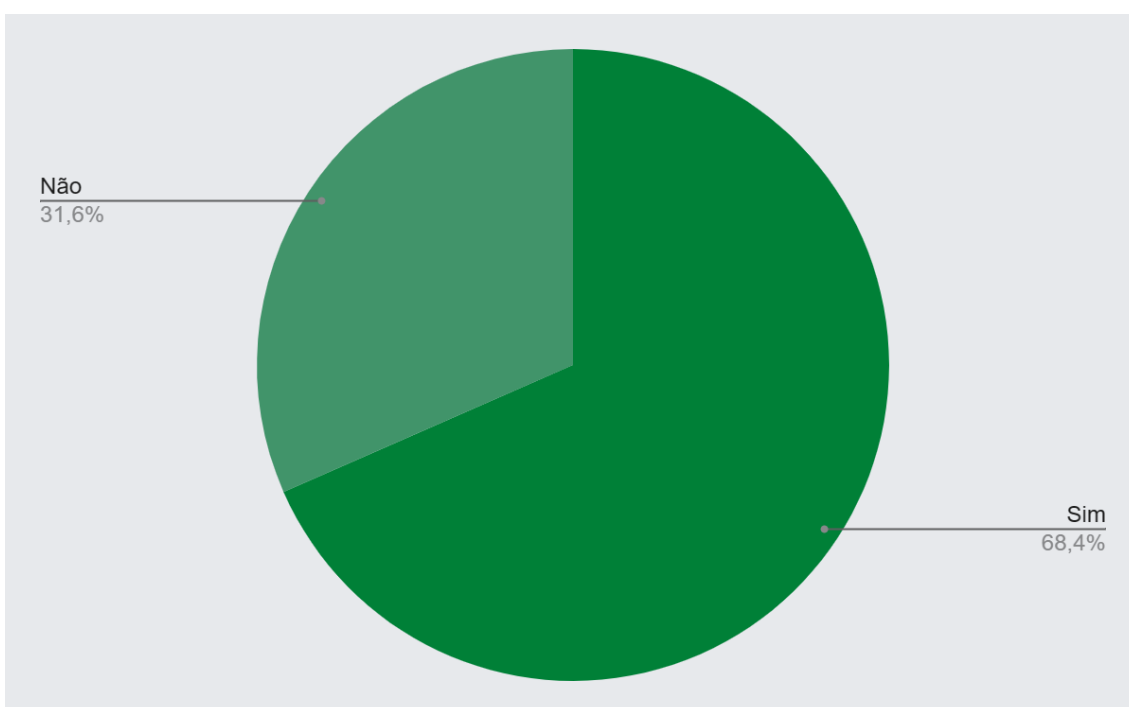


Gráfico 28: Percentagem de inquiridos que acredita ser necessário adquirir mais formação.

Fonte: Elaboração própria

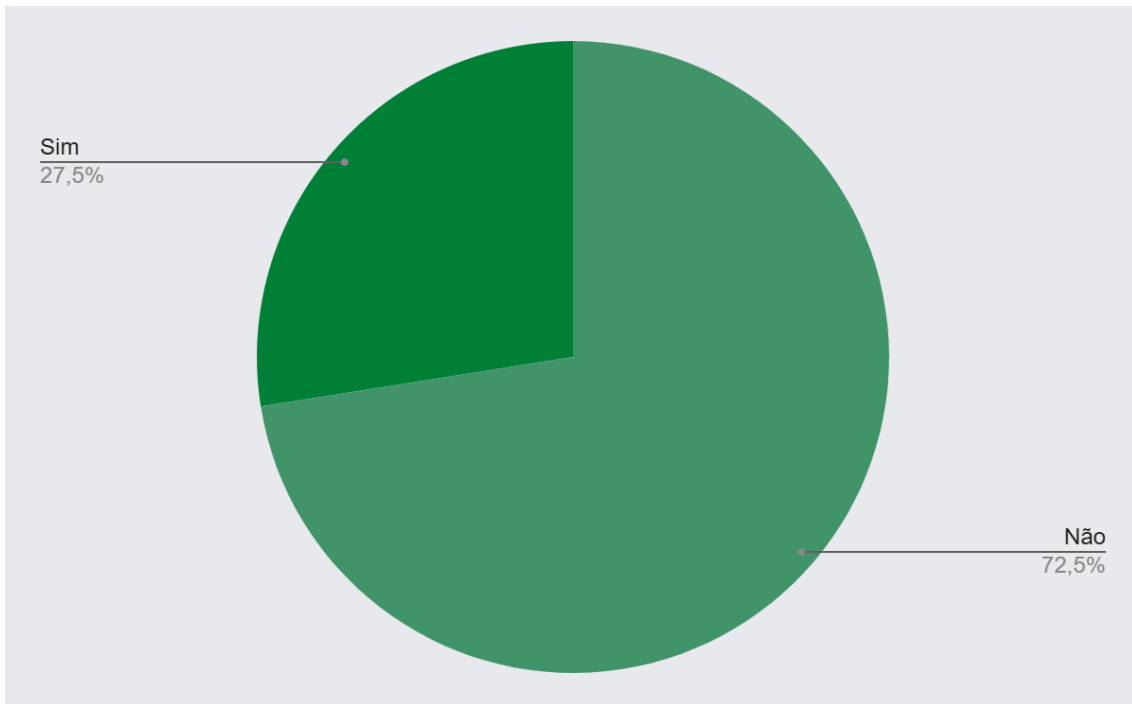


Gráfico 29: Percentagem de inquiridos que consideram que as medidas de apoio em vigor para os desempregados são adequadas à sua situação.

Fonte: Elaboração própria

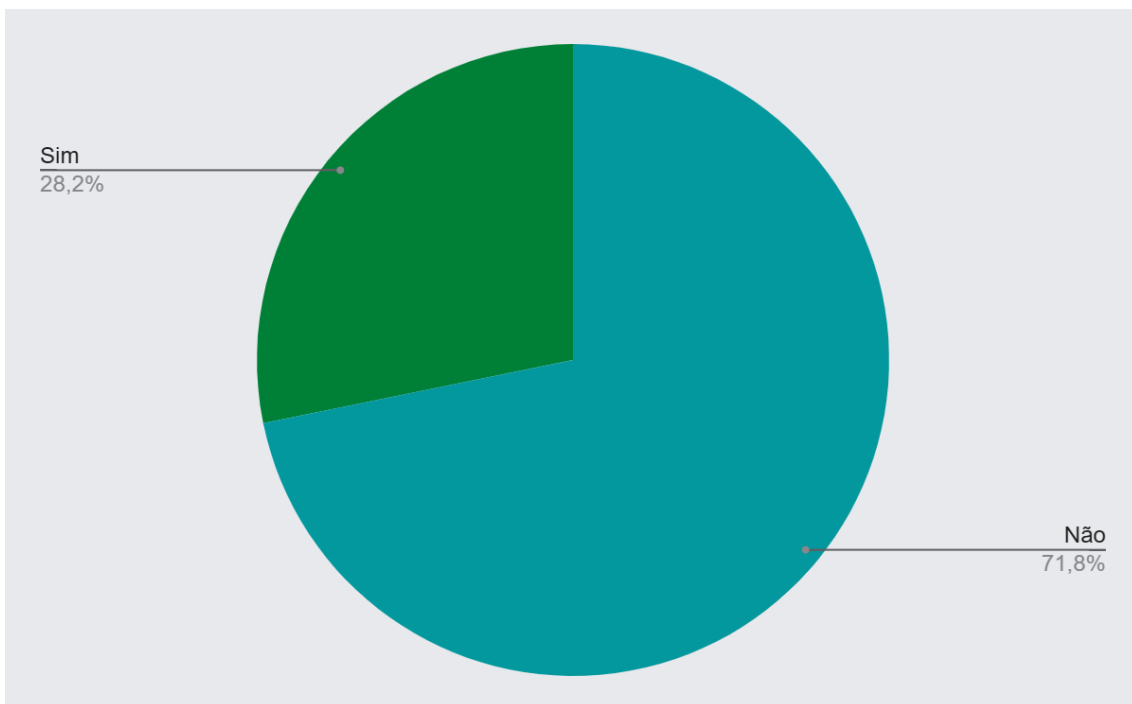


Gráfico 30: Percentagem de inquiridos que têm conhecimento da medida legislativa de acumulação do subsídio de desemprego e do novo salário.

Fonte: Elaboração própria

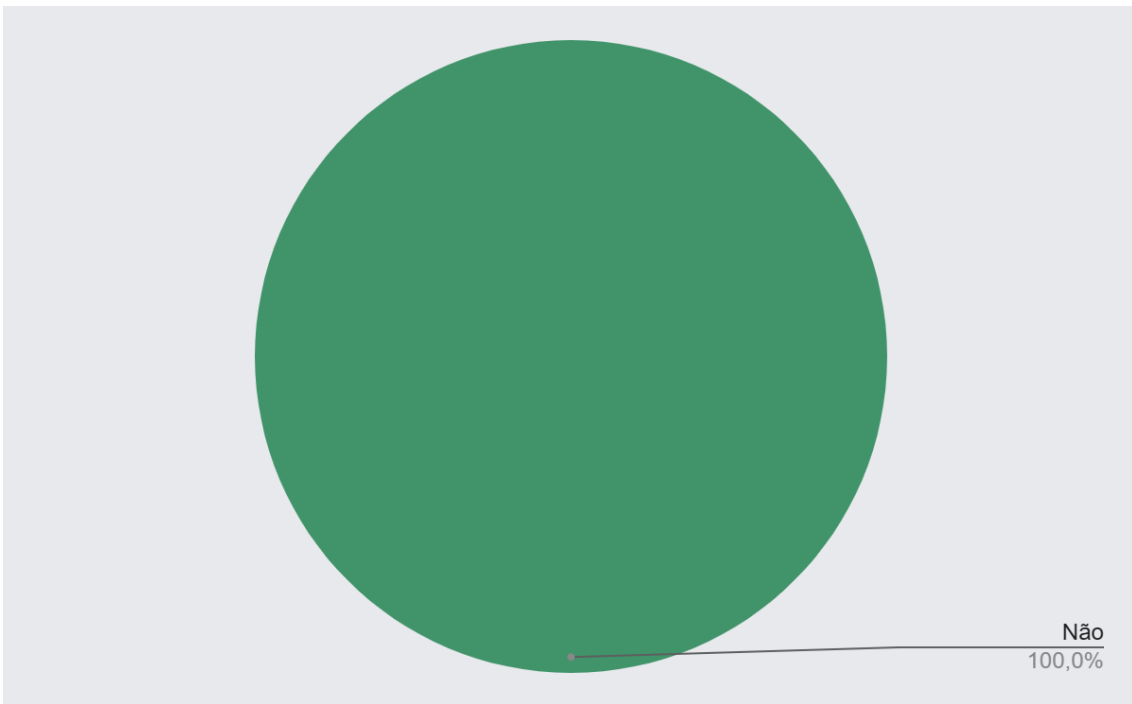


Gráfico 31: Percentagem de inquiridos que fez uso da medida legislativa de acumulação do subsídio com o novo salário.

Fonte: Elaboração própria

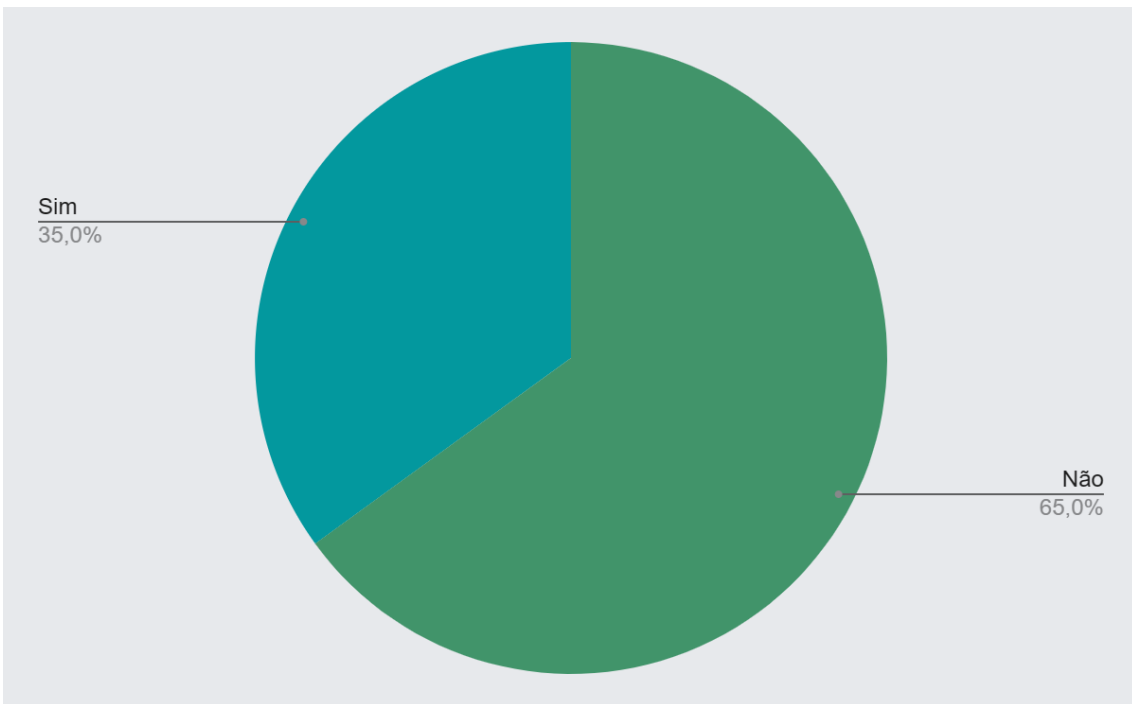


Gráfico 32: Percentagem de inquiridos que conhecem o programa RVCC.

Fonte: Elaboração própria

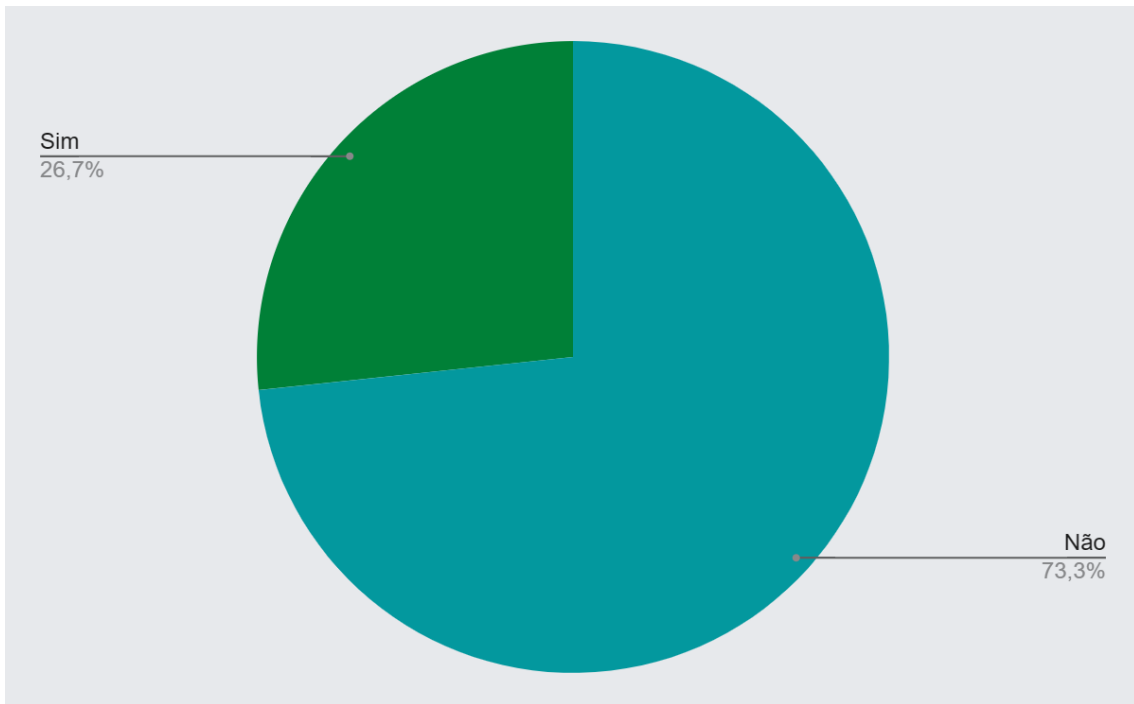


Gráfico 33: Percentagem dos inquiridos que conhece o programa e o utilizou.

Fonte: Elaboração própria

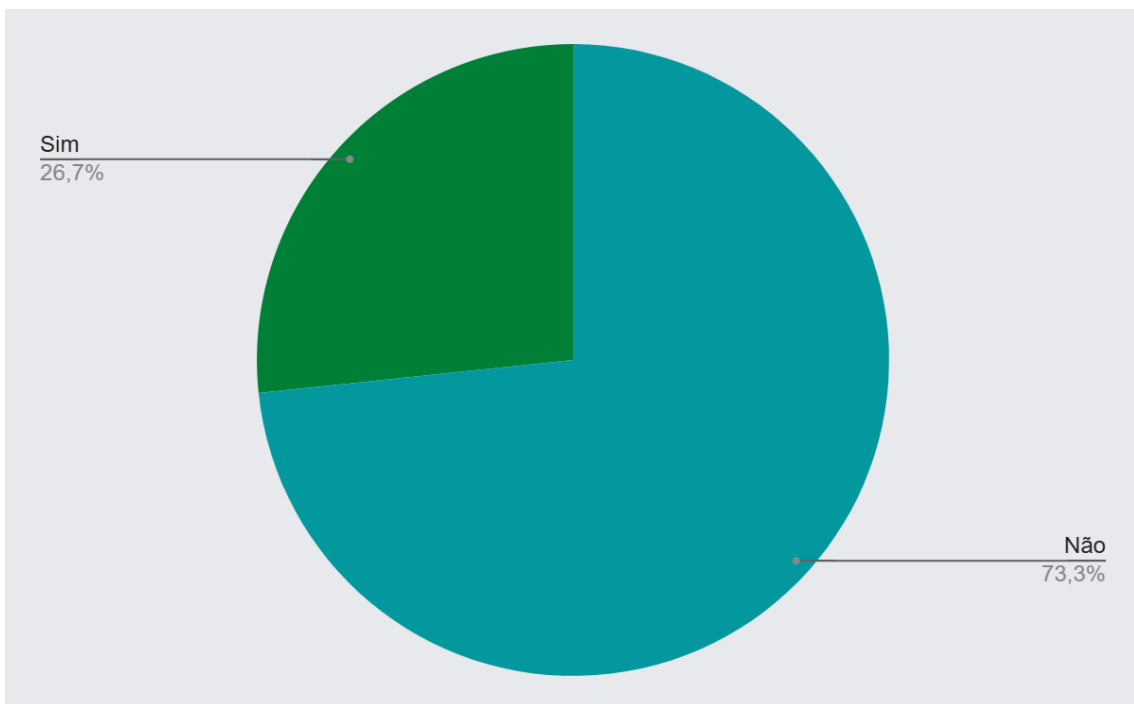


Gráfico 34: Percentagem de inquiridos que conhece a ANQEP- Agência Nacional para as Qualificações Profissionais.

Fonte: Elaboração própria

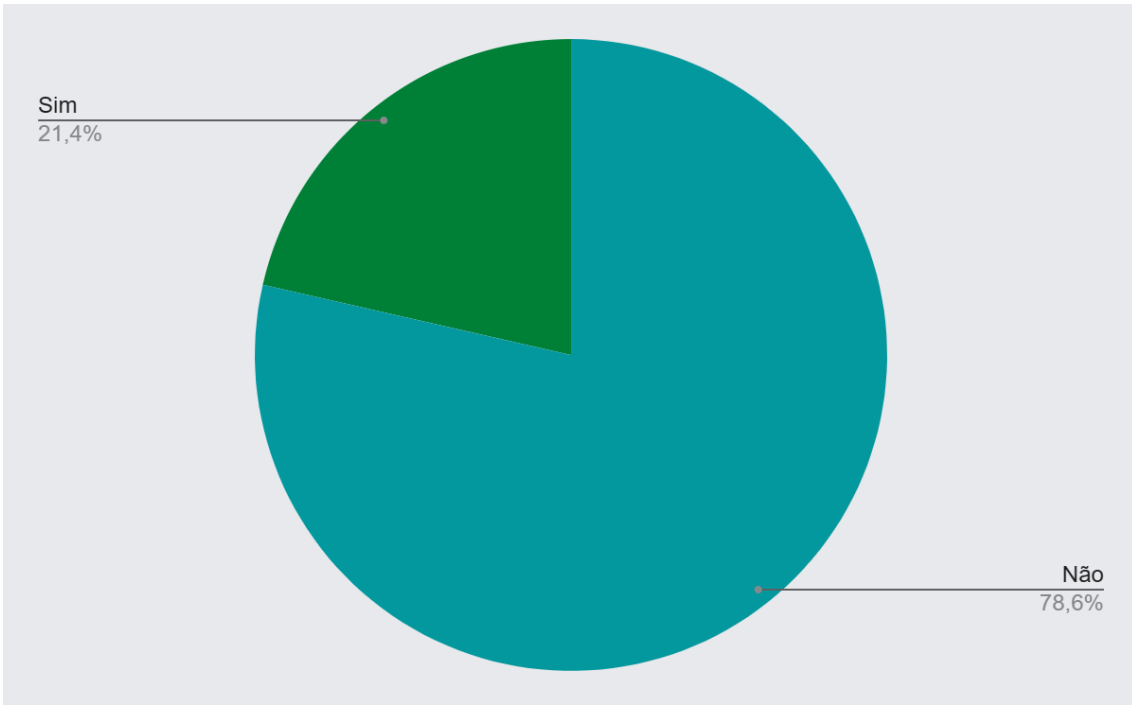


Gráfico 35: Percentagem dos inquiridos que já utilizaram a ANQEP.

Fonte: Elaboração própria

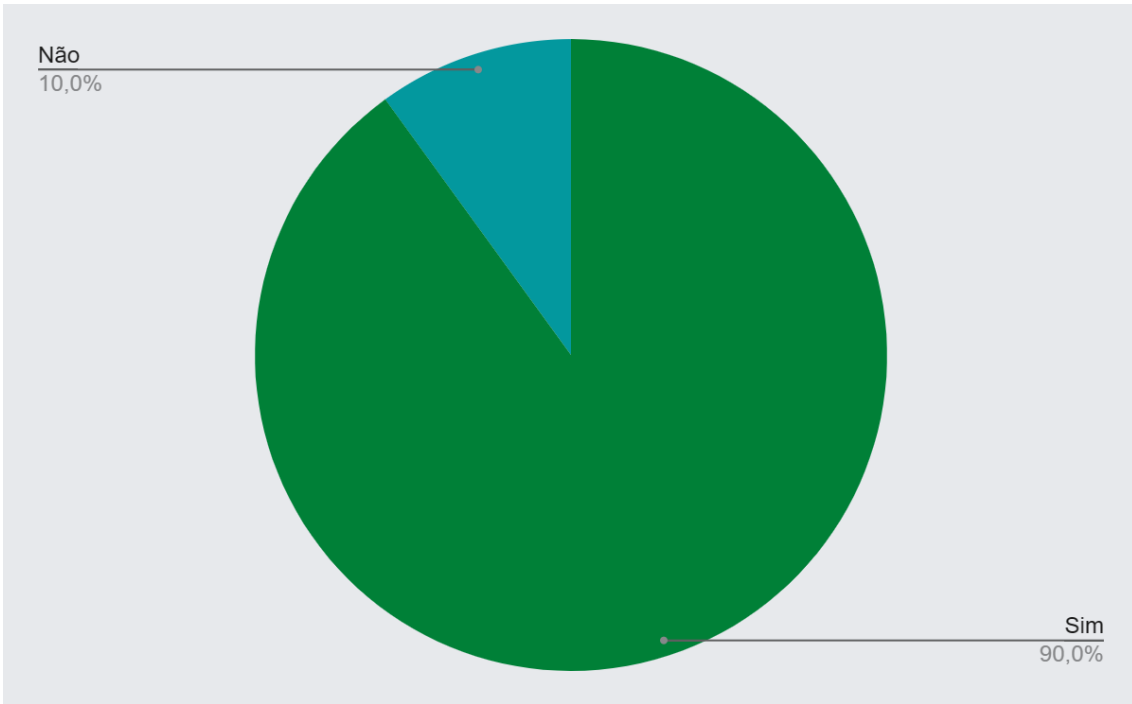


Gráfico 36: Percentagem de inquiridos que consideram que os estágios profissionais podem contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho,

Fonte: Elaboração própria

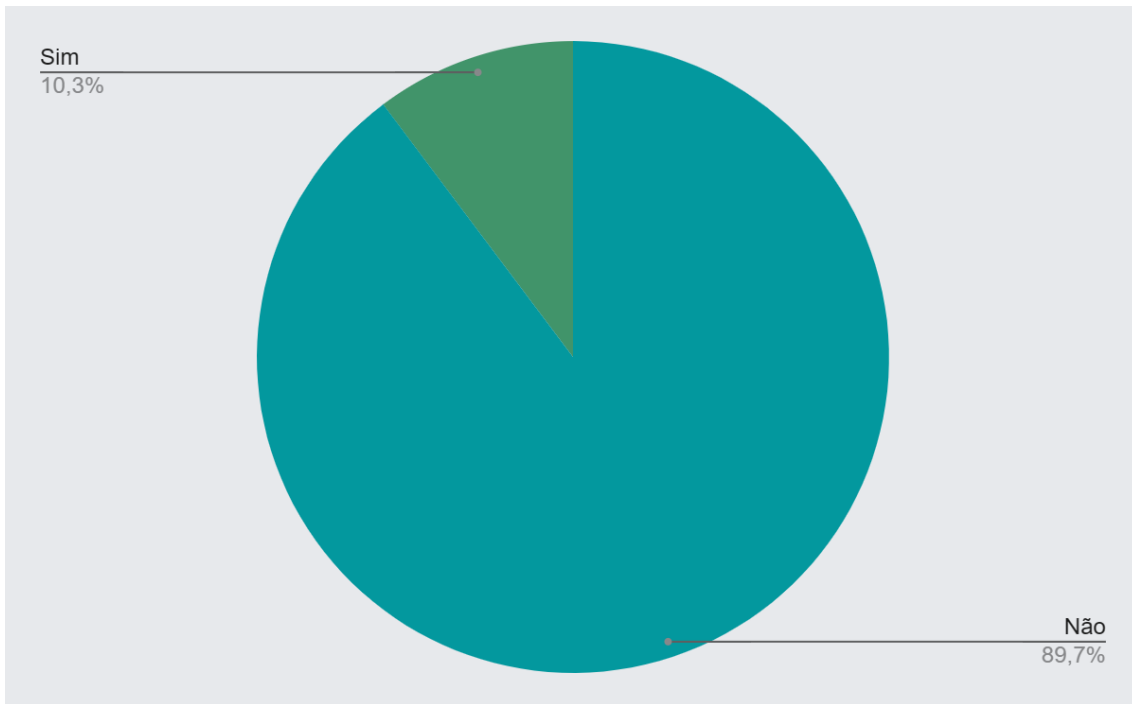


Gráfico 37: Percentagem de inquiridos que acredita que é fácil, através dos incentivos que o Estado dá, ser-se empreendedor em Portugal.

Fonte: Elaboração própria